

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Novembro de 2007

Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Novembro de 2007

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL.....	7
Biodiesel	7
No Embalo – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/110/2007	7
Pressão Interna – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/110/2007	7
Projeto na BA expõe carência do país em óleos da palmeira - Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007	7
SLC Agrícola produzirá biodiesel no MT - Sérgio Bueno – Valor Econômico – Agronegócios - 08/11/2007	9
Etanol	10
Preço do álcool sobe nas usinas paulistas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007	10
PF prende 10 por distribuição ilegal de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/11/2007	11
O Brasil na rota do bioetanol – Carlos Tadeu da Costa Fraga – Folha de São Paulo – Opinião – 06/11/2007	11
Usineiros do NE ameaçam ir ao Cade contra a Petrobras – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 13/11/2007	13
Shell e Codexis fazem parceria global na área de bioenergia – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 07/11/2007	16
Unica faz aliança com entidades internacionais a favor do álcool - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007	17
Multigrain compra terras e mira biocombustível - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007	17
Adeco busca fazer do Brasil sua base para algodão, café e etanol - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 14/11/2007	18
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	19
Biodiesel	19
O biodiesel e os desafios da inovação - Georges Flexor – Agência Carta Maior – 31/10/2007	19
Política de biocombustível não muda com descoberta - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 11/11/2007	23
Assentamento do MS inaugura usina de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007	23
Leilões de biodiesel serão nos dias 13 e 14 – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007	25
Governo Federal atinge 100% da meta em leilão de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007.....	26
País manterá ênfase no biodiesel, diz Lula a secretário -geral da ONU - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 13/11/2007	27

BIODIESEL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/11/2007	28
Etanol	29
O etanol sob fogo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/11/2007	29
Para proteger a soja, leis impõem restrição à cana – Fábio Amato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/11/2007.....	30
Fósseis dominam energia até 2030, prevê relatório – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2007	31
A Comunidade Ibero-Americana – Luiz Inácio Lula da Silva – Folha de São Paulo – Opinião – 09/11/2007	32
Chávez propõe sociedade a Lula na "Petroamazônia" – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 10/11/2007	34
Energia Renovável – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 10/11/2007	35
Nem tudo o que reluz é verde – Boaventura de Sousa Santos – Folha de São Paulo – Opinião – 12/11/2007	35
Conferência apresenta experiências para a soberania energética – Ana Carolina Caldas e Pedro Cerrano – Sítio Eletrônico do MST – 01/11/2007	37
Sustentabilidade: diferentes visões - Fernando Rei – Valor Econômico – Opinião - 08/11/2007	39
Cana 'desafia' polêmicas, e expansão deve seguir forte - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/11/2007	41
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	42
Etanol	42
Crise alimentar, energia e clima: nova geopolítica da fome? - Francisco Carlos Teixeira – Agência Carta Maior – 13/11/2007.....	42
Etanol brasileiro ganha aliado contra tarifa nos EUA - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007.....	47
Secretário da ONU visita usina de etanol – Estado de São Paulo – Internacional – 12/11/2007	48
Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU – Sérgio Dávila – Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007	48
O milho e o frango – O Globo – Panorama Econômico – 06/11/2007.....	50
Etanol: Brasil corre o risco de perder liderança – Liana Melo* - O Globo – Economia – 11/11/2007	51
Subsídio dos EUA pode triplicar para US\$ 24 bi – Liana Melo - O Globo – Economia – 11/11/2007.....	53
Brasil é 'gigante verde discreto', diz secretário-geral das Nações Unidas – Daniela Antunes – O Globo – Economia – 12/11/2007	54
Brasil defende etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/11/2007	54
Etanol, febre movida a subsídios nos EUA - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007	54
Flórida faz discurso a favor do álcool brasileiro, mas restrições persistem - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007	56

Investimentos em usinas de etanol são adiados nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007	57
---	----

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL	58
Biodiesel	58
Brasil Ecodiesel volta a liderar leilão de biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007	58
No país, UFRGS aposta na mamona – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2007	59
Sobra cana no Paraná na temporada 2007/08 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/11/2007	60
Plantio de soja – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007	61
Etanol	61
Litro do álcool pode voltar a R\$ 1,50 em SP – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/11/2007.....	61
Usineiros garantem oferta de combustível - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2007	62
Usinas atribuem alta a imperfeições do mercado – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/11/2007	63
Diminui a fatia da cana no valor da produção paulista – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007	64
Etanol mais caro – Valor econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 19/11/2007	66
Pacific Ethanol à venda – Valor econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 19/11/2007	66
Cosan aumenta capital – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 20/11/2007	66
Etanol em baixa nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 20/11/2007	66
Grandes grupos lideram a expansão dos canaviais - José Maria Tomazela – estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 21/11/2007.....	67
Dívidas levam usina de Ribeirão Preto a leilão - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios – 20/11/2007	68
Cresce processamento de cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007	69
Cupim pode salvar álcool à base de celulose – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2007	70
Cana e Clima – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2007	70
Justiça determina que usinas ofereçam assistência médica – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/11/2007.....	70
Turbulência limita crédito para usinas - Mônica Scaramuzzo e Graziella Valenti Valor Econômico – Agronegócios – 26/11/2007	71
Adecoagro em MS – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007	72

Agreco investe – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007.....	72
Nova América adquire usina em SP e projeta expansão - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/11/2007	72
Comanche investe em etanol e biodiesel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/11/2007	73
Empresa paulista é interdita por descumprir normas trabalhistas – Sítio Eletrônico da CPT – 19/11/2007	74
Produção de Cana-de-Açúcar é Recorde pela 3ª Safra Consecutiva – Sítio Eletrônico do MAPA – 29/11/2007.....	74
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS	75
Biodiesel	75
Leilões destacam empresas com Selo Social – Sítio Eletrônico do MDA – 19/11/2007	75
Biodiesel produzido em assentamento é destaque em feira no MS – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2007	76
MS prevê produção de biocombustíveis em assentamentos – Sítio Eletrônico do MDA – 30/11/2007.....	77
Etanol	78
São Paulo supera PE e lidera ranking de invasões de terra - Eduardo Scoles – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007	78
Governo não vai intervir para evitar alta do álcool - Gerusa Marques e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2007	79
MST diz protestar contra avanço da cana em SP – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007	80
Cliente no óleo, China resiste a biocombustível – Francisco Góis – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007	81
Modelo de produção vira alvo de duro debate - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007	82
Álcool sobe 8,5% em um mês em SP e governo diz que não vai intervir - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/11/2007	83
Indústria brasileira vai produzir mais açúcar e álcool – Sítio Eletrônico da Conab – 29/11/2007	84
Ministro descarta intervir no mercado de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2007	85
Brasil Participa de Evento Internacional de Açúcar e Etanol – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/11/2007	86
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	86
Etanol	86
Lula condena crítica ao desmatamento - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 20/11/2007.....	86
ONU faz elogios a etanol brasileiro - Luciana Rodrigues, Chico de Gois, Martha Beck e Demétrio Weber – O Globo – Economia – 28/11/2007	87

Japão, âncora asiática para o álcool do Brasil - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007	89
Produção de etanol e comércio justo - José Graziano da Silva – Valor Econômico – Opinião - 19/11/2007	90
Programa do BID incentiva 'energia verde' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 16/11/2007	92
PNUMA alerta para os perigos da produção de bio-combustíveis – Sítio Eletrônico da CPT – 21/11/2007	93
Governo Evo pretende ir à ONU para atacar etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/11/2007	94
Etanol brasileiro é destaque como energia alternativa - Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Vida & - 28/11/2007	94
Mercado do etanol ainda é doméstico - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007	95
G-8 estuda as bases para o combustível virar commodity - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007	96
'Essas barreiras não fazem sentido' - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007	97
Recorde – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 24/11/2007	98
Pujança – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 24/11/2007	98
Custo de importação de alimentos sobe 21% - Assis Moreira – Valor Econômico - 22/11/2007	98
Relatório apóia etanol de cana – Valor Econômico – Especial - 28/11/2007.....	99

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

No Embalo – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/110/2007

Os óleos vegetais pegaram carona nos preços do petróleo e estão sendo negociados em patamares recordes. O óleo de soja, uma das matérias-primas na produção de biodiesel, fechou ontem cotado a US\$ 933 por tonelada em Chicago -o maior preço desde 1974. Os óleos de canola, girassol e palma seguem na mesma trilha.

Pressão Interna – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 01/110/2007

O óleo de soja já atingiu média de US\$ 915 por tonelada no mês passado, em Chicago, 63% mais do que em outubro de 2006. Como os preços internos no Brasil se espelham nos de Chicago, onde o mercado está aquecido, o óleo de soja por aqui também deve continuar pressionado, na avaliação de analistas. A correlação com o petróleo é grande, afirmam.

Projeto na BA expõe carência do país em óleos da palmeira - Raquel Salgado – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007

A Oxiteno, empresa do grupo Ultra, comprará, por ano, 100 mil toneladas de óleo de palmiste, que, assim como o óleo de dendê, é derivado do fruto da palmeira. O óleo será usado para fazer álcool laurílico, base para a indústria de cosméticos e alimentos. Mas, apesar de estar construindo sua nova planta no pólo de Camaçari, cidade baiana a menos de 400 quilômetros de áreas de dendezeiros, a Oxiteno comprará todo o óleo de palmiste da Malásia, onde a oferta é garantida e o produto é 10% mais barato do que no Brasil.

A Bahia, famosa pelo azeite de dendê, está longe de ter produção suficiente para atender pelo menos parte da demanda da Oxiteno. O Brasil, com fazendas de dendezeiros principalmente na Bahia e no Pará, produz por ano entre 120 mil e 130 mil toneladas de óleo de palmiste, quase o volume que a empresa precisa comprar anualmente. "Os produtores locais não têm escala para nos atender", diz Jorge Brito Saliba, gerente da unidade de Camaçari. A nova fábrica, que usará o palmiste como insumo, entra em operação no início de 2008. O investimento é de R\$ 260 milhões e a unidade será a primeira na América Latina a fabricar álcoois graxos, com produção de cerca de 80 mil toneladas por ano.

O discurso de Saliba é o mesmo dos produtores de óleo de dendê e de palmiste. A Opalma, empresa baiana, que tem fazendas de dendezeiro em Taperoá, sul da Bahia, produz apenas 1,2 mil toneladas de óleo de palmiste por ano. A produção de óleo de palma, ou de dendê, como também é chamado, chegará a 10 mil toneladas neste ano.

Jarbas Filho, diretor da fábrica, diz que, com esta escala, não tem como fornecer para a Oxiteno. "Com esse câmbio derretendo, fica ainda mais difícil". O executivo prefere seguir com os contratos menores fechados com empresas de alimentos, como a Cargill, do que se arriscar a plantar mais e depois não ter para quem vender. Além disso, uma palmeira recém-plantada leva quatro anos para começar a produzir o coco de onde se tira o óleo.

Nem mesmo a maior produtora de óleo de palma e de palmiste do país, a Agropalma, vai se aproveitar do investimento da Oxiteno. "Hoje não temos volume para isso, mas pode ser que no futuro tentemos ser um dos fornecedores da empresa", afirma Marcelo Britto, diretor comercial da empresa.

Este "futuro" parece estar distante. O Brasil está longe de ter uma grande produção desses óleos. Levantamento da consultoria Oil World projeta que a produção anual de óleo de palma (incluindo dendê e palmiste) no Brasil ficará em 200 mil de toneladas, entre 2006 e 2010, representando 0,7% da produção mundial. Malásia e Indonésia, no mesmo período, atingirão produção anual de 12,7 milhões e 11,4 milhões de toneladas e responderão por 82,5% da produção mundial.

Produtores do Brasil questionam os custos mais baixos dos óleos obtidos em países como Indonésia e na Malásia

Os produtores brasileiros dizem que é muito difícil competir com esses dois países e alegam que o custo de produção no Sudeste Asiático é bastante inferior. "Lá não se respeita legislação trabalhista, as terras são mais baratas e não há certificação ambiental", argumenta Britto, da Agropalma.

Além da pequena produção, o óleo de palmiste enfrenta outro entrave: por dificuldades no processo de extração, o rendimento é baixo. A cada tonelada de cacho colhida da palmeira, são extraídos cerca de 25 quilos desse óleo, obtido a partir de uma pequena amêndoa que há dentro de cada coco, fruto da palmeira. Já o óleo de dendê, que é retirado da casca que recobre esse pequeno coco, rende mais. Cada tonelada de cacho gera cerca de 200 quilos de dendê.

Embora existam empresas especializadas na colheita e refino desses óleos, a cultura ainda é pouco profissional no país e não tem condições, nem no médio e longo prazo, de fazer frente à produção dos países asiáticos. Na Ilha de Itaparica, a menos de 20 quilômetros de Salvador, há pessoas vendendo azeite de dendê pelas ruas, depois de terem colhido e extraído manualmente o óleo. "A maioria do dendezal da Bahia é antiga e espontânea", diz José Mário Carvalho, diretor de Política e Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura do governo da Bahia.

Hoje, o Estado abriga 53,25 mil hectares de terras voltadas ao plantio da palmeira. É mais do que o de 2006, quando essa cultura ocupava 44,8 mil hectares. A secretaria estima que em 2007 sejam colhidas 198 mil toneladas de cachos da árvore, um crescimento de 13% em relação ao ano passado.

Segundo Carvalho, a intenção do governo de Jaques Wagner é fomentar o plantio de palmeiras e reduzir a necessidade de importação do óleo no Estado e no país. "O foco é na agricultura familiar e na variedade da palmeira chamada de tenera, que é mais produtiva", afirma. Ainda não há, no entanto, uma política estadual realmente estruturada para essa cultura. Enquanto isso, o dendê só continua abundante no acarajé e na moqueca baiana.

SLC Agrícola produzirá biodiesel no MT - Sérgio Bueno – Valor Econômico –
Agronegócios - 08/11/2007

A SLC Agrícola prepara-se para dar os primeiros passos no setor de biocombustíveis. Em janeiro de 2008, começa a operar em Cuiabá a cooperativa Cooperbio, formada pelos produtores de algodão do Mato Grosso. A empresa gaúcha, controlada pelo grupo SLC, tem participação minoritária no empreendimento, projetado para produzir 100 milhões de litros de biodiesel por ano a partir do caroço de algodão e da soja, informou Laurence Gomes, diretor financeiro e de relações com investidores.

Conforme o executivo, a parte do biodiesel que caberá à SLC será utilizada para reduzir custos com combustíveis utilizados nas suas fazendas e também servirá como experiência na produção do insumo. "Vamos entrar no mercado de biocombustíveis", confirmou o presidente do grupo, Eduardo Logemann. De acordo com ele, o mais provável é que as operações próprias no setor iniciem pelo etanol de cana-de-açúcar, mas ainda não há datas fixadas para isto.

A SLC Agrícola já faz plantações experimentais de cana em áreas de 20 a 50 hectares em cinco fazendas nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão, mas o início da produção de etanol levaria cerca de três anos após a tomada de decisão devido ao tempo necessário para a formação das lavouras e a construção da usina, explicou Logemann. "Difícilmente isto ocorreria antes de quatro ou cinco anos".

A empresa tem hoje nove propriedades com 166 mil hectares em cinco Estados - a Bahia é o quinto - onde são cultivados algodão, soja, milho e café. Na safra 2006/07, a área plantada (incluindo terras arrendadas) somou 117 mil hectares e a produção total, 433,9 mil toneladas, ante 354 mil toneladas no ciclo anterior. A previsão de área cultivada total é de 168 mil hectares em 2007/08, de 193 mil hectares em 2008/09 e de 223 mil hectares em 2009/10. O algodão é o principal produto, com participação de mais de 50%.

Em junho, a SLC Agrícola abriu o capital com uma oferta pública inicial primária e secundária de ações que garantiu o ingresso líquido de R\$ 296 milhões em novos recursos para financiar os planos de expansão. Até o fim do ano a empresa espera ainda ter aprovada uma operação de US\$ 40 milhões com a International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, destinada ao alongamento do perfil do endividamento e ao reforço do capital de giro.

Nos nove primeiros meses do ano a companhia apurou receita líquida consolidada de R\$ 179,4 milhões, com alta de 23,9% sobre igual período de 2006. O lucro líquido somou R\$ 8 milhões e reverteu o prejuízo de R\$ 4,6 milhões apurado de janeiro a setembro do ano passado. O grupo SLC, que controla ainda as empresas Ferramentas Gerais (distribuidora de máquinas e ferramentas industriais, que responde por quase 50% da receita total do conglomerado) e a SLC Alimentos prevê receita de R\$ 1,4 bilhão em 2007, ante R\$ 1,186 bilhão no ano passado.

Etanol

Preço do álcool sobe nas usinas paulistas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007

Litro do hidratado dispara 8,13% e anidro fica 6,69% mais caro

O preço médio do litro do álcool hidratado disparou 8,13% e o do anidro subiu 6,69% nas usinas paulistas na semana passada, de acordo com o indicador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq). Com a alta, que coincide com o início da entressafra da cana-de-açúcar no Centro-Sul do País, os preços dos combustíveis vendidos nas usinas voltam aos níveis do final de maio e do começo de junho.

O litro do hidratado, utilizado nos veículos a álcool e nos flex fuel, foi cotado, em média, a R\$ 0,63371, ante R\$ 0,58604 da semana anterior. Já o álcool anidro, misturado em 25% à gasolina, foi comercializado, em média, a R\$ 0,71322, o litro, ante os R\$ 0,66852 da semana passada, de acordo com o Cepea.

Para o consultor Luiz Carlos Correa Carvalho, da Canaplan, a alta do álcool é resultado do aumento na demanda pelo combustível, por causa do preço compensador, principalmente no Estado de São Paulo, em relação à gasolina. “O preço sobe naturalmente sempre a partir de agosto, mas nessa safra, com a produção maior e a exportação praticamente estável, a alta começa em novembro.”

Na semana passada, a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) informou que as destilarias do Centro-Sul deveriam encerrar outubro com uma venda recorde de 1,45 bilhão de litros de álcool no mercado interno, o que seria cerca de 40% superior ao volume de igual período no ano passado.

De acordo com a Unica, o preço do etanol é o menor dos últimos quatro anos e, na mesma semana de 2006, o litro do álcool hidratado custava R\$ 0,75796 ou 16,4% inferior ao preço da semana passada. No caso do álcool anidro, o preço na última semana de outubro de 2006 era de R\$ 0,86636, ou 17,7% inferior ao preço de 2007.

PF prende 10 por distribuição ilegal de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/11/2007

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA - Dez pessoas que supostamente participavam de esquema criminoso de distribuição de álcool, ao menos desde 2001, no Vale do Paraíba e no Rio, foram presas pela Polícia Federal. Há mais três mandados de prisão.

Entre os presos, podem estar donos de distribuidoras, diz a PF. Eles serão indiciados por formação de quadrilha e comercialização de combustível fora das normas da ANP. O esquema reutilizava notas fiscais para transportar álcool anidro, adicionado à gasolina, para postos de bandeira branca.

O coordenador da operação, delegado Ronaldo Campos, disse que revendedores pagavam os combustíveis diretamente na conta dos produtores, sem registro da operação. Isso, diz a PF, dificulta estimar as perdas com sonegação de impostos.

O Brasil na rota do bioetanol – Carlos Tadeu da Costa Fraga – Folha de São Paulo – Opinião – 06/11/2007

A VISITA do presidente Lula à unidade experimental de produção de bioetanol do Cenpes (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras) no Rio de Janeiro, na sexta-feira, dia 26/10, chama a atenção para um dos grandes motivos de orgulho do Brasil: a contínua busca pela independência tecnológica no setor energético.

A Petrobras é responsável por parte importante dessa história. Seja no desenvolvimento de tecnologia pioneira de exploração e produção de petróleo em águas profundas, seja no processamento de petróleo pesado para obter combustíveis e produtos petroquímicos, seja no avanço na primeira geração de biocombustíveis, com rotas inovadoras para a produção de biodiesel e o processo HBio.

Agora, quando a busca de novas alternativas energéticas desponta como questão central no mundo, a Petrobras busca mais uma vez a dianteira do desenvolvimento tecnológico brasileiro, investindo fortemente na pesquisa de energias renováveis, especialmente biocombustíveis de segunda geração, produzidos a partir de resíduos agroindustriais.

Desenvolvida em parceria com a empresa brasileira Albrecht, a planta piloto de etanol de lignocelulose é a única no Brasil a utilizar a tecnologia enzimática. Essa planta conta com inovações pioneiras que geraram dois depósitos de patente -uma delas, a milésima da Petrobras- e que permitiram alcançar rendimento e produtividade expressivos.

O foco inicial da pesquisa do bioetanol é o bagaço de cana, largamente disponível no Brasil e que hoje é rejeitado ou subaproveitado. A tecnologia está sendo desenvolvida em parceria com universidades brasileiras. Com a Escola de Química da UFRJ, desenvolvemos a concepção e o processo de produção de bioetanol com ação de enzimas. Com a UnB e a Ufam, pesquisamos novos microrganismos para a produção de enzimas capazes de melhorar a produtividade e a economicidade do processo.

Atuamos em cooperação também com a Embrapa e o Inmetro, instituições de excelência em suas áreas de atuação, que detêm conhecimentos complementares importantes para o sucesso do processo. A partir dos parâmetros resultantes dos testes na unidade experimental, programaremos uma nova unidade, em escala semi-industrial. Esses testes

serão importantes para superar os gargalos tecnológicos ainda existentes, como a obtenção de enzimas de custo e desempenho competitivos e a redução do tempo de fermentação.

Mas quem quer estar na vanguarda não pode isolar-se do cenário a sua volta. Expressivos esforços em pesquisa nessa área também têm sido feitos por instituições na Europa e na América do Norte. Há várias alternativas tecnológicas em desenvolvimento, sendo as mais relevantes as rotas termoquímicas e bioquímicas.

Nas termoquímicas, usam-se altas temperaturas e catalisadores para transformar o carbono e o hidrogênio presentes na biomassa em hidrocarbonetos, como gasolina e diesel. Acrescentando oxigênio, pode-se obter também alcoóis, como etanol ou butanol.

Nas rotas bioquímicas, utilizam-se enzimas para promover a quebra da celulose da biomassa em açúcares, que são fermentados para gerar álcool. Cada caminho apresenta prós e contras e, no atual estágio, é impossível prever qual dominará o mercado.

A Petrobras avalia constantemente alternativas tecnológicas e investe no desenvolvimento das que julga mais promissoras.

Se nas rotas bioquímicas investimos no bioetanol, nas termoquímicas apostamos na produção de diesel sintético a partir de biomassa ("biomass-to-liquids" -BTL), com previsão de uma planta piloto em 2009.

Buscamos novas parcerias com empresas e instituições nacionais e estrangeiras com potencial para aumentar a velocidade e reduzir o risco do desenvolvimento tecnológico nessa área. Parcerias que obedecem a critérios rigorosos, garantindo o domínio tecnológico para a Petrobras -e para o Brasil- e resguardando a propriedade intelectual de forma adequada.

Graças à combinação de fortes investimentos em tecnologia com a cooperação tecnológica, a Petrobras superou desafios, como produzir petróleo em águas profundas, adaptar seu parque de refino ao óleo pesado brasileiro, conquistar e manter a auto-suficiência em petróleo e consolidar-se entre as grandes petrolíferas mundiais.

Para isso, o domínio tecnológico foi fundamental. Empenhamo-nos em repetir essa trajetória com os biocombustíveis, potencializando a vocação natural brasileira para as energias renováveis.

CARLOS TADEU DA COSTA FRAGA , 50, é engenheiro de petróleo e gerente-executivo do Cenpes (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Alegação é que a BR força os preços para baixo sem repassar queda ao consumidor - A BR nega exercer política predatória e atribui a queda dos preços ao aumento da produção no centro-sul, sem a mesma alta na exportação

Os usineiros do Nordeste articulam recorrer ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) contra a Petrobras Distribuidora (BR) por suposto abuso de poder econômico na compra de álcool combustível. O movimento começou na Paraíba, terceiro maior produtor de álcool da região.

O Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar da Paraíba, Eduardo Coutinho, diz que a BR força os preços para baixo e não transfere a redução para o consumidor. "É uma apropriação indébita de renda", afirma.

Ele diz que os sindicatos devem ir ao Cade, nos próximos dez dias, pedir que o órgão investigue a política de comercialização da estatal, antes de votar a incorporação da rede de postos de combustíveis da Ipiranga à BR, no Nordeste.

"Se a compra dos postos Ipiranga for aprovada, a BR terá 46% do mercado. Ela tem que assumir responsabilidade correspondente ao poder de mercado que possui", diz Coutinho.

A BR nega exercer política predatória na compra de álcool e atribui a queda dos preços ao aumento da produção no centro-sul, sem o correspondente aumento nas exportações.

A safra nordestina 2007/8 começou na Paraíba, em julho. O preço médio de aquisição de álcool, nas usinas, que estava em R\$ 0,91 o litro em maio, em Pernambuco, baixou para R\$ 0,76 em setembro e para R\$ 0,68 nas últimas semanas. A Paraíba, que converte em álcool 72% da cana plantada, tem a situação mais crítica. Os Estados vizinhos têm maior flexibilidade para direcionar a produção para o açúcar. Segundo Coutinho, a BR estaria priorizando a compra de grandes produtores e alijando os menores. As distribuidoras admitem que há uma transferência de excedentes de álcool de Goiás para o Nordeste.

Relatórios internos de vendas de sindicatos e de associações de produtores de álcool indicam que a estatal reduziu as compras. Um relatório interno da Alco (Associação Brasileira da Indústria de Álcool), de produtores do Nordeste, diz que as vendas intermediadas pela entidade à BR de agosto a outubro deste ano somaram um terço do movimento de igual período do ano passado.

Segundo os produtores, as outras grandes distribuidoras seriam menos agressivas comercialmente, mas a BR, pelo peso que tem na distribuição, baliza os preços do mercado. Ela é acusada também de privilegiar algumas usinas na compra de álcool hidratado para

atendimento dentro dos próprios Estados produtores. Essa venda é particularmente disputada, em razão dos incentivos fiscais de crédito do ICMS, que aumentam a remuneração do produtor. Na Paraíba o crédito do ICMS é de 12%.

Contratos - Em Pernambuco, avolumam-se as queixas dos usineiros contra as grandes distribuidoras, em geral. "Qual o papel das distribuidoras? Elas não têm compromisso de compra de longo prazo, só compram da mão para a boca no Nordeste, e não formam estoques para regulação do mercado", afirma Renato Cunha, presidente do Sindicato da Indústria de Açúcar e de Alcool do Estado.

Segundo Cunha, a queda-de-braço entre compradores e fornecedores é desigual, porque há 70 usinas e destilarias oferecendo álcool no Nordeste para cinco grandes compradores (BR, Shell, Esso, Texaco e Ipiranga), que serão reduzidos para quatro quando a BR absorver a estrutura da Ipiranga no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cunha reivindica intervenção da ANP (Agência Nacional de Petróleo) para disciplinar as contratações. Segundo ele, não há contratos de compra de longo prazo no Nordeste, e as compras são feitas para um mês, "da mão para a boca".

O setor quer ainda que a BR divulgue o volume de compras de álcool, por usina. Segundo Cunha, a prática existia até cinco anos atrás, e foi abandonada com a anuência da ANP.

Declínio - O Nordeste vem perdendo participação na produção nacional. A estimativa é que responderá por 10% da safra 2007/8. A região foi o berço da cana-de-açúcar no Brasil, mas entrou em declínio por falta de competitividade com o centro-sul, onde o custo é menor.

Nos últimos 15 anos, 18 usinas fecharam as portas em Pernambuco. Em Alagoas, 10 fecharam ou foram transferidas para o Sudeste e o Centro-Oeste. Na atual safra, é esperada produção de 1,96 bilhão de litros no Norte e Nordeste -a nacional é estimada em 20,54 bilhões. Pelas projeções do setor, pelo menos 250 milhões de litros produzidos no centro-sul irão para o Norte e o Nordeste.

Preço do álcool não cai para os consumidores

DA ENVIADA ESPECIAL A PERNAMBUCO - Na queda-de-braço entre os produtores de álcool e as distribuidoras, um ponto é inequívoco: a queda dos preços não é transferida aos consumidores.

Enquanto para o produtor o litro de álcool baixou 16,48% de maio a setembro, o preço médio nos postos de combustível de Pernambuco recuou apenas 1,86%.

Segundo dados do Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes), enquanto o preço de compra na usina esteve em R\$ 0,76 por

litro em setembro, o consumidor pagou, em média, R\$ 1,58 pelo litro do combustível em Pernambuco. Com quem ficou a diferença de 108%?

Para tentar responder à pergunta, a Assembléia Legislativa de Pernambuco fez audiência pública na última quarta-feira, com a presença de fornecedores de cana, usineiros, distribuidores, postos de combustíveis, Procon e do governo do Estado.

Ao final de quase três horas de discussão, não houve consenso. Para as distribuidoras, o vilão é o Estado, que recolhe R\$ 0,56 de impostos em cada litro de álcool vendido, e os usineiros sonegadores que vendem álcool de forma clandestina, sem nota fiscal, a preços menores do que o mercado oficial.

Para a Secretaria estadual da Fazenda, os impostos não explicam a manutenção dos preços altos na bomba, porque a alíquota e a base de cálculo foram as mesmas em maio e em setembro.

Os usineiros e os fornecedores de cana reclamam da concentração do mercado de distribuição e a falta de regulação pelo governo.

O presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana do Estado, Gerson Carneiro Leão, diz que a cana está sendo vendida às usinas a R\$ 29 a tonelada, contra R\$ 50 praticados no ano passado. Para ele, as distribuidoras agem como cartel. O Sindicom diz que há 170 distribuidoras no país, e nega haver cartel.

Margem - A comparação da estrutura de custos do álcool mostra aumento da margem das distribuidoras. Segundo dados apresentados pelo diretor de Defesa da Concorrência do Sindicom, Elvio Rebeschini, as distribuidoras saíram de uma suposta margem negativa de R\$ 0,06 por litro em maio para uma margem positiva de R\$ 0,04 em setembro. Ou seja, ganharam R\$ 0,10 por litro em quatro meses. A margem dos postos, naquele mês, foi de R\$ 0,20 por litro, segundo dados do Sindicom.

O aumento do ganho dos distribuidores é atribuído à resolução nº 7, da ANP, de março deste ano, que obriga os postos a só comprarem combustíveis da distribuidora de sua bandeira, e limita a 5% a venda de álcool entre as distribuidoras. A medida diminuiu a concorrência na distribuição, e as chamadas "distribuidoras de aluguel".

Para BR, não há interferência nos preços

DA ENVIADA A PERNAMBUCO - A direção da Petrobras Distribuidora nega que use seu poder na distribuição de combustíveis para forçar a queda dos preços do álcool no Nordeste, como acusam os produtores.

Para a BR, a principal causa da queda nos preços do álcool na ponta do fornecedor é o aumento da produção no centro-sul, sem a correspondente alta das exportações. A empresa também nega privilegiar algumas usinas em detrimento de outra. Diz que compra combustível de cerca de 200 produtores, no país, cadastrados na ANP.

A BR diz que não compra de fornecedores que estejam em litígio com ela, nem de produtores que usem mão-de-obra infantil ou tenham sido autuados por manter trabalhadores em condição degradante.

Quanto à reivindicação dos produtores para que divulgue o volume de suas compras, por fornecedor, a empresa declarou que informa, semanalmente, à Esalq, seus preços de aquisição, por região, para formação dos indicadores do setor.

Shell e Codexis fazem parceria global na área de bioenergia – Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 07/11/2007

A Shell anunciou ontem a formação de uma joint venture com a americana Codexis para desenvolver enzimas voltadas à produção de biocombustíveis de segunda geração (segundo as empresas, combustíveis produzidos a partir de biomassa não utilizada para alimentação. O acordo, cujo valor é mantido em sigilo, prevê a união das empresas por cinco anos, podendo se estender a dez anos, e a compra de participação societária da Codexis pela Shell.

Em teleconferência, Graeme Sweeney, vice-presidente executivo de Combustíveis do Futuro e Emissões de Carbono da Shell, afirmou que o acordo permitirá à empresa acelerar seus planos atuar no segmento de moléculas para conversão de biomassa em líquido (BTL, sigla para Biomass to Liquid, um tipo de diesel feito a partir de resíduos como palha ou lascas de madeira), produção de combustíveis sintéticos e de biodiesel. A Shell já mantém parceria neste segmento com a canadense Iogen (em etanol lignocelulósico) e a alemã Choren, que desenvolve etanol a partir de resíduos de madeira.

Em 2006, a Shell vendeu mais de 60 mil barris de biocombustíveis ao dia no mundo e prevê que este mercado crescerá 45% até 2030. A empresa planeja elevar sua participação, hoje de 1%, a 7% no período.

Na nova parceria, Shell e Codexia desenvolverão enzimas para produção de etanol lignocelulósico - a enzima converte a celulose em açúcar que, fermentado, se transforma em etanol. "A Shell vai aproveitar a experiência com etanol no Brasil para avançar no mercado de biocombustíveis", afirmou Sweeney. A meta, segundo ele, é investir inicialmente nos mercados europeu e americano. "Muitos países estão apostando no mercado de biocombustíveis. Estamos atentos a todas as oportunidades que surgirem."
(CB)

Unica faz aliança com entidades internacionais a favor do álcool - Mônica Scaramuzzo
– Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) entregou ontem uma carta para a embaixada da ONU no Brasil criticando o relatório preparado pela Organização das Nações Unidas, divulgado em agosto, e que recomenda moratória de cinco anos para a produção mundial de etanol a partir de milho, cana e outras matérias-primas. O relatório, preparado pelo relator especial da ONU para o direito à alimentação, Jean Ziegler, sugere que a produção de combustível pode causar fome no mundo.

Marcos Jank, presidente da Unica, uniu-se a outras três entidades que representam os produtores de etanol dos EUA, União Européia e Canadá. Todos entregam ontem a mesma carta às suas embaixadas da ONU de seus respectivos países criticando as recomendações feitas pela organização. As embaixadas deverão encaminhar as cartas para a secretaria-geral da ONU.

O protesto, com um certo atraso, uma vez que esse relatório foi divulgado em agosto, foi decidido na semana passada, quando os representantes das quatro entidades se reuniram em Amsterdã, na Holanda, durante conferência internacional sobre etanol.

Jank argumenta que o relatório da ONU não foi baseado em dados técnicos, nem científicos. Segundo ele, importantes países produtores de etanol, como Brasil e EUA, já investem na produção de etanol de segunda geração, o que não compromete a produção de alimentos. Segundo ele, o problema da fome não está relacionado à produção de biocombustíveis, mas é resultado da baixa renda, desemprego, falta de infra-estrutura, fragilidades institucionais e políticas públicas mal direcionadas.

No domingo, o secretário-geral da ONU, Ban K-Moon, visitou a usina, Santa Adélia, localizada na região de Jaboticabal (SP). "Não entregamos nossa carta pessoalmente porque não queríamos quebrar o protocolo", disse Jank. O presidente da Unica disse que as quatro entidades internacionais vão se reunir em fevereiro próximo nos EUA e continuarão discutindo ações em defesa do etanol.

Multigrain compra terras e mira biocombustível - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007

A Multigrain AG (joint venture entre a brasileira PMG Trading, a cooperativa americana CHS e a japonesa Mitsui) anunciou ontem a aquisição de 100 mil hectares de terra no Brasil, sendo 80 mil no oeste da Bahia, 10 mil em Minas Gerais e 10 mil no Maranhão.

O investimento, cujo valor é mantido em sigilo pelas empresas-sócias, faz parte do projeto de verticalização das atividades da Multigrain no Brasil. "A meta é criar uma empresa diversificada e com maior controle sobre o processo de produção e processamento", afirmou Stefano Rettore, principal executivo ad CHS no Brasil. Em 2006, a Multigrain associou-se à cooperativa americana CHS Inc. para dobrar seu faturamento até 2008, passando de US\$ 400 milhões a US\$ 800 milhões. Em agosto deste ano, fez nova sociedade, desta vez com a japonesa Mitsui, para investir sobretudo no segmento de biocombustíveis.

Nos próximos dias, a empresa deverá anunciar formalmente investimento em uma usina de etanol e no plantio de cana-de-açúcar no país, em parceria com a Mitsui, que já detém 25% de participação acionária na empresa. "Já negociamos a aquisição de máquinas

para a instalação da indústria, falta apenas aprovação do governo para iniciar o projeto", afirmou Paulo Garcez, presidente da Multigrain, ao Valor.

Antes disso, no entanto, a empresa prefere garantir terras para plantio próprio da cana-de-açúcar. Parte dos 100 mil hectares adquiridos nos três Estados serão destinados ao cultivo da cultura. A Multigrain também pretende investir no plantio de soja, milho e algodão e na instalação de quatro unidades para beneficiamento de algodão. "É estratégico para a empresa ter participação nas áreas de produção e logística", observou Stefano Rettore.

Conforme Rettore, a empresa, que atua na exportação de soja, açúcar, algodão e trigo e na importação de fertilizantes, avalia investir em novos negócios no Brasil e formar parcerias na Europa e China. A previsão da Multigrain para este ano é atingir um faturamento próximo a US\$ 800 milhões, com a comercialização de 2 milhões de toneladas de commodities.

Desse total, a empresa exporta em média 1,5 milhão de toneladas de soja ao ano para Japão, China e outros países da Ásia. Para 2008, a meta é crescer acima de 50%, com a injeção de capital que recebeu da Mitsui e da CHS. "Vamos recalcular nossas metas, dado o crescimento acelerado deste ano", afirmou Garcez.

Adeco busca fazer do Brasil sua base para algodão, café e etanol - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 14/11/2007

Há quase três anos no Brasil, a Adeco Agropecuária, empresa agrícola que tem o megainvestidor George Soros como acionista majoritário, quer transformar o país em sua plataforma para a produção de algodão, café e álcool. Com produção de grãos e leite na Argentina e grãos no Uruguai, o Brasil deve se tornar no próximo ano a maior plataforma de agronegócios do grupo. Os primeiros passos já foram dados. Agora, a Adeco se prepara para a segunda etapa de expansão no território nacional, o que permitirá ao país ultrapassar a vizinha Argentina em faturamento dentro do grupo.

Após anunciar investimentos de US\$ 900 milhões na construção de três usinas de álcool no Mato Grosso do Sul, o grupo, que já tem uma usina sucroalcooleira em Minas Gerais, deverá fazer aportes de mais US\$ 70 milhões para ampliar a produção de café e algodão no país. "Queremos duplicar nossa área plantada no Brasil", diz Leonardo Berridi, diretor da Adeco no Brasil.

A expansão da Adeco no Brasil tem sido pontuada por aquisições de terras, sobretudo no Centro-Oeste e oeste baiano. No fim de 2004, quando fez seu primeiro investimento no país, de US\$ 50 milhões, a Adeco comprou terras no sudoeste de Tocantins e oeste baiano, um total de 20 mil hectares. Hoje a empresa ocupa 24 mil hectares nessas duas regiões, além dos 14 mil hectares com cana no Mato Grosso do Sul.

A produção de café - todo irrigado - e de algodão do grupo está concentrada na região de Barreiras, no oeste baiano, e a de milho e soja no sudoeste de Tocantins. "É a melhor região para se plantar café no Brasil, uma vez que não há risco de geadas", diz Berridi. Os planos do grupo são fazer investimentos de mais US\$ 70 milhões para ampliar a produção de grão e de algodão na mesma região.

Criada em 2002, com aquisições de terras na região dos Pampas e do nordeste argentino, a Adeco quer explorar o que há de melhor nos países em que atua. Além de George Soros, acionista majoritário, o grupo tem como sócios o fundo de investimentos

estrangeiros HBK e pequenos investidores, entre os quais, dez executivos do grupo da Argentina e do Brasil.

Na Argentina, a Adeco comprou em 2002 cerca de 75 mil hectares de terras e hoje tem uma área de cerca de 200 mil hectares ocupados com soja, milho, trigo, arroz e pecuária leiteira. O grupo acabou de selar uma joint venture com a Agropur, cooperativa de leite do Canadá, em um investimento de US\$ 40 milhões, para crescer em lácteos na Argentina. "Queremos explorar a expertise de cada país", diz Berridi. "No Uruguai, o grupo ocupa uma área de 10 mil hectares também com soja, milho e cevada."

O grupo responde por 10% da produção de arroz da Argentina, com uma produção de 120 mil toneladas naquele país. "Vamos lançar arroz com a nossa marca no Brasil", afirma Berridi. Em grão, a produção da Adeco nos três países soma cerca de 600 mil toneladas.

No Brasil, a Adeco deverá fechar o ano com faturamento de US\$ 64 milhões. Na Argentina, em US\$ 110 milhões. Para 2008, a expectativa é de que a receita quase dobre no território brasileiro, totalizando US\$ 120 milhões. Para a Argentina, a receita está estimada em US\$ 132 milhões em 2008, afirma Orlando Carlos Editore, diretor-administrativo e financeiro do grupo no Brasil.

Com a entrada das usinas em operação, o faturamento da Adeco do Brasil vai ultrapassar o da Argentina, afirma Editore.

No país vizinho, o grupo quer se concentrar em grãos. "Os custos de produção para os grãos são três vezes menores que o do Brasil, apesar das terras mais férteis custarem três vezes mais que a do Brasil", afirma Berridi.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

O biodiesel e os desafios da inovação - Georges Flexor – Agência Carta Maior – 31/10/2007

O lançamento do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel (PNPB) foi cercado de esperanças de que ele traria uma nova matriz de produção na área de energia, mais inclusiva do ponto de vista social e menos desgastante do ponto de vista ambiental. Mas não é bem assim.

Embora as origens do biodiesel remontem à invenção do motor com ignição por compressão, desenvolvido pelo engenheiro alemão Rudolf Christian Karl Diesel no final do século XIX, e a primeira patente tenha sido atribuída ao brasileiro Expedito Parente nos anos 1980, sua incorporação efetiva à agenda das políticas enérgicas brasileiras só ocorreu no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Entre outras iniciativas que marcaram o redescobrimto do potencial do biodiesel destaca-se o Programa Brasileiro de Biocombustíveis (Probiocombustíveis) lançado em 2002 e coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Os principais argumentos avançados na época para a implementação do programa eram: 1) a diminuição da dependência dos derivados do petróleo; 2) a criação

de novos mercados para oleaginosas; 3) o crescimento da demanda global por combustíveis alternativos e 4) a redução das emissões de gás carbônico.

No entanto, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência no final de 2002, o Probiodiesel acabou reformulado para incorporar a questão da inclusão social, um dos pilares da estratégia do governo “Lula”. Esse aspecto era, em particular, associado à possibilidade de usar o óleo de mamona na produção de biodiesel, incentivando a geração de renda e emprego no Nordeste, já que a matéria-prima era apropriada às condições socioambientais da região. Para institucionalizar o programa, foi estabelecida, por meio de um decreto em dezembro de 2003, a Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações direcionadas à produção e uso de biodiesel como fonte alternativa de energia. Durante o ano de 2004, foram realizados vários estudos técnicos que comprovaram a viabilidade do biodiesel, apoiando-se nas seguintes decisões: em setembro de 2004, o governo editou a Medida Provisória 214 definindo o biodiesel e delegando competências à Agência Nacional do Petróleo para a sua regulação; 2) no final de novembro, foi aprovado um programa de apoio financeiro aos investimentos em biodiesel pelo BNDES e 3) no dia 6 de dezembro de 2004, foi oficialmente lançado pelo presidente da República o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Ao mesmo tempo, instituiu-se o selo “Combustível Social”, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aos produtores de biodiesel que adquirissem matéria-prima dos agricultores familiares e lhes assegurassem assistência e capacitação técnica. Para incentivar a efetivação do selo, o PNPB institucionalizou uma redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, com coeficientes diferenciados em função da matéria-prima (mamona, soja, dendê etc.), da região de produção e do tipo de fornecedor (agricultura familiar ou agronegócio).

Uma vez sancionada a Lei do Biodiesel, iniciou-se a fase de implementação do programa. Apesar das expectativas suscitadas pelo seu caráter inovador, havia um alto grau de incerteza quanto ao andamento efetivo dessa fase. Em primeiro lugar, não era trivial a incorporação numa mesma esfera de ação pública de atores sociais tão distantes do ponto de vista dos interesses, valores, rotinas e cultura organizacional, como, por exemplo, a Petrobras e os agricultores familiares, ainda que o programa tenha proporcionado incentivos para tornar essa articulação efetiva.

Em segundo lugar, os problemas encontrados nos suprimentos de óleo de mamona causavam incertezas. Procurando solucionar esses problemas, representantes do MDA passaram a intensificar seu trabalho junto com sindicatos e movimentos sociais no intuito de dar maiores informações sobre as regras contratuais, os padrões de produção industriais e as oportunidades de renda e trabalho proporcionadas pelo PNPB. Esperava-se que essas organizações pudessem servir como agentes de transmissão de informações e conhecimentos junto aos produtores e estabelecer um grau de confiança sem o qual a continuidade do projeto poderia estar comprometida. Além disso, o MDA criou uma linha de financiamento do Pronaf para estimular a produção de mamona. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o MCT, a partir da mobilização dos recursos proporcionados pela rede brasileira de biodiesel, intensificaram seu trabalho de mapeamento das rotas tecnológicas viáveis, buscando sobretudo opções para diversificar as fontes de matéria-prima. Esses esforços tiveram o mérito de mostrar que havia várias

soluções possíveis, como o dendê e o girassol, e até mesmo inesperadas como o pinhão manso. A Petrobras, do seu lado, passou a incentivar pesquisas para elevar a produtividade e descobrir novos usos para a “torta” de mamona objetivando elevar a lucratividade do negócio, embora cogitasse mais fortemente o uso de outras oleaginosas para garantir o suprimento.

As diferentes iniciativas visavam garantir credibilidade e viabilidade ao PNPB. No entanto, para muitos, sejam eles críticos ou torcedores do programa, o primeiro teste realmente significativo era vinculado aos resultados dos leilões públicos de venda de biodiesel, cujo desenho tinha sido idealizado para servir de matriz institucional inicial ao desenvolvimento do mercado e da indústria de biodiesel no Brasil. No primeiro leilão foram adquiridos 70.000 m³ de biodiesel, sendo 54,3% deste à base de óleo de mamona e vendido pela Brasil Biodiesel. As demais oleaginosas foram soja (38,6%) e dendê (7,1%). Os leilões posteriores, no entanto, revelaram uma série de problemas, minando parte do entusiasmo inicial e mostrando a necessidade de realizar ajustes institucionais e organizacionais para manter vivas as aspirações originais do PNPB.

O volume de biodiesel negociado nos leilões, por exemplo, não tem apresentado crescimento regular e a entrega da produção negociada encontra-se incerta. Segundo a ANP, entre janeiro e junho de 2007 foram produzidos 122 milhões de litros de biodiesel. Ainda que represente uma expansão da oferta, o volume é 30% inferior ao que deveria ser entregue até junho de 2007, de acordo com os contratos firmados no segundo leilão de biodiesel. Além disso, quase todas as empresas produtoras de biodiesel estão com sua produção abaixo do que foi prometido e parte do volume produzido não está em conformidade com as normas de qualidade estabelecida pela ANP, obrigando sua devolução pelas distribuidoras.

Em teoria, numa situação em que os preços do biodiesel compensam tanto os custos de produção quanto aqueles derivados dos problemas de coordenação entre os atores envolvidos, os leilões da ANP representariam uma opção atraente para as empresas e as expectativas de lucros incentivariam maior disciplina entre os agentes da cadeia. No entanto, os preços negociados nos leilões mostraram trajetória de queda enquanto os preços internacionais das principais matérias-primas, a soja em particular, estão subindo. Por outro lado, os problemas organizativos da cadeia de biodiesel – como a assistência técnica deficiente, logística inadequada, falta de fiscalização, mercado informal crescente, insegurança contratual e conflitos com governos estaduais, etc. – dificultam a coordenação entre os atores envolvidos no programa.

Esses problemas e suas possíveis conseqüências sobre a credibilidade e legitimidade do PNPB estão levando o governo e as demais partes interessadas no desenvolvimento do biodiesel a rever seus objetivos, critérios e modos de operar. Uma primeira linha de ação é a reafirmação do compromisso do governo federal com o desenvolvimento do biodiesel como parte da matriz energética de longo prazo. Em recentes viagens ao exterior, por exemplo, o presidente destacou que o biodiesel brasileiro é uma “semente que certamente vai dar muito fruto”.

A busca da maior integração entre os órgãos públicos, assim como entre os diversos atores da cadeia, representa um outro conjunto de ação relacionado com os ajustes necessários para manter o PNPB operacional. Uma iniciativa nessa direção foi empreendida para reunir, em Brasília, no dia 13 de junho de 2007, representantes da recém-criada União Brasileira do Biodiesel (Ubrabio) e o ministro do MDA, Guilherme Cassel. Para o governo, a criação da entidade é um elemento que pode proporcionar maior colaboração e facilitar a comunicação com os produtores de biodiesel. Essa busca por maior integração organizacional marcou, também a II Reunião do Selo Combustível Social que ocorreu em Brasília e reuniu representantes das empresas produtoras de biodiesel e da Petrobras, do Governo Federal, das instituições de apoio ao PNPB, como agentes financeiros e instituições de pesquisa, dos movimentos sociais e sindicais, das equipes técnicas e de supervisão dos Projetos Pólos Centro-sul e Nordeste e da equipe da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA.

A esses esforços organizativos soma-se uma revisão do mix de matéria-prima capaz de sustentar o desenvolvimento do programa. Com efeito, visto que os preços dos dois principais componentes do biodiesel (soja e mamona) colocam em xeque a viabilidade do programa, seja porque o preço da soja aumenta (soja) seja em função dos preços pagos pelas indústrias químicas e cosméticas pelo óleo de mamona, o alargamento da oferta se torna uma questão estratégica. Não por acaso, vêm se multiplicando estudos sobre o potencial energético do pinhão manso ou do dendê, considerada a matéria-prima mais viável para a produção de biodiesel, com rendimento de até 6 mil litros por hectare.

Do ponto de vista da dinâmica institucional, o lançamento do PNPB é interessante por vários motivos. Em primeiro lugar, destaca-se o grande número de organizações e instituições envolvidas na formulação do programa. De fato, além de 13 ministérios e várias estatais, participaram direta e indiretamente um conjunto heterogêneo de deputados e senadores, diversos institutos de pesquisa e centros tecnológicos, algumas associações empresariais e sindicatos. Essa formatação organizacional e institucional aponta para a complexidade dos valores e interesses em jogo na formulação de políticas públicas, tornando a identificação das causas e efeitos do processo de decisão um exercício bastante difícil. No mesmo sentido, a multiplicidade dos modos de coordenação, tanto em níveis interindividuais como interorganizacionais, implica o reconhecimento da diversidade de lógicas de ação, às quais recorrem os policy makers, e da complexidade das formas de governança da ação pública. Em segundo lugar, o PNPB, com seu foco na inclusão social, sua expectativa de crescentemente substituir as importações de diesel mineral e sua ambição de proporcionar um novo modelo de gestão do desenvolvimento agrário e energético, representa uma iniciativa corajosa e inovadora. No entanto, como toda inovação que modifica os parâmetros institucionais e organizacionais da implementação das políticas públicas, tradicionalmente setoriais, o PNPB requer ajustes, comprometimento e aprendizagem por parte dos atores envolvidos. Por fim, cabe assinalar que uma melhor compreensão desses processos demanda novas pesquisas e análises no assunto.

Georges Flexor é professor adjunto do Instituto Multidisciplinar IM/UFRRJ e pesquisador do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura OPPA/CPDA.

Política de biocombustível não muda com descoberta - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia & Negócios – 11/11/2007

A recente condição de potência petrolífera não levará o Brasil a abandonar seu programa de biocombustíveis, afirmou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O Brasil não vai diminuir em nenhum milímetro a sua política de biocombustíveis”, afirmou. Na sua avaliação, é do interesse do País possuir a matriz energética mais diversificada possível.

Lula disse que o governo está elaborando um programa que define as áreas onde podem ser cultivadas as plantas a partir das quais serão produzidos o álcool e o biodiesel. Na Amazônia, informou ele, só será permitido o plantio do dendê, que é uma planta da região, para produzir óleo.

“Não haverá cana de açúcar, não haverá soja na Amazônia”, afirmou. “Vamos aproveitar e preservar aquilo e fazer com que a riqueza da biodiversidade possa contribuir para que a gente possa ganhar dinheiro à custa da preservação da Amazônia, com modelo de desenvolvimento adequado, com manejo de nossa floresta”, reforçou o presidente.

O plantio de cana-de-açúcar nas áreas degradadas por pastagem na Amazônia colocou em lados opostos o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela quer proibir o plantio em toda a região amazônica e também no Pantanal. Resta saber o que será feito com a cana-de-açúcar plantada pela usina Álcool Verde, localizada no Acre, um projeto implantado com apoio do ex-governador Jorge Viana (PT).

A usina deverá começar a produzir açúcar, cana e eletricidade com queima de bagaço a partir do ano que vem.

Assentamento do MS inaugura usina de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 01/11/2007

A primeira usina para produção de biodiesel em áreas da reforma agrária em Mato Grosso do Sul será lançada neste domingo (4), às 8h, no Salão Paroquial do Projeto de Assentamento (PA) Nova Querência, no município de Terenos, a 30 quilômetros da capital, Campo Grande.

O empreendimento é uma iniciativa da Associação dos Agricultores e Agricultoras do Município de Terenos (Assafra), que buscou parcerias para torná-la realidade. Há dois anos, eles montaram o equipamento, mas faltava local adequado e recursos para fazê-lo funcionar.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cedeu uma área de 12,9 hectares, enquanto o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), do Banco do Brasil, financiou R\$ 96 mil para construir o barracão onde os equipamentos serão instalados.

Assim que estiver funcionando, a usina irá gerar dois mil litros de óleo diários. Tomando por base o preço médio atual, de R\$ 1,50 por litro, o projeto tem capacidade para render até R\$ 3 mil brutos a cada dia.

Na visão dos assentados, o escoamento não deve ser problema. Eles contam com a facilidade do Selo Combustível Social, conferido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o selo, o Governo Federal concede incentivos fiscais aos fabricantes de biocombustíveis que comprarem matéria-prima prioritariamente de agricultores familiares e assentados.

Nova Querência - Atentos às oportunidades, os moradores do PA Nova Querência não se acomodaram e organizaram-se para atuar em diversos pontos da cadeia produtiva. Na próxima safra, eles irão cultivar 300 hectares de amendoim, provavelmente consorciado ao pinhão-manso – as duas culturas são utilizadas como matéria-prima na produção do biodiesel. Tudo isso com financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O rendimento inicial esperado é de dois mil quilos por hectare. Mas, a partir do segundo ano, a produtividade deve aumentar para três toneladas por hectare. Da mesma forma, a tendência é elevar a área plantada para mil hectares e incorporar outras espécies oleaginosas, como girassol. A previsão é de que as 85 famílias do PA sejam integradas de alguma forma ao processo.

Todos esses dados foram anotados e calculados pela diretoria da Assafra ao longo de quase quatro anos. “Foram exatos 1.398 dias trabalhando no projeto, estudando as melhores alternativas de culturas e buscando parceiros que acreditassem na idéia”, conta o presidente da Assafra e idealizador do projeto, Francisco Hélio da Silva.

Ele faz questão de buscar nos meios acadêmicos o conceito de desenvolvimento rural sustentável, que usa para justificar a iniciativa: “Nós, os assentados, pensamos e fomos buscar os parceiros que acreditaram na nossa idéia”.

Renda e capacitação - A produção de biodiesel é a primeira de uma série de ações idealizadas pela Assafra para gerar renda no PA Nova Querência. Também estão previstas uma agroindústria de processamento de mandioca, marcenaria para fabricar caixas de abelhas e indústria para produzir ração a partir dos resíduos da mandioca e biodiesel.

Durante o evento do próximo domingo, será entregue uma patrulha mecanizada completa. Dessa forma, a comunidade terá maquinário próprio para produzir as oleaginosas que irão movimentar a usina de óleo combustível. “Teremos de aprender a trabalharmos juntos”, antecipa o presidente da associação.

A intenção é levar profissionalismo à gestão dos empreendimentos. Vinte pessoas estão inscritas em cursos de Administração de Empresas e de Cooperativismo oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Até o próximo ano, a Assafra será transformada em cooperativa, superando os limitantes impostos às associações para atuarem na comercialização de produtos. Para isso, criou um projeto de inclusão digital, em parceria com o Banco do Brasil, que cedeu oito computadores à entidade.

Leilões de biodiesel serão nos dias 13 e 14 – Sítio Eletrônico do MDA – 09/11/2007

O sexto leilão de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) – e segundo de 2007 – será realizado na próxima terça-feira (13). A expectativa é de que sejam comercializados 304 milhões de litros. Esse edital será disputado apenas por produtores de biodiesel detentores do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No dia 14, ocorrerá outro leilão aberto a todas as indústrias que possuírem autorização de funcionamento da ANP e registro especial na Receita Federal – hoje, o País possui mais de 30 aptas a produzir biodiesel.

Apesar de os leilões serem virtuais, os interessados, participantes ou não, poderão acompanhá-los pessoalmente na sede da ANP, no Rio de Janeiro, ou pela internet (www.comprasnet.gov.br). Será utilizado o sistema ComprasNet do Governo Federal, usado por diversos órgãos públicos para compra de bens e serviços. O prazo de entrega do biodiesel que será vendido é de 1º de janeiro a 30 de junho de 2008.

“O principal objetivo desses leilões é garantir o cumprimento da legislação que determina a mistura obrigatória de 2% de biodiesel no óleo diesel (B2), a partir de janeiro de 2008”, afirma Arnaldo de Campos, diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Inclusão no Nordeste - De acordo com Campos, também se busca o fortalecimento das parcerias entre as indústrias de biodiesel e os agricultores familiares, uma vez que o maior volume é dedicado exclusivamente às indústrias detentoras do Selo. “Com isso, poderemos dar seqüência ao processo de ampliação do número de famílias participantes do programa”. Até o final de 2008, perto de 200 mil famílias poderão participar do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Até o final deste ano, pelo menos 540 milhões de litros de biodiesel serão entregues pelas indústrias vencedoras dos cinco primeiros leilões. Cerca de 90 mil famílias de agricultores, metade delas no Nordeste do País, estão diretamente envolvidas na produção de oleaginosas para a fabricação do biodiesel. “A metade delas plantou mamona, um terço

cultivou soja e o restante investiu no girassol, dendê, amendoim e canola”, informa Campos.

Selo Combustível Social - O Selo é concedido pelo MDA às empresas produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social de agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Até a data do leilão, 25 indústrias devem ser portadoras do selo.

Por meio dele, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins e a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas.

Governo Federal atinge 100% da meta em leilão de biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 14/11/2007

Trezentos e quatro milhões de litros de biodiesel comercializados, o equivalente a R\$ 567 milhões. De acordo com dados preliminares da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), esse foi o resultado alcançado pelo sexto leilão de biodiesel realizado nesta terça-feira (13). Esse edital foi disputado apenas por produtores detentores do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nesta quarta-feira (14), está acontecendo outro leilão aberto também a todas as indústrias que possuem autorização de funcionamento da ANP e registro especial na Receita Federal.

No leilão de terça-feira, participaram sete empresas, sendo que 47% do produto foi comercializado pela Brasil Ecodiesel – o maior comprador é a Petrobras. O principal objetivo é garantir o cumprimento da legislação que determina a mistura obrigatória de 2% de biodiesel no óleo diesel (B2), a partir de janeiro de 2008.

Segundo Arnaldo de Campos, diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, foi registrada uma concorrência acirrada entre as indústrias, o que fez com que o preço ficasse abaixo do estabelecido pelo Governo Federal – deságio de 22,3%. Os contratos resultantes desses leilões serão assinados no início de dezembro. O prazo de entrega do biodiesel vendido é de 1º de janeiro a 30 de junho de 2008.

A maior parte do biodiesel comercializado terça-feira é proveniente de usinas do Rio Grande do Sul (25%). Na participação por região, no entanto, o Nordeste lidera com 35%. “Esse é um dado importante, pois trata-se do público prioritário do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. Com este resultado, o Governo continua perseguindo suas metas de inclusão de agricultores familiares nessa cadeia produtiva”, avalia.

Parceria fortalecida - Um dos objetivos dos leilões é também fortalecer a parceria entre as indústrias e os agricultores familiares e, assim, dar seqüência ao processo de ampliação do número de famílias participantes do programa. Cerca de 90 mil delas, metade no Nordeste do País, estão diretamente envolvidas na produção de oleaginosas para a fabricação do biodiesel. Metade delas plantou mamona, um terço cultivou soja e o restante investiu no girassol, dendê, amendoim e canola. Até o final de 2008, cerca de 200 mil famílias deverão ser incluídas nesse processo.

O gaúcho Claudio Lorenzoni, 31 anos, é um desses agricultores familiares. Ele possui uma propriedade de seis hectares no município de Passo Fundo (RS) e fornece soja para a empresa Oleoplan – cuja participação no leilão foi de 3%. “O biodiesel foi uma das melhores coisas que já aconteceram aqui para a gente. Além de ser menos poluente e renovável, alavanca o setor primário”, comemora.

O agricultor enfatiza que o produto também acaba sendo importante para a produção de alimentos. E ele tem razão. Para cada mil litros de biodiesel de soja, por exemplo, se produz cerca de 4,2 mil quilos de farelo. “Esse farelo, depois de torrado, torna-se uma ração de ótima qualidade. Quando fazemos uso dela, percebemos que o animal acaba produzindo uma carne mais bonita, sem muita gordura”, conta.

Selo Combustível Social - O Selo é concedido pelo MDA às empresas produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social de agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Por meio dele, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins e a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas.

País manterá ênfase no biodiesel, diz Lula a secretário-geral da ONU - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 13/11/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, que a descoberta da nova bacia de petróleo e gás em Santos não vai mudar a ênfase do governo brasileiro em relação ao biodiesel. Durante recepção no Palácio do Itamaraty, Ki-Moon fez questão de cumprimentar o presidente brasileiro pela descoberta que poderá inserir o país no rol dos grandes produtores de petróleo mundiais. "Independentemente de passarmos a ser exportadores de petróleo, nosso interesse em biocombustíveis continuará o mesmo", disse Lula, segundo relato do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Para Lula, o biodiesel será a alternativa de um combustível limpo para o futuro. Chegou várias vezes a afirmar que o "Brasil está plantando petróleo". Diante do secretário-geral da ONU, o presidente brasileiro assegurou que a nova matriz energética será importante "não apenas para quem depende da bioenergia, mas também para quem depende e vende petróleo".

Ki-Moon voltou a classificar o Brasil como um elemento importante nas discussões sobre meio ambiente. Em dezembro, haverá uma conferência da ONU sobre aquecimento

global em Bali, na Indonésia, para, entre outros temas, discutir alternativas para o término do Protocolo de Kyoto, marcado para 2012. O secretário-geral da ONU reconheceu que "o caminho para Bali passa por Brasília".

De acordo com Amorim, Lula reforçou os argumentos apresentados em Nairóbi, no Quênia, defendendo a concessão de incentivos para os países que diminuam o desmatamento. Ki-Moon afirmou que o Brasil é "um gigante verde tranquilo". O sul-coreano acaba de fazer, dentro da agenda de aquecimento global, um "tour" pela África, Ártico, Chile, passando pela floresta amazônica. Ficou impressionado com a questão do desmatamento. Em relação aos biocombustíveis brasileiros, mostrou cautela, lembrando que, ao lado de uma matriz menos poluente, ainda caminham problemas sociais e ao meio ambiente.

Fugindo das questões ambientais, Lula insistiu na aceitação do Brasil como integrante do Conselho de Segurança da ONU. Para o presidente, a ONU poderá perder a credibilidade se mantiver a mesma estrutura que tinha quando da sua criação, em 1945. "A geopolítica atual está diferente", afirmou Amorim. No encontro, o presidente brasileiro chegou a sugerir a criação de um grupo consultivo, informal, de líderes mundiais para agir em caso de crises internacionais.

Lula chegou a citar, como exemplo de atuação desse grupo, a busca de saídas para a crise do Oriente Médio. "Apesar de sabermos que existem novas tentativas de acordo, em alguns momentos é importante um ar novo nas negociações. E isso, na maioria das vezes, é possível com a presença de interlocutores novos." Segundo relato de interlocutores, Lula chegou a dizer que os Estados Unidos não teriam condições de colocar esse "ar novo" nas conversas. "Como é possível os Estados Unidos criarem um problema (conflito entre palestinos e israelenses) e depois quererem ser os mediadores da paz?", questionou o presidente.

O secretário-geral da ONU anotou as ponderações de Lula, mas não teceu comentários. Brincou, contudo, que tinha ficado impressionado com a quantidade de helicópteros que sobrevoam a cidade de São Paulo e solicitou que o país contribua com "apoio logístico" para a guerra civil no Darfur. O Exército brasileiro chegou a oferecer, segundo relato da ONU, "um hospital completo", mas as negociações não avançaram.

Em relação às pesadas críticas feitas pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, chamando o ex-primeiro ministro espanhol José Maria Aznar de fascista, e o rei Juan Carlos, da Espanha, de golpista, silêncio total. Ki-Moon afirmou que teria sabido da confusão pelos jornais. "No almoço tinha muita gente, se alguém comentou o assunto eu, sinceramente, não ouvi", desconversou Amorim.

BIODIESEL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 15/11/2007

A ANP concluiu ontem o sexto e o sétimo leilões de biodiesel, com a compra de 380 milhões de litros e movimentação financeira de R\$ 709 milhões. O volume é suficiente para abastecer o primeiro semestre, segundo a entidade. O leilão teve deságio médio de 22,3% sobre o preço inicial, de R\$ 2,40. A mistura passa a ser de 2% de 2008 a 2012.

Etanol

O etanol sob fogo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/11/2007

Os biocombustíveis estão sob ataque. E não só por obra de Fidel e Chávez. Crescem as críticas de organismos internacionais de que a corrida para a substituição de derivados de petróleo por sucedâneos renováveis produz alta dos alimentos e problemas ambientais.

Todos os dias aparece alguém em algum fórum internacional para denunciar que o Brasil está ajudando a devastar a Amazônia ou que os canaviais estão tomando áreas antes destinadas à produção de grãos.

O relatório da FAO (Food and Agriculture Organization), ligada à ONU, que deve sair nesta semana, apontará redução dos estoques mundiais de alimentos a seu nível mais baixo em 25 anos.

Em relatório da ONU, o economista suíço Jean Ziegler, que já combateu grandes corporações, agora afirma que essa produção de biocombustíveis é “um crime contra a humanidade”.

Até o Fundo Monetário Internacional advertiu que a iniciativa pode estar “reduzindo a área agricultável e a oferta de água”. Ontem o Guardian, de Londres, publicou matéria (O apetite do Ocidente por biocombustíveis causa fome no mundo pobre) em que descreve uma profusão de horrores produzidos pelos programas de etanol e biodiesel.

A Renewable Fuels Association informa que, só nos Estados Unidos, há 129 unidades produtoras de etanol, das quais cerca de 50% começaram a produzir em 2005. Lá, a matéria-prima é o milho, que tem enormes subsídios do Tesouro americano. Mais de metade da gasolina vendida naquele país contém certa dose de etanol.

Depois que o presidente Bush lançou o programa do etanol, que se propõe a produzir 132,5 bilhões de litros etanol em 2017, os preços do milho dispararam, levando com eles os da soja, do trigo e das carnes. (Veja gráficos.) Ninguém ignora o impacto da inflação no México depois que saltaram os preços da tortilla (alimento básico), que é feita de milho.

Os preços não estão em alta só porque os Estados Unidos passaram a produzir etanol de milho, mas também porque apenas na Ásia, a cada ano, mais de 50 milhões de bocas, antes excluídas do sistema, se abrem para o mercado de consumo.

A maior parte das críticas não é sequer honesta. Usa a onda para encorpar velhas jogadas protecionistas. Além disso, o galope dos preços tem tudo para empurrar ainda mais a produção, tanto de alimentos como de matérias-primas para biocombustíveis.

A guerra de ecologistas e defensores de pobres e oprimidos contra os biocombustíveis está tomando corpo. O esforço para reduzir a dependência do petróleo

(agora perto dos US\$ 100 por barril) e garantir energia limpa parece sob risco. É preciso mais do que lero-lero oficial para defender o etanol e o biodiesel, dois produtos em que o Brasil é campeão.

CONFIRA

Bomba verde - Ontem, os mercados de câmbio estremeceram após o vice-presidente do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo da China, Cheng Siwei, dizer que a China deve diversificar suas reservas. Hoje elas estão em US\$ 1,3 trilhão - mais de 80% em dólares. Diversificar seria tirar espaço do dólar a favor do iene e do euro.

Tiro no pé - Se levasse essas declarações às últimas conseqüências, a China derrubaria não só o dólar, mas seu próprio patrimônio nas reservas. Uma queda de 20% no valor do dólar equivaleria a perdas nas reservas de mais de um ano de superávit comercial da China.

Para proteger a soja, leis impõem restrição à cana – Fábio Amato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/11/2007

Limitação é adotada por cidades de Goiás e Minas - Pelo menos três cidades brasileiras -Rio Verde e Montividiu, em Goiás, e Sacramento, em Minas Gerais- já aprovaram leis que limitam as lavouras de cana-de-açúcar a um percentual de seus territórios. Em outras duas -Dourados (MS) e Uberaba (MG)-, restrição semelhante está sob análise das câmaras municipais.

As cinco cidades justificam a criação das leis apontando, entre outros motivos, a necessidade de garantir a diversidade da agricultura diante de uma suposta ameaça de monopolização provocada pela cana devido ao álcool. Um ponto em comum: todas elas têm forte presença de lavouras de soja.

A legislação mais rigorosa é a de Rio Verde (241 km de Goiânia). Uma lei de novembro de 2006 limita a cana a 10% da área da cidade, o que equivale a 50 mil hectares. O município tem hoje 4.000 hectares de cana e 280 mil de soja.

Em Montividiu (287 km de Goiânia), uma lei de março deste ano destina à cana 35% da área do município, que é de 187,5 mil hectares. A soja ocupa 105 mil ha. Pioneira, a mineira Sacramento (463 km de BH) limita os canaviais a 20% de sua área desde agosto de 2006. A cidade tem 307 mil hectares, dos quais 2,2% (cerca de 6.700 ha) com cana e 33 mil com soja.

Dourados (224 km de Campo Grande) e Uberaba (494 km de Belo Horizonte) têm projetos de lei que restringem a presença da cana sob análise de seus legislativos. Na primeira, o limite proposto é de 15% do território e, na segunda, 30%.

Segundo o advogado Walter Ceneviva e o professor de direito constitucional Marcelo Figueiredo, as leis que limitam o plantio de cana aprovadas pelos municípios são inconstitucionais. Segundo eles, a Constituição atribui à União a competência para legislar sobre assuntos ligados à agricultura.

Fósseis dominam energia até 2030, prevê relatório – Folha de São Paulo – Ciência – 08/11/2007

Carvão mineral, o combustível mais sujo, terá o maior crescimento na demanda - Crescimento acelerado da Ásia puxa consumo; agência diz que limitar aquecimento global a nível seguro exigirá ação política "excepcional"

DA REDAÇÃO - O futuro ao carvão pertence. Um relatório divulgado ontem pela Agência Internacional de Energia mostra que o combustível fóssil mais abundante, mais barato e mais poluente está sofrendo uma "ressurgência" de consumo e deve passar a responder por quase 30% da demanda energética global até 2030, contra 25% hoje.

A fome do planeta por carvão mineral tem endereço certo: Índia e China, gigantes asiáticos de crescimento econômico acelerado, que juntos responderão por 45% do aumento global na demanda por energia. O Panorama Energético Mundial 2007, relatório anual cujo sumário executivo está na internet (www.iea.org), traz uma perspectiva sombria para o combate ao aquecimento global após 2012 (quando vence o Protocolo de Kyoto).

Ele prevê que, se nada for feito agora, os combustíveis fósseis, que emitem gás carbônico e esquentam o planeta, continuarão dominando a matriz energética. Nem os altos preços do petróleo serão capazes de conter essa marcha. Ao contrário, "preços mais altos do petróleo e do gás estão tornando o carvão mais competitivo como combustível para geração de energia", diz o texto. As emissões de gás carbônico decorrentes desse aumento podem saltar 57%. Sairão de 27 bilhões de toneladas de CO₂ em 2005 para 42 bilhões em 2030.

Mesmo no chamado cenário de políticas alternativas, no qual os governos agem para evitar que a economia siga o rumo atual, implementando medidas de eficiência energética e investindo em fontes alternativas de energia, as emissões em 2030 ainda estarão 27% mais altas em 2030 do que em 2005. Isso significa que o mais provável é que, se as emissões de fato forem contidas, será possível estabilizar as concentrações de gás carbônico na atmosfera em 550 partes por milhão -o dobro dos níveis pré-industriais. Isso fará o planeta esquentar 3C. Para limitar o aquecimento a um nível considerado seguro pelos cientistas, 2,5C, seria necessário um corte de emissões de 19 bilhões de toneladas, algo que a agência praticamente descarta.

Uma ação política excepcionalmente rápida e vigorosa de todos os países e avanços tecnológicos sem precedentes, com custos altos, seriam necessários para tornar [isso] realidade."

Somos favoráveis a uma aliança estratégica global na produção de fontes renováveis de energia, limpas e acessíveis

OS CHEFES de Estado e de governo ibero-americanos se reunirão em Santiago (Chile) para aprofundar o debate e avançar propostas sobre tema de grande atualidade: o papel das políticas públicas no fomento da coesão social. Num mundo onde a lógica dos mercados globalizados e a velocidade das transformações tecnológicas questionam a eficácia de políticas públicas, é preciso reafirmar o compromisso de nossa comunidade com os valores da solidariedade e do bem-estar coletivo.

A experiência amarga dos anos 80-90 deixou uma lição dura, porém fundamental. Desemprego, pobreza, disparidades econômicas e sociais requerem, sem dúvida, respostas economicamente consistentes. Mas as soluções precisam ser socialmente justas. Só um Estado democrático pode articular essas duas dimensões.

Esse tem sido o desafio da Comunidade Ibero-Americana. Na América do Sul, vivemos a consolidação de nossas democracias, com a crescente participação de segmentos historicamente marginalizados que demandam urgentes ações governamentais que atendam suas reivindicações.

A resposta do governo brasileiro combina estratégias que muitas consideravam incompatíveis. Estamos acelerando o crescimento com medidas de distribuição de renda e geradoras de inclusão, mas sem renunciar a uma conduta macroeconômica responsável. Ao consolidar uma ampla rede de proteção social para os mais vulneráveis, estamos formando novos cidadãos e consumidores.

Os resultados são auspiciosos: crescimento sólido, inflação baixa, expansão do mercado interno com aumento do consumo popular e do crédito, ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores e redução da pobreza e das desigualdades. O programa Bolsa Família beneficia 11 milhões de famílias, mas, além de combater a miséria, garante, como contrapartida, a frequência escolar, a vacinação infantil e o acompanhamento pré-natal. O acesso à educação e à saúde abre perspectivas para a construção de vidas dignas e produtivas.

Por essa razão, meu governo está empenhado em assegurar educação pública de acesso universal e bom nível. Essa é uma ferramenta crucial para dar igualdade de oportunidades e criar chances de ascensão social. Queremos valorizar os professores, melhorar sua formação e aumentar seus salários. Por isso, estamos construindo mais e melhores escolas, sobretudo técnicas.

Estamos cientes de que o Estado, sozinho, não pode superar os problemas de uma marginalização arraigada. Essa tarefa requer parceria com diferentes setores da sociedade civil: empresas, sindicatos, ONGs, universidades e igrejas. Na esfera internacional também: esforços nacionais precisam ser complementados por ações e metas globais.

É preciso um novo paradigma que reconheça não haver "paz sustentável" sem garantia de empregos, oportunidades de desenvolvimento e confiança no futuro para todos, sobretudo os mais pobres. Somente assim encontraremos respostas às verdadeiras ameaças globais -a pobreza extrema, a violência, os extremismos, a mudança climática.

Poderíamos começar essa parceria pelo desafio da segurança energética. Somos favoráveis a uma aliança estratégica global na produção de fontes renováveis de energia, limpas e acessíveis. Os biocombustíveis têm forte impacto social, geram empregos, criam renda e evitam o empobrecimento rural e a urbanização desordenada. Em um mundo preocupado com a degradação ambiental e os altos preços do petróleo, podemos reduzir emissões de gases poluentes e a dependência de combustíveis fósseis importados. Teremos uma equação energética mais democrática, que beneficiará agricultores em um grande número de regiões pobres.

A promessa do etanol e do biodiesel só se realizará num ambiente internacional livre do protecionismo. O comércio internacional tem todas as condições de ser um fator de distribuição mais equitativa da renda mundial e da inclusão social. E é por isso que o Brasil e seus parceiros do G20 apostam na Rodada Doha da OMC.

Desmontando os subsídios agrícolas que distorcem o comércio, criaremos oportunidades para milhões de trabalhadores rurais se transformarem em fazendeiros prósperos.

Por meio da Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza, estamos promovendo mecanismos financeiros inovadores de financiamento ao desenvolvimento -resultado dela, a Central de Medicamentos ajudará a enfrentar a Aids, a malária e a tuberculose nos países pobres.

Um mundo mais próspero, justo e solidário dependerá das ações que tomarmos hoje, na esfera nacional ou por meio da concertação multilateral.

É isso que a Comunidade Ibero-Americana está fazendo. E é isso que o mundo espera de nós.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 61, é o presidente da República Federativa do Brasil.

Venezuelano diz que descoberta da Petrobras pode levar Brasil a entrar na Opep - O assessor da Presidência Marco Aurélio Garcia afirma que descoberta de petróleo não fará o Brasil abandonar política de biocombustíveis

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse ontem ao seu colega Luiz Inácio Lula da Silva que as descobertas de novas reservas no Brasil o transformaram em um "magnata petroleiro" e propôs a criação de uma "Petroamazônia" unindo as petroleiras de ambos países. As declarações foram feitas na 17ª Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo, em Santiago do Chile, que acaba hoje. Lula não respondeu aos comentários, porque, por falta de tempo, não fez o discurso que tinha previsto.

Em seu discurso de pouco mais de 20 minutos, Chávez abordou quatro vezes a descoberta da Petrobras. A primeira foi quando falava do tema da cúpula -coesão social: "Podia haver um caminho muito coeso [para a Ibero-América], de terra, de asfalto e desse petróleo que o Brasil acaba de conseguir, tomara que seja verdade. Que pode permitir ao Brasil entrar na Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo]".

Depois disse que a Venezuela está formando a "Petroamérica" com países da região, e agregou: "Com o Lula, agora que tem tanto petróleo, podemos fazer uma Petroamazônia". Em seguida, afirmou que "Lula está muito feliz" porque o "petróleo agora está a US\$ 100 [o barril]". Por fim, propôs que Brasil e Venezuela vendessem petróleo mais barato a países necessitados: "Lula, agora que você é um magnata petroleiro, temos que nos unir para ajudar aos países que não têm tanto petróleo, vender mais barato".

O presidente brasileiro riu das brincadeiras do venezuelano. A insistência de Chávez com o tema mostrou um certo tom de preocupação com a concorrência do Brasil no campo energético, maior trunfo do venezuelano para exercer sua liderança sobre países da região.

Sem inveja - O assessor especial para Assuntos Internacionais de Lula, Marco Aurélio Garcia, negou que as declarações de Chávez mostrem despeito pela descoberta brasileira. "Como Chávez vai ter inveja se a Venezuela é o único grande produtor petroleiro na região?", questionou.

"Eu conversei com o Chávez há pouco e ele disse: "Isso para nós é ótimo. Nós vamos dar muito mais força à América do Sul". E ainda brincou: "Eu vou propor na semana que vem, na próxima reunião da Opep na Arábia Saudita, o ingresso do Brasil". É bobagem, porque nós antes vamos ter que extrair esse petróleo", afirmou.

Marco Aurélio disse que a proposta da Petroamazônia não significa a criação de uma só empresa unindo a Petrobras e a venezuelana Pdvsa. "Antes disso já havia uma outra proposta, que associava a Enarsa (Argentina), Petrobras e a Pdvsa na chamada Petrosur. A idéia não é formar uma só companhia, de maneira nenhuma.

Em realidade não precisaria propor uma Petroamazônia, até porque o petróleo não é na Amazônia. A Petrosur é muito mais uma espécie de acordo petroleiro entre os três países."

Sobre a venda de petróleo mais barato à região, disse que isso "não está em discussão".

Segundo Marco Aurélio, o novo petróleo encontrado é importante não só pela sua quantidade, mas pela qualidade. "Nós vamos ter um petróleo de altíssima qualidade. Um petróleo tipo Arábia Saudita, tipo Líbia. Evidentemente é um trunfo econômico muito grande." Marco Aurélio afirmou que a descoberta de mais petróleo não fará o Brasil abandonar o desenvolvimento de biocombustíveis. "Não vamos abandonar nosso programa de biocombustíveis, muito pelo contrário, vamos aprofundá-lo.

Posso contar uma piada. O Chávez me disse: "Agora vamos produzir biocombustíveis na Venezuela, se vocês estão produzindo tanto petróleo"."

Energia Renovável – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 10/11/2007

Em reunião na Holanda, entidades de energia renovável, entre elas a Unica, destacaram que essa energia deve ser encarada como uma estratégia global. Diversificação e segurança são dois itens importantes do setor em relação ao petróleo. Além disso, traz novos negócios em países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nem tudo o que reluz é verde – Boaventura de Sousa Santos – Folha de São Paulo – Opinião – 12/11/2007

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS - A QUESTÃO ambiental entrou finalmente na agenda política, o que não deixa de causar alguma surpresa aos ativistas dos movimentos ecológicos, sobretudo àqueles que militam há mais tempo e se habituaram a ser apodados de utópicos e inimigos do desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, os movimentos ecológicos foram ganhando credibilidade à medida que a ciência foi demonstrando que os argumentos por eles invocados se traduziam em fatos indesmentíveis -a perda da biodiversidade, as chuvas ácidas, o aquecimento global, as mudanças climáticas, a escassez de água etc.- que, a prazo, poriam em causa a sustentabilidade da vida na terra.

Com isso, ampliaram-se os estratos sociais sensíveis à questão ambiental e a classe política mais esclarecida ou mais oportunista (por vezes disfarçada de sociedade civil, como é o caso de Al Gore) não perdeu a oportunidade de encontrar nessa questão um novo campo de atuação e de legitimação.

Assim se explica o importante relatório sobre a "conta climática" de um economista nada radical, Nicholas Stern, encomendado por um político em declínio, Tony Blair. Nesse processo foram "esquecidos" muitos dos argumentos dos ambientalistas, nomeadamente aqueles que punham em causa o modelo de desenvolvimento capitalista dominante.

Esse "esquecimento" foi fundamental para a segunda razão do atual boom ambiental: a emergência do ecologismo empresarial, das indústrias da ecologia (não necessariamente ecológicas) e, acima de tudo, dos agrocombustíveis, cujos promotores preferem designar, "et pour cause", como biocombustíveis.

As reservas que os movimentos sociais (ambientalistas e outros) levantam contra esse último fenómeno merecem reflexão, tanto mais que, tal como aconteceu antes, é bem provável que só daqui a muitos anos (tarde demais?) sejam aceites pela classe política. A primeira pode formular-se como uma pergunta: é de esperar que as indústrias da ecologia resolvam o problema ambiental quando é certo que a sustentabilidade económica delas depende da permanente ameaça à sustentabilidade da vida na terra?

A eficiência ambiental dos agrocombustíveis é uma questão em aberto. Sua produção usa fertilizantes, polui os cursos de água e é já hoje uma das causas do desflorestamento, da subida do preço da terra e da emergência de uma nova economia de plantação, neocolonial e global.

A segunda reserva diz respeito ao impacto da expansão dos agrocombustíveis na produção de alimentos. Em setembro, o bushel de trigo atingiu preço recorde na Bolsa de Mercadorias de Chicago. Más colheitas (derivadas das mudanças climáticas), o aumento da procura pela China e a Índia e a produção de agrocombustíveis foram as razões do aumento, e a expectativa é que a subida continue.

O aumento do preço dos alimentos vai afetar desproporcionalmente populações empobrecidas dos países do Sul, pois gastam mais de 80% dos seus parcos rendimentos na alimentação.

Ao decidirem atribuir US\$ 7,3 bilhões anuais em subsídios para a produção de agrocombustíveis, os EUA contribuíram para um aumento (que chegou a 400%) do preço do alimento básico dos mexicanos, a tortilla.

Reside aqui a terceira reserva: os agrocombustíveis podem vir a contribuir para a desigualdade entre países ricos e países pobres. Enquanto na União Européia a opção pelos agrocombustíveis corresponde a preocupações ambientais, nos EUA a preocupação é com a diminuição da dependência do petróleo.

Em qualquer dos casos, estamos perante mais uma forma de protecionismo sob a forma de subsídios à agroindústria e, como a produção doméstica não é de nenhum modo suficiente, é, de novo, nos países do Sul que se vão buscar as fontes de energia. Se nada for feito, repetir-se-á a maldição do petróleo: a pobreza das populações em países ricos em recursos energéticos.

O que há a fazer? Critérios exigentes de sustentabilidade global; democratização do acesso à terra e regularização da propriedade camponesa; subordinação do agrocombustível à segurança alimentar; novas lógicas de consumo (se a eficiência do transporte ferroviário é 11 vezes superior à dos transportes rodoviários, por que não investir apenas no primeiro?); alternativas ao mito do desenvolvimento e numa nova solidariedade do Norte para com o Sul.

Nesse domínio, o governo equatoriano acaba de fazer a proposta mais inovadora: renunciar à exploração do petróleo numa vasta reserva ecológica se a comunidade internacional indenizar o país em 50% da perda de rendimentos derivados da renúncia.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 66, sociólogo português, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). É autor, entre outros livros, de "Para uma Revolução Democrática da Justiça" (Cortez, 2007).

Conferência apresenta experiências para a soberania energética – Ana Carolina Caldas e Pedro Cerrano – Sítio Eletrônico do MST – 01/11/2007

A produção e a utilização de energia renovável se tornou um dos maiores desafios do novo século. Novas alternativas já testadas podem apontar um caminho para os trabalhadores do campo. Como parte da Programação da I Conferência Nacional Popular sobre Agroenergia, foram apresentadas seis experiências práticas para a garantia da soberania energética. Após a apresentação, foram realizadas oficinas para aprofundamento das experiências relatadas.

A possibilidade de ampliar o direito do consumo de energia se tornou realidade em Erechim, no Rio Grande do Sul, devido à experiência da Cooperativa de Energia Elétrica (Creal). A formação da cooperativa se deu em 1969, pela necessidade dos agricultores levarem energia até lugares afastados. Sua história começa a partir da compra de energia das estatais.

Em 1995, com as privatizações do setor elétrico, os agricultores associados decidem que a Creal deveria investir mais na geração de energia usando Pequenas Usinas (PCH's), pequenas Usinas. O objetivo era gerar energia com custo baixo, sem prejudicar o meio ambiente e sem realocar nenhuma família.

As cooperativas de eletrificação rural, assim como a Creal, estão tentando encontrar seu espaço dentro desse novo modelo energético, mas enfrentam grande resistência das empresas distribuidoras privadas e do governo. As cooperativas estão buscando mecanismos para fazer frente a essas circunstâncias e depender menos das grandes corporações, usando sua própria rede de distribuição, investindo dinheiro para produzir sua própria energia: eles estão também buscando articulação entre cooperativas.

Óleo vegetal

Outra alternativa que, além de proporcionar a soberania alimentar e energética, visa gerar renda e sustentabilidade aos pequenos agricultores organizados, é a experiência

paranaense da Mini Usina Comunitária de Óleo Vegetal, em Palmeira, Paraná. É um projeto da Rede Paranaense de Assistência Social (Repas) desenvolvido em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar). Outros órgãos também participam como, o Instituto Cristão de Desenvolvimento (ICD), os Centros de Referência Social, o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser) e Amas. O projeto conta com o apoio do governo do Paraná e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com o pastor Werner Fuchs, da Repas, “o sistema permite a extração de vegetal a frio – máximo 55 graus de temperatura – mantendo as propriedades do grão e a baixo custo.” A pequena planta industrial permite regulação para cada tipo de grão. Uma mini-usina com capacidade de processar 50 quilos de grãos por hora extrai cerca de 7,5 litros de óleo de soja, 20 litros de óleo de girassol ou de amendoim e 25 litros de óleo de mamona.

Fuchs comenta que este sistema serve apenas aos pequenos agricultores, isto porque a extração de óleo a frio funciona apenas com pequenas prensas, por esta razão transnacionais do setor de agroindustrial, como Bunge e Cargill, não adotam tal projeto. Também lembra que esta é uma experiência que tem êxito na Alemanha que atualmente possui grandes redes integradas de mini-usinas. Ao todo, na Europa, 60 mil veículos atualmente são movidos a partir do óleo vegetal. “Este é o nosso sonho, formar redes no Brasil”, disse Fuchs.

Controle dos camponeses

A partir da integração entre alimento, meio ambiente e energia, a Cooperativa Mista de Produção, Agroindustrialização e Comercialização em Combustíveis (Cooperbio), desenvolve desde 2005 um projeto de auto-desenvolvimento pelos agricultores. Romário Rosseto, presidente da Cooperativa e integrante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) apresentou a experiência e afirmou que “o futuro da soberania alimentar e energética é o óleo vegetal”.

A Cooperbio foi criada com o objetivo de atuar no mercado de combustíveis alternativos e, como matéria-prima para produção de biodiesel e de óleo vegetal, são utilizadas oleaginosas como o girassol, mamona, colza, nabo forrageiro, soja, entre outras. “Além de serem naturais e os seus plantios não degradarem o meio ambiente, pois não são monoculturas e estão livres de agrotóxicos, eles fornecem mais óleo do que a soja. Do esmagamento da oleaginosa se obtém apenas 18% de óleo, enquanto que da mamona, por exemplo, se obtém mais de 50%,” explicou Rosseto.

Outro diferencial da Cooperbio é que o projeto consiste em produzir energia e alimento, fazendo com o agricultor participe de toda a cadeia produtiva e da venda. A cooperativa também detém produção própria da energia elétrica, realizada de modo sustentável. O controle da distribuição e da matriz vegetal completam a cadeia produtiva.

Rosseto explica que a tarefa da Cooperbio é “padronizar” o álcool produzido pelas diversas comunidades de associados. O mesmo processo é feito com os óleos vegetais. A partir daí, segundo ele, a produção serve em primeiro lugar ao sustento das famílias. O excedente é levado ao mercado para comercialização. No caso do biodiesel, a Cooperbio possui uma parceria com a Petrobrás, para a padronização do combustível.

Como exemplo da produção auto-sustentável, ele cita o caso da produção de girassol, cujas cascas de semente podem ser usadas para alimentar o gado. Por sua vez, o gado oferece adubo para o cultivo das oleaginosas.

"Nós estamos trabalhando aqui a idéia de energia e alimentos. No caso, do álcool e biodiesel. Trabalhar, inclusive, o álcool com a produção de leite. Por exemplo, você pode

tratar o bagaço da cana, aumentando a produtividade do leite. Então perfeitamente dá para trabalhar a produção de energia com alimento.” disse.

Tomas Fendel, da Bioenerrede, apresentou sua experiência – o motor de carro movido a óleo vegetal, inspirado no invento do alemão Ludwig Elsbett. Afirmou que a Alemanha é o exemplo em energias renováveis. “Na Alemanha existem mais de vinte mil carros andando a óleo vegetal, locomotivas andando a óleo vegetal”, disse. Para justificar o uso de óleo vegetal, explicou que o mesmo “possui propriedades lubrificantes e com seu uso correto aumenta ainda mais a vida útil dos motores diesel e de seus componentes.”

A utilização dos óleos vegetais como combustível trariam, na opinião de Fendel, benefícios como: Independência energética, seqüestro de carbono, emprego, desenvolvimento, biofertilizantes, sustentabilidade, a volta do homem ao campo, dignidade política, exportações de bioenergias preferencialmente a preços justos, etc.

Experiência Negativa

Em meio aos relatos de êxito, Judson Barros, do NEAB apresentou como experiência negativa o Projeto Brasil Ecodiesel, implementado na área da Fazenda Santa Clara, no Piauí. Com o objetivo de produzir mamona para extração de óleo, numa parceria entre os governos estadual e federal, o projeto atualmente apresenta graves problemas.

Cerca de 700 famílias de pequenos agricultores foram levadas para a área destinada, que fica afastada 60 km da região central da cidade, com a promessa de auto-desenvolvimento “As famílias foram levadas para o alto da serra, ficando afastadas e ali começou a grande catástrofe das suas vidas, mas elas nem sabiam”, relata Judson.

O objetivo do projeto era que as famílias plantassem, colhessem e depois iniciassem processo de esmagamento da mamona para a extração óleo. Judson afirma que “o quadro atual da Fazenda é que pouco se produz mamona. Tem se produzido carvão por lá. Além disso, no processo de esmagamento do pouco de mamona que se colheu, muitos agricultores tiveram problemas de envenenamento pela falta de assistência no local.” Outro fato negativo da experiência foi o contrato precário de trabalho feito com os trabalhadores que hoje por família recebem o valor de R\$ 150.

Judson acusa a política das transnacionais na região. Segundo ele, uma corporação como a Bünge possui isenção fiscal, e o Estado não recolhe o ICMS, deixando de arrecadar R\$ 200 milhões por ano com essa situação. Ao mesmo tempo, a região é marcada pelo avanço do monocultivo da soja, grilagem de terras e perseguição contra os movimentos populares. O lucro estimado da Bünge para os próximos anos será de R\$ 10 bilhões.

Sustentabilidade: diferentes visões - Fernando Rei – Valor Econômico – Opinião - 08/11/2007

Que o negócio da produção de açúcar e álcool apresenta vantagens reconhecidas, pouca gente poderá discordar. Entretanto, será que grande parte da sociedade sabe que os custos ambientais do setor não são absorvidos diretamente pelos produtores?

Atualmente a agroindústria da cana ocupa mais de 4 milhões de hectares no Estado de São Paulo, respondendo por aproximadamente 60% da produção nacional de açúcar e álcool. Logo, a expansão da cana-de-açúcar para produção de etanol é assunto que vem sendo acompanhado com muita preocupação pela Agência Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), já que são diversos os impactos desse setor da indústria paulista, que emprega intensivamente recursos naturais cada vez menos abundantes, como água e solo,

comprometendo-os por meio da prática, muitas vezes abusiva, de adubação química e aplicação de herbicidas e defensivos agrícolas.

Igualmente estuda-se o avanço do setor sobre áreas onde atualmente se cultivam alimentos, avalia-se o risco da atividade sobre a integridade de biomas sensíveis, com perda da biodiversidade e danos à flora e fauna, assim como analisa-se os agravos à saúde da população pela qualidade do ar prejudicada pelas queimadas, em particular nos períodos de estiagem.

Quem estuda a estrutura e o desenvolvimento do segmento sucroalcooleiro no Estado procura aprofundar suas pesquisas sobre as conseqüências dessa expansão das lavouras de cana. De acordo com projeções da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Única), o número de usinas de etanol no país deve crescer 30% em apenas cinco anos - saltando das atuais 248 para 325 unidades de produção na safra de 2012/2013, sendo que aproximadamente 50 dessas em território paulista. Dados levantados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apontam pedidos de financiamento superior a R\$ 7 bilhões. Nesse cenário, a área ocupada pela plantio de cana poderá chegar a um território de aproximadamente 10 milhões de hectares em dez anos.

Além do Noroeste do Estado de São Paulo, de acordo com a Única, as novas lavouras concentrar-se-ão principalmente no Triângulo Mineiro, Sul de Goiás e Leste do Mato Grosso do Sul, substituindo áreas de pastagens e de produção de alimentos. A infraestrutura ao escoamento da produção também tem favorecido tal substituição, realizada por meio da aquisição ou arrendamento de terras diretamente pelas empresas agrícolas associadas às usinas, a baixo preço, já que pequenos proprietários não vêm obtendo lucros com a produção, por exemplo, de carne e leite.

No Oeste de São Paulo a rentabilidade do novo boom da cana-de-açúcar já seduz produtores de laranja a abandonar o cultivo tradicional. Em cidades vocacionadas por pequenas propriedades, como Jales e Votuporanga, onde o Sistema de Meio Ambiente deverá inaugurar em breve duas novas Agências Ambientais, a busca por terras para o plantio de cana também já indica cenários de concentração fundiária, pondo em crise modelos históricos de agricultura familiar.

É com planejamento e ocupação adequada do solo agrícola disponível que se inicia discussão sobre sustentabilidade

Na defesa do setor, vozes advogam que a tal expansão concentrada irá alavancar a geração de postos de trabalho, o que se espera não venha a contrariar a orientação do governo do Estado no sentido de avançar rapidamente com o fim das queimadas e do corte da cana caminhar para a mecanização. Neste novo momento, parece que não há mão-de-obra qualificada em número suficiente para operar as novas colhedoras, porém o plantio ainda é feito de forma manual, prática que deve desaparecer com as oportunidades para a capacitação.

Enfim, não se deve esquecer que o etanol transformando-se em commodity e a aliança estratégica com os Estados Unidos são fatos que trazem vulnerabilidade ao setor exportador, cujo telhado de vidro poderá ser rapidamente trincado, porque os impactos negativos da atividade serão muito pouco tolerados pelo atento mercado externo, mesmo que se reconheça seus aspectos positivos, mormente o pioneirismo no domínio da tecnologia de combustível renovável e alternativo, num cenário de busca de soluções para a

problemática das mudanças climáticas globais, onde o equilíbrio entre forças de mercado, qualidade ambiental e de trabalho é um desafio para grande parte da humanidade.

Para a Única, a agroindústria canavieira brasileira oferece um exemplo prático de desenvolvimento sustentável, ao combinar contribuição à melhoria do meio ambiente, exploração de vocações econômicas locais e geração descentralizada de emprego e renda. Diferentes visões para uma mesma realidade.

Para o órgão ambiental, o embasamento teórico das medidas em implantação está bem sedimentado. Sabe-se que o processo de decisão não agrada a alguns empresários do setor, que ainda se beneficiam da exploração insustentável dos recursos. O fato promissor é que a operação de transformação está em curso, e o que virá depois deverá ser algo mais comprometido com a justiça social e os cenários desejados de sustentabilidade.

Em verdade, é com planejamento e ocupação adequada do solo agrícola disponível, com a aplicação de técnicas de conservação e proteção aos recursos ambientais e com um olhar de dignidade sobre as condições de trabalho que se inicia qualquer discussão sobre sustentabilidade no setor.

É possível que essa discussão já tenha começado, o que já é bastante positivo, porém ainda resta um longo caminho. Afinal, para que um empreendimento humano possa apresentar-se como sustentável, alguns requisitos básicos devem estar cumpridos, como ser ecologicamente correto, apresentar-se viável economicamente, ser socialmente justo e estar culturalmente aceito. E por mais "pés-requisitos" que a mesa da sustentabilidade possa ter, calços não são recomendáveis. ***Fernando Rei é presidente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb).**

Cana 'desafia' polêmicas, e expansão deve seguir forte - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/11/2007

No centro do polêmica sobre eventual redução das áreas dedicadas ao plantio de grãos e cereais no Brasil em razão do boom do etanol, as lavouras de cana-de-açúcar devem ocupar uma área 66,6% superior aos atuais 6,16 milhões de hectares nos próximos 12 anos.

O estudo "Projeções do Agronegócio no Brasil e no Mundo", recém-concluído pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, também indica que a fatia da cana sobre o total plantado no país saltará nada menos do que 42,2% nestes 12 anos, passando dos atuais 11,6% para 16,5% na safra 2017/18 - ou 10,3 milhões de hectares. Com isso, a produção de etanol saltaria 120%, passando de 18,9 bilhões para 41,7 bilhões de litros.

O trabalho, assinado pelos pesquisadores José Garcia Gasques e Eliana Teles Bastos, aponta que a área da soja deve seguir como carro-chefe do setor rural, mas que ela aumentará 24,5% em 12 anos, chegando a 25,7 milhões de hectares no país. A participação no total cultivado deve subir apenas 5,8%, passando de 39% para 41,2%. As projeções obtidas pelo Valor envolvem 16 produtos do agronegócio e são baseadas em dez diferentes fontes de informação agropecuária, nacionais e internacionais.

A área plantada com as oito principais lavouras brasileiras deve crescer 17,6% em 12 anos. Arroz, feijão e café devem ceder participação ao forte crescimento de cana, trigo e soja. Pelos cálculos da pesquisa, o volume da produção brasileira, atualmente em 127 milhões de toneladas, deve somar 161,5 milhões de toneladas nos próximos 12 anos.

"No global, há potencial para chegar até 227,3 milhões de toneladas, mas a expansão da produtividade determinará o avanço", afirma José Garcia Gasques, coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura. Só a produção de soja tem potencial para saltar 31% em 12 anos, de 57,5 milhões para 75,4 milhões de toneladas. No milho, a expansão seria de 25,6%, de 51 milhões para 64,1 milhões.

Em franca ampliação, o complexo carnes tem projeção estimada de 32,1 milhões de toneladas no ano-safra 2017/18, um resultado 37% superior à produção de 23,4 milhões de toneladas de 2006/07. Nesse caso, também existe um potencial de expansão ainda maior: 38,8 milhões de toneladas. Os estudos prevêem, ainda, que o volume de carne de frango deve superar a produção de carne bovina nesses 12 anos.

Com esse impulso na área plantada e na produção global, as exportações brasileiras devem ter ainda mais destaque no cenário internacional. Pelos cálculos do governo, as vendas externas de soja em grão podem crescer 40%, saindo de 25,2 milhões para 35,24 milhões de toneladas em 12 anos. Assim, o grão brasileiro deve passar a ter a maior fatia do mercado mundial, com 33,1% do total, deixando os Estados Unidos para trás (30,4%). Atualmente, os EUA lideram com 35% ante 26,8% do Brasil.

Na carne bovina, as vendas devem dobrar, de 2,3 milhões para 4,47 milhões de toneladas anuais. Em frango, o país pode embarcar 50% mais, chegando a 4,46 milhões de toneladas. A febre mundial do etanol deve resultar na expressiva elevação das exportações brasileiras dos atuais 3,5 bilhões para 11,3 bilhões de litros em 2017/18.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Crise alimentar, energia e clima: nova geopolítica da fome? - Francisco Carlos Teixeira – Agência Carta Maior – 13/11/2007

No momento em que o preço do barril de petróleo ultrapassa os U\$ 90,00, uma outra onda, contínua e silenciosa, se espalha pelo mundo. Trata-se da alta dos preços agrícola, em especial dos gêneros alimentícios. A análise é de Francisco Carlos Teixeira.

“A explosão dos preços dos cereais nos últimos meses e a ameaça que a situação vai prolongar-se no futuro imediato levou ontem a UE a tomar medidas drásticas para aumentar seu cultivo e favorecer sua importação”. **EL PAÍS, 27/09/2007, p. 48.**

O avanço silencioso da fome - No momento – novembro de 2007 - em que o preço do barril de petróleo ultrapassa os U\$ 90,00, uma outra vaga, contínua e silenciosa, se espalha pelo mundo. Trata-se dos preços agrícolas, em especial dos gêneros alimentícios. Desde 2005 os preços do milho duplicaram e o “bushel” – medida standard de 24.5 quilos - de trigo aumentou mais de 60% (no mercado americano atingiu, em outubro de 2007, o preço recorde de U\$ 9.16 em face da média histórica de U\$ 6,00). As razões para tais aumentos poderiam ser atribuídas a duas ordens de fatores: de um lado, existiriam causas conjunturais e, portanto, aperiódicas e de difícil previsão e controle. Entre estas razões

estão as variações climáticas globais. Secas extraordinárias ocorreram em vários países produtores, tais como Argentina, Austrália, Ucrânia e Cazaquistão. Ao mesmo tempo, chuvas intensas e pesadas abateram-se sobre a América do Norte e Europa, grandes centros produtores, acentuando a perda de colheitas de grãos.

A colheita de 2006 nos 27 países da União Européia ficou abaixo da previsão (cerca de 226 milhões de toneladas). A consequência imediata foi a passagem, espetacular, da União Européia da condição de exportador para importador bruto de cereais e grãos. Por outro lado, razões estruturais, portanto constantes, surgiram com forte intensidade, mesmo antes de 2006.

Entre as razões estruturais que alteraram em profundidade o mercado mundial de alimentos está a entrada maciça no mercado da China Popular e da Índia como grandes compradores. Também o Oriente Médio, na vaga do aumento dos preços do petróleo, tornaram-se grandes compradores de alimentos. Com a incorporação de ambas as nações aos circuitos globais de comércio puderam acumular imensas reservas e utilizá-las para a compra de alimentos para a população, melhorando e intensificando o padrão-alimentar interno.

Uma crise global - De qualquer forma, em ambos os países deram-se, também, fortes alterações nas práticas agrícolas, com o surgimento de vastos campos de cultivos voltados para a produção de biomassa para combustíveis – cana-de-açúcar na Índia e milho na China Popular – incidiu diretamente na área agrícola voltada para a produção de grãos e cereais. Assim, em vastos conjuntos geográficos – centros tradicionais de agricultura de alimentos, como a América do Norte, Europa, China Popular e Índia – deu-se um notável decréscimo da produção de milho, trigo, sorgo. Com a diminuição dos grãos, e seu conseqüente aumento, também a produção mundial de leite entrou em declínio (milho e farelos são utilizados comumente para a alimentação do gado leiteiro). Assim, desde 2005 o preço do leite – vendido em pó no comércio mundial – duplicou. Em alguns estados da Federação Americana, como o Wisconsin, o preço do leite já é superior ao preço da gasolina.

Nos Estados Unidos a transformação de amplos campos de cultivo em produção de milho e o uso de tais colheitas na produção de etanol – como a imensa produção de Iowa no Middle West – impactou fortemente o mercado de alimentos. Com uma demanda crescente – incluindo aí a indústria de alimentos, a suinocultura, a avicultura e a produção leiteira mais poderosa do mundo – os Estados Unidos passaram a comprar. Assim, desde 2005, os Estados Unidos passaram a realizar compras maciças no mercado mundial e valendo-se dos mecanismos de livre-comércio no interior do NAFTA, passou a adquirir uma grande quantidade de milho mexicano. O resultado imediato sobre o mercado mexicano foi o brutal aumento dos preços no México. O preço da “tortilla” mexicana refletiu de imediato as conseqüências, no âmbito do NAFTA, das opções americanas. O livre mercado de combustíveis nos Estados Unidos – com as alterações de preços chegando diretamente ao consumidor – incide, assim, de forma imediata na segurança alimentar do país-sócio.

Crise estrutural? Ora, ao contrário dos fatores aperiódicos, na maioria das vezes de caráter climático, os chamados “fatores estruturais” são persistentes, permanentes, e,

tendencialmente, crescentes. É de crer que as compras chinesas e indianas, além da presença norte-americana nos mercados, não só aumentem, mas, aumentem em ritmo acelerado. Da mesma forma, a conversão de campos de cultivos para fins alimentares em cultivos de fins energéticos nos Estados Unidos deverá se manter e, mesmo, se acentuar.

A dependência dos Estados Unidos do combustível abundante e barato – um traço civilizacional norte-americano – em meio a uma conjuntura amplamente conflitiva no Oriente Médio/Golfo Pérsico e com adversidades na Venezuela, implicará, continuamente, na busca de combustíveis alternativos. Assim, a nova aliança entre Washington e Brasília teria seu centro de gravidade na busca de formas alternativas, de preferência limpas, como substituição parcial ao combustível fóssil.

Da mesma forma, a aliança Caracas/La Paz, valorizada por um longo artigo de Fidel castro no *Gramma* – contra os biocombustíveis – atende aos mesmos objetivos. Como detentores das maiores reservas de combustível fóssil no continente – ao lado do equador – um projeto alternativo de bionergia limpa patrocinado por dois megaconsumidores (Estados Unidos+Brasil) só poderia gerar temor em Caracas e La Paz.

Particularmente os investimentos maciços do Brasil em energia elétrica – as usinas do Rio Madeira – e a opção emergencial pelo gás liquefeito, apontariam para uma forte perda de poder de pressão/negociação por parte de La Paz.

Comestíveis ou combustíveis: um dilema? Da mesma forma, as críticas no âmbito da União Européia possuem a mesma lógica – de um lado, a presença do mercado e, de outra, a construção da geopolítica alternativa de combustíveis. Como os maiores produtores de biomassa para uso energético – a Alemanha à frente com a colza – a chegada de novos concorrentes, em especial o Brasil com seus abundantes fatores de produção, baratos, e ampla tecnologia autônoma – seria um desastre.

Neste sentido, a crítica “europeísta” – ecoada pelo eixo Havana+Caracas+La Paz – apontaria para uma forte oposição entre segurança energética e segurança alimentar.

As críticas apontariam para dois elementos centrais desestruturantes do mercado de alimentos a partir da produção de biomassa para uso energético:

i. “Queimar comestíveis para produzir combustíveis” é a máxima dos críticos europeus, apontando à alta – real – dos preços dos alimentos como uma consequência da opção energética;

ii. A ampliação de cultivos tais como milho, cana-de-açúcar ou soja, para a produção de energia geraria uma nova forma de poluição (águas, terras, agrotóxicos, etc..) anulando qualquer ganho do ponto de vista de energia limpa.

Contudo, a própria conjuntura de crise do mercado de grãos desmente os argumentos “europeístas”. A diminuição real das áreas de cultivos de alimentos foi, durante bom tempo, um política tipicamente europeia, visando viabilizar os altíssimos subsídios

pagos à agricultura europeia (em especial na para o açúcar de beterraba, carnes e laticínios). Por outro lado, a troca de campos de alimentos por cultivos exclusivamente voltados para a produção de biocombustíveis é tipicamente americana , onde a produção de biomassa estava centrada na produção de etanol de milho. No caso de outros cultivos – cana-de-açúcar, mamona, com seus biomas específicos e já claramente diferenciados dos cultivos alimentares – não haveria qualquer “concorrência predatória” entre comestíveis e combustíveis.

Da mesma forma, a expansão de tais cultivos – cana, mamona – se daria sobre áreas de pousio – “bush fellow” – não atingindo as grandes áreas florestais – o “forest fellow”. Somar-se-ia a isso a incorporação de vastos setores do proletariado rural e sub-proletariado, bem como as franjas demográficas da expansão da pequena produção camponesa (no sentido que Chayanov dá ao termo)aos mecanismos de mercado.

Assim, a expansão da “energia verde” seria capaz de gerar emprego e renda no meio rural em países como Brasil, da América Central, da África e da Ásia das Monções.

A crise atual na produção de alimentos, contudo, acentuou, no atual momento, as disfunções do mercado mundial. Assim, em outubro de 2007 a Ucrânia – o maior celeiro da Europa - anunciou a sua retirada do mercado fornecedor de alimentos, no mesmo momento em que as safras na Austrália e na Argentina ainda não podiam ser avaliadas para 2008.

União Européia e os subsídios:

Tais acontecimentos fizeram soar o sinal de alerta na União Européia. A Itália e a Espanha, com suas grandes populações e seu clima seco, foram os primeiros países da UE a sentir a crise. Assim, os preços da farinha de trigo – e portanto da “pasta” – sofreram aumentos substantivos, gerando mal-estar em grandes cidades italianas.

A crise provocou, ainda, um imediato “racha” na principal política da União Européia: a política agrícola comunitária ou PAC. Espanha e Itália, com apoio dos demais países mediterrâneos, exigiram respostas imediatas para a crise, que foram definidas pela Comissão Européia em dois sentidos:

i. o abandono imediato da política de pousio forçado – “bush fellow” – com a colocação em cultivo de amplos campos deixados regularmente sem cultivos – cerca de 3,8 milhões de hectares -, atingindo cerca de 10% da área agrícola da U.E e que poderiam resultar em um aumento de 10 milhões de toneladas adicionais;

ii. autorização de cultivo em amplas reservas ambientais, com vasto impacto sobre a política de preservação ambiental no âmbito da U.E.;

iii. cessação dos subsídios à produção de açúcar de beterraba, retirando do mercado cerca de 2,2 milhões de toneladas de açúcar (das cinco milhões de toneladas produzidas). Da mesma forma, a União decidiu pagar um subsídio de 237,5 euros por tonelada que for convertida em produção de cereais ou grãos.

Tal conjunto de medidas, contudo, não alteraram substancialmente, a crise. Tal constatação forçou a tomada de decisões quase revolucionárias no âmbito da PAC. Fez-se, então, a suspensão de dois impostos de importação sobre grãos e cereais, atingindo inicialmente o milho, trigo e sorgo.

Os países centrais na formulação da PAC – França, Holanda, Dinamarca – alertaram, com azedume, para o precedente aberto em 2007 com a suspensão dos impostos de importação. Tais impostos, ao lado da política de subsídios e das barreiras fito-sanitárias, seriam, exatamente, o conteúdo central da PAC. A quebra de um de seus pilares – os impostos – abriria uma imensa brecha sistêmica na PAC (no exato momento em que esta está sob fogo cerrado como uma das causas centrais do fracasso da Rodada de Doha da OMC). O governo francês advertiu, então, sobre a imensa dificuldade em restabelecer o sistema protetor ao final do período crítico. Uma virtual baixa dos preços para além de 2008 – uma abordagem hipoteticamente otimista – levaria a uma situação de enorme crise de toda a agricultura européia.

Ora, a possibilidade de uma baixa geral dos preços agrícolas em 2008 é apenas hipotética. Tal cenário teria que contar com duas contra-tendências, a saber:

i. a presença da China Popular e da Índia enquanto compradores no mercado mundial deveria diminuir;

ii. a presença dos Estados Unidos no mercado de biocombustíveis seria moderada.

Há uma saída? O aumento dos preços e da superfície plantada aponta para a possibilidade de uma colheita recorde em 2008: seriam cerca de 640 milhões de toneladas em 225 milhões de hectares e um rendimento de cerca de 2.8 toneladas por hectare – caso o fator clima não aja de forma negativa mais uma vez. Na verdade, não há razões suficientes para acreditar que tais indicadores serão reais e capazes de mudar tendencialmente o comportamento atual do mercado mundial de alimentos, principalmente em razão das compras chinesas e indianas. O curso dos acontecimentos, na realidade, aponta para a manutenção das tendências atuais e, mesmo, sua acentuação.

Mesmo a análise de que os fatores desencadeantes da crise alimentar em 2006/7 são conjunturais merece melhor atenção. Considerados aperiódicos – climáticos – os fatores desencadeantes poderiam não incidir sobre as colheitas futuras. Contudo, podemos pensar que a forte aperiodicidade climática seria bem mais um fenômeno estrutural do que um fator aleatório. Na verdade o fator climático assumiria um forte caráter estrutural recorrente e agravante enquanto parte direta do fenômeno do aquecimento global. Este, mostrar-se-ia muito mais intenso nas regiões temperadas boreal e austral – grandes celeriros cerealíferos – anunciando uma nova geografia agrária mundial.

A observação cuidadosa do mercado agrícola mundial nos próximos anos – mesmo num horizonte curto de cinco anos – deverá apontar, com mais exatidão, as tendências futuras.

De qualquer forma, a segurança alimentar deverá ser um tema central nas relações internacionais doravante. Particularmente a vitória do Partido Democrata americano nas eleições de 2008 (com ou sem Al Gore) deverá levar a preocupação ambiental ao nível de política de segurança do Estado, em possível substituição à “Guerra contra o Terrorismo” dos Republicanos de George Bush.

O Brasil, como grande centro produtor e consumidor (trigo), membro-líder do G-20 e no Grupo de Cairns deverá desempenhar um papel central no debate em torno da estruturação de um mercado (livre) de alimentos em âmbito mundial. Isso ao lado do estabelecimento de um mercado regulado de commodities bioenergéticas. Para tal estruturação as opções europeias sobre o futuro da PAC, bem como o apoio de uma nova administração americana e a superação do imobilismo do Japão (as grandes potências subsidiadoras do setor agrícola mundial) deverão ceder no âmbito de uma desejada retomada da Rodada de Doha. **Francisco Carlos Teixeira é professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

Etanol brasileiro ganha aliado contra tarifa nos EUA - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/11/2007

Governador da Flórida, Charlie Crist, diz em SP que tentará derrubar taxa

O governador da Flórida, Charlie Crist, assumiu ontem, em São Paulo, o compromisso de brigar no Congresso dos Estados Unidos pela extinção da barreira tarifária que inviabiliza a entrada do etanol produzido no Brasil.

“O governo da Flórida tem uma delegação no Congresso e vamos tentar acabar com esse imposto”, disse ele a uma platéia de empresários brasileiros e norte-americanos, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Atualmente, o álcool combustível brasileiro enfrenta uma tarifa de entrada nos Estados Unidos de US\$ 0,54 por galão (US\$ 0,14 ou R\$ 0,245 por litro). O anúncio do governador da Flórida será um grande reforço contra essa proteção tarifária.

A indústria do etanol no Brasil prepara uma ofensiva para buscar apoio interno nos Estados Unidos para que a barreira seja retirada em 2009, quando o Congresso dos Estados Unidos vai apreciar o assunto.

O republicano Crist, sucessor de Jeb Bush - irmão do presidente George W. Bush -, explicou que a Flórida considera mais viável ser abastecida pelo Brasil. O Estado norte-americano consome hoje 1,1 bilhão de litros de etanol, a maior parte desse abastecimento é feita pelas indústrias de etanol da região meio-oeste norte-americana. O primeiro problema é o preço do álcool, mais caro do que o brasileiro. O segundo problema é logístico.

MISTURA - O Departamento de Proteção do Meio Ambiente da Flórida vai recomendar formalmente ao governador a mistura de 10% de etanol (E10) na gasolina consumida na Estado. “Vamos apresentar essa recomendação em outubro de 2008”, disse Michael Sole, representante do departamento.

A frota de veículos da Flórida é de 16 milhões de veículos e apenas cerca de 500 mil carros são equipados com motores bicombustível.

A criação do E10 depende do corte tarifário, mas, se avançar - como garantiu o entusiasmado governador -, a Flórida se tornará o primeiro grande mercado para o etanol brasileiro. Por ano, o Estado norte-americano consome 8,6 bilhões de galões de gasolina (equivalente a 32,5 bilhões de litros), mais que o consumo brasileiro inteiro.

O uso do etanol como aditivo a gasolina significa a criação de um mercado para 860 milhões de galões ou 3,25 bilhões de litros. Esse volume é mais do que a indústria de açúcar e álcool brasileira exporta durante um ano inteiro. “Dos 3 bilhões de litros que exportamos, apenas 1 bilhão foi para os Estados Unidos. Estamos falando de volumes muito maiores agora”, afirma Marcos Jank, presidente da associação do setor (Unica).

Secretário da ONU visita usina de etanol – Estado de São Paulo – Internacional – 12/11/2007

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, iniciou ontem sua primeira visita ao Brasil, como parte do tour pela América Latina em que examina a questão do aquecimento global. Ele veio do Chile para Ribeirão Preto (SP) e seguiu para Jaboticabal, onde visitou a Usina Santa Adélia, de produção de etanol. Hoje Ban Ki-moon se encontrará com o presidente Lula em Brasília.

Brasil precisa ampliar base de apoio, afirma secretário da ONU – Sérgio Dávila – Entrevista com Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Brasil – 11/11/2007

Para o sul-coreano, o assento permanente no Conselho de Segurança exige expansão de diálogo com países-membros - Secretário-geral das Nações Unidas, que chega hoje ao país, defende o programa do etanol, que é criticado por relator da ONU para a fome

Se quiser conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, a instância mais importante da ONU, o Brasil tem de aumentar sua base de apoio entre os países-membros. Esse é o conselho dado pelo secretário-geral da entidade, Ban Ki-moon. Em entrevista à Folha, o sul-coreano de 63 anos elogiou o programa do etanol brasileiro -ele começa seu primeiro tour oficial ao país hoje com uma visita a uma usina de álcool em São Paulo- e diminuiu a importância do pedido de seu relator para a fome, que quer moratória de cinco anos na produção de biocombustíveis.

Na segunda-feira, Ban Ki-moon (pronuncia-se "ban gui-mun") recebeu a Folha no último andar do prédio-sede das Nações Unidas, em Nova York.

Leia a entrevista a seguir:

FOLHA - O Brasil quer um assento permanente no Conselho de Segurança. Muitos dizem que é um pleito justo ou mesmo apóiam a entrada, como a França. Minha pergunta é: o que está faltando?

BAN KI-MOON - Todos os países-membros da ONU concordam com o fato de que o Conselho de Segurança precisa passar por uma reforma que aumente seus assentos permanentes. Considerando as mudanças dramáticas por que passamos nas últimas seis décadas, é absolutamente necessário que o CS reflita mais realisticamente o que aconteceu na comunidade internacional.

O que está faltando são os países-membros conseguirem concordar sobre uma mesma fórmula para a mudança. Na América Latina, há muitos países que desejam se tornar membros permanentes. Também na África e na Ásia. Temos de lidar com essas questões de maneira harmoniosa, por meio de diálogo e consultas.

FOLHA - Qual é a sua opinião?

KI-MOON - Como secretário-geral, não estou em posição de expressar minha posição pessoal publicamente. Meu papel é facilitar o diálogo e a consulta entre os países-membros. O Brasil é, claro, um país-membro muito importante, foi um dos fundadores da organização. Mas deveria tentar expandir seu apoio entre os outros países-membros.

FOLHA - Esse é seu conselho para o país?

KI-MOON - Sim.

FOLHA - A ONU avalia positivamente o papel do Brasil à frente da missão de paz no Haiti (Minustah). A favela Cité Soleil foi supostamente "tomada" e "pacificada" sob o comando dos militares brasileiros. Ao mesmo tempo, há um relator especial da ONU investigando o problema de violência no Brasil, assim como denúncias de execuções e corrupção policial. O sr. consegue enxergar a ironia dessa situação?

KI-MOON - [Pausa] Sou muito grato quanto ao papel do Brasil na Minustah. Quando visitei o Haiti, vi junto à população um sentimento muito positivo. Andei pela Cité Soleil, o que não seria possível há sete meses. Os brasileiros prenderam todas as gangues, a segurança foi restaurada, e as pessoas puderam voltar às suas atividades econômicas e sociais. Isso é uma mudança completa, liderada pela Minustah.

Quanto à corrupção, infelizmente, é um problema disseminado e mundial. A ONU, com outras organizações e a sociedade civil, está trabalhando para que os governos sejam mais transparentes. Acredito que dar mais poder à sociedade civil está no centro do esforço

de corrigir a corrupção. A ONU também apóia programas na América Latina, incluindo o Brasil, para combater a insegurança social e promover a reabilitação dos jovens.

O milho e o frango – O Globo – Panorama Econômico – 06/11/2007

Entre junho e setembro, o preço do milho no mercado interno descaçou completamente do preço internacional. Ele aumentou 36% no período, enquanto a cotação lá fora caía. O problema todo, que começa com o incentivo americano ao uso do milho como matéria-prima para o etanol, está preocupando os exportadores de aves. Cerca de 70% do custo de produção do frango é com ração; que, por sua vez, é composta principalmente por milho.

O milho começou a subir bastante no ano passado.

Dobrou de preço. Antes, o grão era usado apenas para a alimentação. Não que fosse pouco, longe disso, mas entre as finalidades não estava fazer combustível. E isso faz diferença.

Com o milho indo para a produção de etanol, os Estados Unidos, que eram os maiores fornecedores, diminuíram a exportação. O Brasil passou, então, a vender mais para o exterior, principalmente para a Europa, onde houve quebra de safra. Até setembro, as exportações brasileiras do grão aumentaram 150%, e os preços aqui subiram.

Assim, a Associação dos Exportadores de Frangos (Abef) encomendou um estudo para a consultoria Ícone sobre o preço do milho. O Brasil é hoje o maior exportador de aves do mundo; e o terceiro produtor. Aqui existem em torno de 5 bilhões de frangos, segundo a Abef.

— Temos a combinação perfeita: água, calor e grãos — explica Christian Lohbauer, presidente da Abef. Jogando contra estão o dólar baixo e, agora, o preço da ração. Ele é tão importante que alguns frigoríficos estão se instalando em Goiás e Mato Grosso, onde o grão é mais barato. E isso ainda que aumente o custo com logística para levar o produto até o porto.

Segundo o estudo, “podese esperar que os preços do frango vão responder a um aumento nos preços do milho”.

O preço internacional do frango está hoje em sua máxima histórica. Segundo a Abef, nos últimos 12 meses, o custo aumentou 22%; alta transferida para o preço de exportação. Dificilmente se conseguirá aumentar mais. No ano, as exportações vão crescer quase 30% em valor (comparando com 2005, já que 2006 foi muito ruim).

O estudo conclui que o milho só começará a se estabilizar daqui a cinco meses.

E, depois, o preço do frango vai se acomodando.

De qualquer forma, dificilmente o preço do grão cairá muito por agora. Afinal, hoje o mundo todo quer milho: seja como alimento ou como combustível.

Exorbitâncias chinesas

A maior empresa do mundo em valor de mercado agora é uma estatal chinesa. A PetroChina, que lançou novos papéis ontem, passou a valer US\$ 1 trilhão. No gráfico, dá para ver que as ações da petroleira subiram inacreditáveis 80% nos últimos três meses.

Porém, entre os chineses, não é apenas ela no topo.

Considerando também o valor de mercado, o maior banco mundial é chinês. Entre os sete maiores bancos, três eram da China. Esses números exorbitantes — quando se sabe

que existe muito crédito podre no sistema bancário chinês — mostram que há algo de estranho. Não que o país não esteja bem, mas é preciso ficar com um pé atrás quando a bolsa tem quase 200% de alta no ano.

Alguns no mercado, como Ricardo Amorim, do WestLB, já começam a prever que isso, a médio prazo, pode acabar mal. Ou talvez muito mal, olhando a longo prazo.

— Os fundamentos chineses são bons, mas o perigo é que as bolsas lá estão precificando a perfeição — diz.

ATÉ A ATIVIDADE de exploração de jogos de azar e apostas passará agora a ser categorizada pelo IBGE. O instituto lançou uma nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); que padroniza as atividades. Um outro item que será também detalhado, por exemplo, é o de confecção de sites.

Etanol: Brasil corre o risco de perder liderança – Liana Melo* - O Globo – Economia – 11/11/2007

Estados Unidos avançam nas pesquisas científicas para produzir álcool a partir de diferentes tipos de resíduos

Enviada especial

WASHINGTON e DENVER.

O Brasil virou um aliado fundamental no esforço concentrado dos Estados Unidos para reduzir sua dependência do petróleo.

Do alto de uma produção de 18 bilhões de litros de etanol, o Brasil está nadando de braçadas, já que é o único país onde a produção não depende de subsídios governamentais para sobreviver e mais, ser competitiva. Só que essa liderança mundial está correndo sérios riscos.

O país pode perder a corrida tecnológica caso não acelere imediatamente as pesquisas em etanol de celulose ou de segunda geração, que inclui diferentes tipos de biomassa, como bagaço de cana-de-açúcar, palha de milho, resíduos de madeira, trigo, capim, sorgo.

O protagonismo brasileiro no etanol está sendo ameaçado justamente por aquele que, hoje, depende do Brasil: os Estados Unidos.

EUA vão investir US\$ 1,5 bi em pesquisa

Em 2008, o governo americano está planejando investir US\$ 1,5 bilhão em pesquisas energéticas, e o etanol de celulose vai receber US\$ 200 milhões.

A parceria governamental com o setor privado e a academia começou em 2006 e já está bastante azeitada.

Já no Brasil, a corrida tecnológica está mais lenta e menos organizada.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ainda está concluindo o primeiro edital para induzir pesquisas com etanol de celulose. O orçamento é de R\$ 22 milhões e a previsão é que os projetos sejam julgados e selecionados até o dia 14 de dezembro, segundo José Oswaldo Siqueira, diretor de Programas Temáticos e Setoriais do órgão.

Ainda que o Brasil tenha acumulado três décadas de experiência e conte com vantagens — a produtividade do etanol brasileiro (74 toneladas por hectare) é superior à média mundial (69 toneladas por hectare) — ganha a corrida do etanol de segunda geração quem primeiro descobrir a melhor rota tecnológica para transformar resíduo em

álcool. Nem o BNDES anunciou ainda linhas de crédito para pesquisa e desenvolvimento na área.

— Se continuarmos de braços cruzados vamos perder a corrida tecnológica. Com ações isoladas e pouca massa crítica, não vamos chegar a lugar nenhum — pontua Luiz Augusto Cortez, vice-coordenador do Grupo Energia Projeto Etanol, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), do qual fazem parte cerca de 20 instituições brasileiras.

Nos Estados Unidos, seis plantas-piloto já saíram do papel.

O orçamento é de US\$ 385 milhões, e a previsão é produzir 863,7 milhões de litros de etanol de celulose.

Os projetos estão espalhados pelos estados de Kansas, Flórida, Califórnia, Iowa, Idaho e Geórgia.

No Brasil, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Cenpes) é o primeiro projeto oficial. A Petrobras investiu R\$ 3 milhões para produzir 280 litros de etanol diários, feitos a partir de bagaço de cana. A produção industrial deve começar em 2010.

Os Estados Unidos já identificaram 1,17 bilhão de toneladas de biomassa para etanol de celulose. Até agora nenhum processo é economicamente competitivo. Todo esse esforço científico está sendo liderado pelo Laboratório Nacional de Energia Renovável (NREL, sigla em inglês), no Colorado.

— Temos metas arrojadas a cumprir, e o principal objetivo é reduzir o custo do etanol de milho, que hoje é de US\$ 0,52 por litro para US\$ 0,34 por litro até 2012 — disse Helena Chum, do NREL, vinculado ao Departamento de Energia dos EUA.

Nascida em São Paulo e morando nos Estados Unidos há 30 anos, Helena Chum foi peçachave nas articulações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, que culminaram com o acordo assinado entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush, no começo do ano. O NREL vem desenvolvendo várias pesquisas aplicadas e a mais adiantada delas, por enquanto, é com a DuPont, que consumiu investimentos de US\$ 38 milhões. Outra parceira vem sendo desenvolvida com a espanhola Abengoa, para usar microorganismos no processo de produção do etanol celulósico.

— As petroleiras não gostam muito de etanol, mas estão preocupadas em incorporar conhecimentos na área de biocombustível — admitiu Alan Weimer, que coordenada o Centro de Biorrefinaria e Biocombustíveis (C2B2), da Universidade do Colorado.

Grupo de empresas já tem 40 projetos em análise

Chevron, Dow Chemical, Shell, General Motors, ADM e Novozyme são algumas das 27 empresas que fazem parte do conselho diretor do C2B2, criado há 18 meses. Cada uma delas desembolsou US\$ 300 mil anuais e aplicou 10% num fundo de pesquisa compartilhada, que dá direito a ficarem isentas de pagamento de royalties em caso de patente reconhecida.

Dos 65 projetos apresentados, 40 deles estão sendo analisados.

Mas não são apenas as grandes companhias que estão se associando às universidades americanas. Na Geórgia, a Range Flues é um exemplo típico dessa parceria com empresas recém-criadas. Usando restos de madeira, ela tem a meta de produzir 76 milhões de litros de etanol. Seu dono é o conhecido investidor em fontes de energia renovável, Vinod Khosla, um dos fundadores da Sun Microsystems.

Outros centros de pesquisa dos Estados Unidos também estão se mobilizando, e a concorrência para saber quem vai chegar primeiro nessa corrida tecnológica está acirrada. Os principais adversários da Universidade do Colorado são as universidades de Berkeley, Iowa e Georgetown.

Em 2008, país vai ter 73 novas usinas de etanol e deve dobrar produção do combustível

Não é só na pesquisa do etanol de segunda geração que os Estados Unidos estão correndo contra o tempo.

Em 2008, 73 novas usinas do combustível vão entrar em operação, o que vai permitir ao maior consumidor de petróleo do mundo dobrar a produção de 24,7 bilhões de litros de etanol para 49,4 bilhões de litros. Já o Brasil está prevendo 100 novas usinas de cana, mas a produção aqui vai subir de 18 bilhões de litros para 26 bilhões de litros de etanol.

A pressa americana é proporcional ao tamanho do problema.

O país se impôs metas arrojadas: reduzir em 20% o consumo do petróleo, nos próximos dez anos. Só que os americanos ainda não descobriram como fazer etanol de segunda geração de forma competitiva e têm limites para ampliar a produção de etanol a partir de milho.

Etanol de milho é turbinado por ajuda governamental

Para garantir a segurança energética, os Estados Unidos não descartam a possibilidade de triplicar os subsídios ao etanol, que hoje são de US\$ 8,4 bilhões. Isso significa, segundo cálculos do Laboratório Nacional de Energia Renovável (NREL, sigla em inglês), que esse gastos podem pular para US\$ 24 bilhões ou até US\$ 28 bilhões. O etanol de segunda geração deverá ter US\$ 5 bilhões em subsídios.

— Os subsídios não são uma boa política, são perversos e ainda suscitam a discussão sobre segurança alimentar — admite Mark Smith, diretor da Câmara de Comércio dos Estados Unidos.

Não bastasse fazer eco às críticas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra os subsídios americanos, Smith ainda adverte para os efeitos colaterais que o aumento da produção de etanol já vem causando nos Estados Unidos.

Os preços do milho começaram a subir em meados de 2006, impulsionados pela percepção de que, com a multiplicação das usinas de etanol, o produto precisaria ter sua área de plantio ampliada.

Esse avanço nos preços do milho também fez as cotações da soja dispararem, já que as duas culturas disputam o mesmo espaço no Meio-Oeste do país.

— Esse é um tema bem controverso por aqui, já que a alta do preço do milho no campo provocou um aumento dos alimentos nos supermercados, especialmente carne, ovos e leite, indústrias que usam o milho como matériaprima — concluiu Smith. *(Liana Melo)

Brasil é 'gigante verde discreto', diz secretário-geral das Nações Unidas – Daniela Antunes – O Globo – Economia – 12/11/2007

JABOTICABAL (SP). O secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban KiMoon, afirmou ontem, logo depois de desembarcar no Brasil, que o país é “um gigante verde discreto”. Ele esteve na Usina Santa Adélia, em Jaboticabal (SP), que produz açúcar, álcool e energia elétrica pela queima do bagaço da cana-de-açúcar.

— O mundo não consegue entender como o Brasil chegou a isso (tecnologia dos biocombustíveis). O Brasil é um gigante verde discreto — disse Ki-Moon, explicando que poucos têm conhecimento dos avanços brasileiros no setor. A visita, com duração de uma hora e meia, foi programada pelo Itamaraty a pedido de KiMoon, que declarou estar em processo de aprendizado sobre os problemas climáticos.

O secretário-geral da ONU se disse “vivamente impressionado” com os investimentos brasileiros em energia renovável. O discurso foi pontuado por elogios aos investimentos brasileiros nesse setor. Ao fim da visita, ele ressaltou a preocupação com a segurança alimentar, a derrubada de florestas para cultivo e o impacto das plantações na biodiversidade: — O governo tem de criar um balanço entre os custos sociais e os benefícios da produção de biocombustíveis.

Ki-Moon defendeu um debate para dar voz aos cientistas e o avanço na busca por novas tecnologias que dêem respostas às controvérsias ambientais e sociais.

O secretário-geral disse que passa pelo Brasil a “estrada para Bali”, onde acontecerá uma conferência para definir um novo protocolo ambiental, que sucederá o de Kioto.

Ele mostrou preocupação com a situação dos trabalhadores nas usinas. O Ministério Público do Trabalho investiga a morte de 21 trabalhadores rurais na colheita e um no plantio da cana na região de Ribeirão Preto. O secretário-geral seguiu ontem para Brasília. Hoje ele se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e depois deve visitar o Pará.

Brasil defende etanol – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 01/11/2007

O Brasil recusa a proposta de moratória de cinco anos na produção de etanol, apresentada pelo mediador para alimentação das Nações Unidas, o sociólogo suíço Jean Ziegler, mais conhecido por suas denúncias contra os bancos helvéticos. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem em Genebra que Ziegler faria melhor se visitasse o país e visse que a cana ocupa menos de 1% da área agrícola.

Etanol, febre movida a subsídios nos EUA - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007

A febre do etanol está apenas começando nos Estados Unidos. Novas usinas e centros multidisciplinares de pesquisa em etanol derivado da celulose começaram a sair do papel. Laboratórios do governo têm aplicado cada vez mais recursos nas diversas linhas de investigação sobre novos produtos, métodos de produção e matérias-primas para a segunda geração de combustíveis. Arranjos institucionais entre governo, iniciativa privada e universidades também preparam o terreno para diversificar a matriz energética e transformar o etanol em commodity global.

Mas a grande força por trás desse boom produtivo continua a ser a agressiva política de subsídios do governo federal. A projeção oficial revela um salto gigantesco na concessão de incentivos à produção da nascente indústria do etanol de celulose. Em 2017, quando

expira o prazo estabelecido para a meta de adicionar 20% de biocombustíveis na gasolina do país, o auxílio governamental deve atingir um volume anual, em todas as frentes, de US\$ 24 bilhões a US\$ 28 bilhões, segundo dados apresentados na sexta-feira pelo Laboratório Nacional de Energia Renovável (NREL, na sigla em inglês), ligado ao Departamento de Energia dos EUA. A meta para garantir a segurança energética interna triplicaria os gastos de US\$ 8,4 bilhões com incentivos à produção do etanol derivado de milho previstos para este ano.

A produção de matérias-primas destinadas à fabricação de celulose, como madeira, capim, milho, trigo, sorgo e bagaço deverá ficar com uma fatia entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões da previsão de gastos. "A queda dos subsídios para o milho [acaba no fim de 2008] deve frear a construção de novas usinas. Por isso, há negociações políticas complexas no Congresso", diz a pesquisadora Helena Chum, conselheira do Centro Nacional de Bioenergia do NREL. As empresas também devem obter a ampliação de incentivos tributários, como a depreciação mais rápida para elevar deduções de imposto sobre a receita. "Os subsídios não são uma boa política, são perversos. Mas ainda não temos uma varinha mágica", afirma Mark Smith, diretor da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, que reúne cerca de três milhões de empresas locais.

Com o agressivo apoio de Washington para fazer deslanchar a produção americana de etanol celulósico, as pesquisas com biocombustíveis também têm apressado o passo para adaptar as tecnologias que podem processar um potencial já identificado de 1,17 bilhão de toneladas de biomassa por ano. Situado na desértica Golden, nos arredores de Denver, o NREL tem liderado o processo. Duas plantas experimentais já produzem etanol de celulose pelos métodos bioquímico (fermentação) e termoquímico (gaseificação). No orçamento do ano fiscal 2007-2008, os EUA destinaram US\$ 1,5 bilhão para pesquisar de novas fontes de energia. Há US\$ 200 milhões só para o etanol de celulose. A meta do governo é reduzir o custo do etanol, de US\$ 0,52 (milho) para US\$ 0,34 (celulose) por litro até 2012, e atender a 30% da demanda doméstica total por combustíveis em 2030 - ou 226,8 bilhões de litros por ano.

Nos planos dos EUA, cooperação empresarial é essencial. "Temos que eliminar barreiras à competitividade de custo e tornar preço do etanol celulósico igual ao do derivado do milho", afirma o secretário-adjunto do Escritório de Eficiência Energética e Energia Renovável, John Mizroch. Segundo ele, 60% dos recursos para pesquisa vêm das empresas. O NREL, por exemplo, mantém um programa de geração de etanol com a DuPont ao custo de US\$ 38 milhões anuais. Também tem outro com a espanhola Abengoa sobre microorganismo que transformam açúcar em etanol. "Temos que acelerar a negociação para reduzir tempo de pesquisa para novos produtos em parcerias não só com empresas tradicionais, mas de biotecnologia", afirma John Ashworth, chefe de Desenvolvimento da Parcerias do NREL. Na última sexta-feira, ele negociava com a trading ADM. O NREL estuda a gaseificação do etanol como solução mais rápida de produção, mas ainda é mais cara para o fabricante. Para baratear os custos, o laboratório também mantém pesquisas com algas marinhas e uso do aquecimento de caldeiras com energia solar para a produção de etanol.

Em consonância com o discurso do governo de que o etanol será apenas parte da matriz energética, os cientistas alertam que o novo produto pode não ser a solução para os males do mundo. Embora reduza a emissão de gases causadores do efeito estufa, o uso de etanol de celulose em grandes áreas metropolitanas tende a piorar a qualidade do ar das cidades, já que emite 12 vezes mais gases tóxicos do que a gasolina. "Mas ele reduz em

95% o uso de petróleo, zera as emissões de monóxido [CO2] e ainda seqüestra carbono", realça Helena Chum. Seguindo ela, o etanol deve ser usado onde é produzido e não é recomendado para áreas desérticas, onde o consumo para gerar um litro de etanol sobe de um para 208 litros de água em razão da irrigação das plantas utilizadas.

Embora a indústria tenha apoiado a produção de etanol, ainda há focos de discordância entre os vários setores. Não há consenso sobre aspectos econômicos. Os lobbies de produtores e das indústrias automobilística e petroleira não são monolíticos. Os fabricantes de automóveis, ao contrário dos fazendeiros que vêem os subsídios como pedra angular da atividade, temem eventuais perdas financeiras com a garantia de motores, hoje limitada à adição de 10% de etanol na gasolina. As petroleiras pesam o custo de mudar o modelo de negócios da atual verticalização para a gestão de fornecedores. "Mas isso pode gerar bons negócios, como a compra de usinas", diz Mark Smith. De acordo com ele, o consumidor americano gosta do conceito de energia renovável, mas ainda não está disposto a pagar mais por isso. "A indústria de biocombustíveis não é a bala de prata que matará o vampiro da dependência energética". ***O jornalista viajou a convite do Departamento de Estado dos EUA**

Flórida faz discurso a favor do álcool brasileiro, mas restrições persistem - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 06/11/2007

Cercado por empresários americanos, o governador da Flórida, Charlie Crist, disse ontem a uma platéia lotada na Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) que é receptivo ao álcool brasileiro e aos investimentos nesse segmento. A Flórida, um Estado rodeado por cinturões de laranja, também quer investir em cana para etanol.

Na prática, contudo, o mercado de etanol no Estado da Flórida, que "importa" o álcool produzido no Meio-Oeste americano, não deve ganhar impulso tão cedo. Isso porque não há uma legislação que exija a mistura do álcool na gasolina naquele Estado, como existe no Brasil.

Segundo Michael Sole, secretário de Meio Ambiente da Flórida, o governador Crist estuda exigir a mistura de 10% de álcool na gasolina. Para que isso ocorra, a decisão tem de ser aprovada pelo Estado. "Estudamos fazer essa recomendação." Porém, essa medida será estudada somente a partir outubro de 2008 e depende de muitos fatores. Entre eles, a avaliação do impacto ambiental da produção de etanol no Estado.

A Flórida tem uma frota de cerca de 500 mil veículos flexfuel, de um total de 16 milhões de automóveis - todos movidos à gasolina. O consumo de álcool no Estado é de 350 milhões de galões (1,3 bilhão de litros). Marcos Jank, presidente da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar, lembra que o Estado sozinho consome 8,6 bilhões de galões de gasolina (32,5 bilhões de litros) por ano. "O Brasil consome 25 bilhões de litros de gasolina/ano."

Segundo Jank, o mercado da Flórida para o etanol brasileiro tem um enorme potencial, considerando que o Estado todo tem apenas três postos de distribuição do combustível. "Eles afirmam que o problema para a importação é a limitação dos portos. Na verdade, o problema é a tarifa imposta [de US\$ 0,54 por galão]", afirmou. Jank defende uma aproximação do setor privado com os Estados americanos interessados no etanol.

Embora tenha dito em seu discurso que a "Flórida quer ser o portão de entrada para álcool brasileiro", o próprio governador admitiu que há limitações para importar o produto

do país. Segundo Crist, o governo da Flórida é um forte lobista para tentar reduzir a tarifa americana, uma vez que tem vários representantes no Congresso dos EUA. O comércio entre Brasil e Flórida rende em torno de US\$ 11 bilhões/ano. Hoje, Crist vai visitar a usina Da Barra, do grupo Cosan.

Investimentos em usinas de etanol são adiados nos EUA - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Agronegócios - 13/11/2007

Numa manhã gelada de dezembro de 2006, um grupo de investidores e políticos locais se reuniu para uma rápida cerimônia numa fazenda nos arredores de Dexter, uma pequena cidade do Meio-Oeste americano. Munidos de pás novinhas em folha e decoradas com placas especiais para lembrar a ocasião, eles mexeram um pouco na terra, tiraram fotos e foram para casa.

O objetivo da cerimônia era marcar o lançamento de um projeto que prometia mudar a vida da cidade: a construção de uma usina de etanol com capacidade para produzir mais de 400 milhões de litros de combustível por ano. Mas pouca coisa aconteceu depois daquele dia. Quase um ano depois, tudo que restou na fazenda é uma placa indicando que uma usina poderá ser construída ali algum dia.

"Faz tempo que não tenho notícias desse pessoal", disse ao Valor o prefeito de Dexter, Jerry Stiles, que guarda em casa uma das pás usadas na cerimônia de 2006. "A última coisa que eu soube é que eles não estavam conseguindo dinheiro para fazer a usina", afirmou. Dexter tem pouco mais de 700 habitantes e quatro páginas na lista telefônica do Estado de Iowa. A usina de etanol será a primeira indústria da cidade se o projeto sair do papel.

Histórias como essa tornaram-se comuns nos Estados Unidos nos últimos meses, e confirmam que a indústria americana de etanol atravessa uma fase crítica. Há dezenas de novas usinas em planejamento, mas a demanda pelo combustível ainda é insuficiente para tornar viáveis economicamente todos os projetos em andamento. Muitos têm sido adiados ou abandonados, sem obter financiamento.

A falta de demanda e o aumento da produção das usinas que já ficaram prontas fizeram os preços do etanol despencar no país, reduzindo a lucratividade da indústria e desanimando os investidores. "Entramos no jogo numa hora ruim", disse Christopher Miller, presidente da Alpha Holdings, empresa responsável pelo projeto de Dexter e que tem outro em desenvolvimento numa cidade próxima.

Ele diz ter cerca de 60% dos recursos necessários para iniciar a construção das duas usinas e acredita que conseguirá o resto do dinheiro em três meses. Há vários fazendeiros da região entre os acionistas da empresa, mas muitos não se interessaram quando Miller começou a passar o chapéu, porque já tinham investido em outras usinas. O aperto de crédito dos últimos meses tornou as coisas piores.

Segundo a Associação dos Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês), principal porta-voz da indústria nos EUA, há 72 usinas em construção no país. Junto com uma dezena de projetos de expansão de usinas que estão prontas, os novos empreendimentos poderão aumentar a capacidade de produção americana de 26,5 bilhões de litros de álcool por ano para 51 bilhões dentro de dois anos.

Desde julho, pelo menos quatro usinas tiveram as obras suspensas, e até empresas grandes como a VeraSun estão com dificuldades. "É melhor suspender o investimento até

que o mercado ofereça um retorno aceitável", afirmou em outubro o diretor financeiro da VeraSun, Danny Herron, ao anunciar a suspensão de um dos cinco projetos que a companhia está desenvolvendo.

O problema da indústria é que ela está muito perto de atender toda a demanda que existe atualmente no mercado, mas há tanta incerteza sobre o futuro que os donos das novas usinas não sabem se terão para quem vender combustível. Investimentos na infra-estrutura necessária para distribuir o etanol produzido no Meio-Oeste para as regiões mais ricas do país também têm sido adiados.

Alguns Estados importantes, como a Flórida e a Califórnia, devem começar a exigir em breve que a gasolina vendida dentro de suas fronteiras tenha 10% de álcool. Mas na maioria dos Estados americanos não existe obrigação semelhante e vários projetos apresentados no Congresso para ampliar o consumo de etanol no país empacaram.

Analistas do banco de investimentos Bear Stearns calculam que o preço médio do litro de etanol nos EUA atingiu US\$ 0,46 em outubro, metade do valor que a mercadoria chegou a alcançar no primeiro semestre do ano passado, quando começaram a ser construídas muitas das usinas que estão em operação.

Como os preços do milho, principal matéria-prima usada na produção de álcool nos EUA, continuaram subindo, a lucratividade das usinas diminuiu. O banco estima que a margem de lucro das usinas tenha caído pela metade nos últimos dois meses e esteja atualmente ao redor de 11%. Empresas com ações negociadas em bolsa viram o valor dos papéis despencar neste ano.

Em geral, os observadores da indústria acreditam que os problemas são passageiros. Os grupos com maior poder de fogo financeiro têm mantido grande parte dos seus investimentos. Se as leis em discussão nos Estados e no Congresso forem aprovadas nos próximos meses, elas ampliarão de maneira significativa a demanda por etanol no país, atraindo novos investimentos.

Com o barril de petróleo se aproximando de US\$ 100, o otimismo está voltando. "A cura para os preços baixos que temos hoje no mercado de etanol são os preços baixos mesmo", disse Rick Schwarck, presidente da Absolute Energy, que está construindo sua primeira usina no Estado de Iowa. "Eles são um incentivo para as refinarias misturarem mais álcool à gasolina". A usina da Absolute deverá ficar pronta em janeiro de 2008.

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Biodiesel

Brasil Ecodiesel volta a liderar leilão de biodiesel – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2007

A Brasil Ecodiesel voltou a liderar as vendas de biodiesel nos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis (ANP) realizados nos dias 13 e 14. Conforme comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa negociou 161 milhões de litros de biodiesel (42,4% dos lotes ofertados), ao preço médio de R\$ 1.848,54 o metro cúbico.

Nos cinco leilões anteriores, de 876 milhões de litros negociados, a Brasil Ecodiesel ficou responsável pela entrega de 488 milhões, dos quais entregou efetivamente 153,459 milhões até setembro, conforme dados da ANP.

Ainda conforme a agência, das 41 empresas registradas, 27 participaram dos leilões e 11 garantiram contratos de entrega durante o primeiro semestre de 2008. Houve oferta de 38 lotes num total de 380 milhões de litros, a preço inicial de R\$ 2,40, dos quais foram arrematados 304 milhões de litros a preço médio de R\$ 1,865 por litro, o que representou deságio de 22%. Do total, 93% foram adquiridos pela Refinaria Alberto Pasqualini (Refap). Até maio de 2008, serão realizados outros dois leilões de 420 milhões de litros, para entrega no segundo semestre do ano.

No país, UFRGS aposta na mamona – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2007

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) iniciou neste ano uma pesquisa para desenvolver a mamona geneticamente modificada para uso em solos contaminados por metais tóxicos. A escolha da oleaginosa teve como maior fator a sua adaptabilidade a áreas pobres em nutrientes.

"Se você plantar uma mamona no lixão, ela sobrevive. Um alface, não", diz Marcelo Gravina de Moraes, que encabeça a pesquisa do Departamento de Fitossanidade da Faculdade de Agronomia da UFRGS. "Essa característica de baixa qualidade de solo despertou a idéia de verificar o potencial de absorção de metais". Além disso, a mamona tem usos importantes, como biodiesel e biomassa, o que agrega importância à pesquisa.

O trabalho teve início em 1997, com o levantamento de espécies tropicais e subtropicais que concentrassem grande quantidade de metais. De 30 plantas estudadas, três mostraram bom potencial de acumulação, sobretudo de cobre.

Mas foi aí que os cientistas brasileiros se depararam com o que chamam de difícil "domesticação" - plantas que crescem lentamente. "Quem acumula muito cresce pouco, e vice-versa", diz Gravina.

A ação do homem	
Poluentes metais na natureza	
Metal	Aplicação
Alumínio	Áreas urbanas e industrializadas
Arsênio	Inseticidas, rodenticidas, dissecantes de plantas e detergentes, indústrias têxtil e farmacêutica
Bário	Fluidos de perfuração
Cádmio	Baterias, cerâmicas de vidro, galvanoplastia, ligas para corrosão, e alguns biocidas
Chumbo	Baterias, pigmentos e produtos químicos
Cobalto	Ligas e indústria de petróleo
Cobre	Fiação elétrica, galvanização, ligas e tubulações hidráulicas, conservantes de pintura
Cromo	Ligas, incineradoras e lodo de esgoto
Manganês	Ligas
Mercurio	Biocidas, indústria farmacêutica, polímeros sintéticos
Níquel	Áreas industrializadas
Selênio	Vidro, ligas metálicas, borracha e retíficas

A partir daí, a mamona surgiu como opção. Mas a versão convencional apresentou dois resultados. O bom é que ela conseguiu absorver uma quantidade razoável de cádmio e

cobre, substâncias normalmente presentes em áreas contaminadas. O ruim é que a mamona não acumula índices elevados.

Agora, Gravina e dois pesquisadores do departamento - um mestrando e um doutorando - investem no isolamento de genes. É a busca do que ele chama de "espécie modelo", a planta detentora de um gene que potencialize a capacidade da mamona de absorver poluentes tóxicos, tal como os americanos fizeram com o álamo. "O grande entrave é encontrar um parceiro com visão de longo prazo e investir em pesquisa básica. Há algum tempo estamos trabalhando com recursos próprios".

Não há dados consolidados sobre áreas contaminadas no Brasil. Mas, apenas no Estado de São Paulo, a Cetesb averiguou alta de 255 em 2002 para 1822 em novembro de 2006. Entre os metais tóxicos estão cobre, chumbo e arsênio. **(BB)**

Sobra cana no Paraná na temporada 2007/08 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 23/11/2007

O Estado do Paraná deverá deixar pelo menos 3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar nas lavouras, de acordo com estimativas preliminares da Associação dos Produtores de Açúcar e Álcool do Paraná (Alcopar).

O Estado tem à disposição das usinas cerca de 42 milhões de toneladas de cana para 2007/08, mas a colheita deve ficar em 39 milhões de toneladas, segundo José Adriano Dias, diretor da Alcopar. No ciclo passado, as usinas do Estado processaram 32 milhões de toneladas de cana. O avanço da produção reflete a recuperação dos canaviais dos problemas climáticos observados nas últimas duas safras.

Com 29 usinas em operação, o Estado deverá ganhar mais uma unidade a partir de 2008. Na disputa pela segunda posição de maior processador de cana no país, o Paraná ainda leva a melhor. Seu concorrente, o Estado de Minas Gerais, deverá processar esta safra cerca de 36 milhões de toneladas de cana.

Até o dia 31 de outubro, as usinas de Minas moeram 32,6 milhões de toneladas, um volume 26,3% maior que em igual período do ciclo passado. Para esta safra, a expectativa do Estado é produzir 1,75 bilhão de litros de álcool e 2,15 milhões de toneladas de açúcar, segundo Mario Campos, assessor econômico do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Minas (Siamig).

Até o final de outubro, as 27 usinas do Estado tinham produzido 2 milhões de toneladas, aumento de 14% sobre o mesmo período do ciclo passado, e 1,5 bilhão de litros de álcool, com aumento de 39,2% frente 1,1 bilhão do mesmo período do ano passado. Do total de 27 usinas, quatro já encerraram a safra.

O Estado de Alagoas, que há quatro anos perdeu o posto de segundo maior processador de cana do país, deverá registrar aumento de quase 17% na produção, atingindo cerca de 27 milhões de toneladas, segundo Pedro Robério Nogueira Mello, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Álcool de Alagoas (Sindaçúcar/AL).

As 25 usinas de açúcar e álcool do Estado vão produzir cerca de 2,7 milhões de toneladas de açúcar e 800 milhões de litros de álcool. Segundo Mello, cerca de 7 milhões de toneladas de cana foram processadas até o dia 15 de novembro. Alagoas é maior Estado produtor de cana do Nordeste. A colheita na região teve início em setembro. A safra deverá ser finalizada entre março e abril.

Plantio de soja – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007

A estimativa de plantio de soja no Mato Grosso caiu 2,3%, para 5,59 milhões de hectares, entre outubro e novembro, segundo pesquisa da Agência Rural. No Estado, o plantio já ocupa 94% da área estimada, desempenho superior aos 91% do mesmo período de 2006 e aos 84% da média histórica, de acordo com levantamento da Safras & Mercado. Em todo o país, está atualmente em 74% - a média histórica para este período é de 75%.

Etanol

Litro do álcool pode voltar a R\$ 1,50 em SP – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/11/2007

Com a chegada da entressafra, oferta cai e preços sobem; neste mês, combustível já subiu 9% na bomba na capital paulista

Na usina, alta acumulada no mês é de 27,6%, segundo o Cepea; álcool é vantajoso quando custa até 70% do preço da gasolina

Os tempos de preços baixos do álcool estão acabando. Pelo menos por este ano. Com a chegada da entressafra, a oferta de álcool é menor e as usinas paulistas já começam a reajustar os preços do produto.

O varejo acompanha essa elevação das usinas e também já coloca novos valores para o combustível nas bombas dos postos.

Ontem, o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, mostrou novas altas para o álcool na semana, de 8,62% para o anidro e de 4,3% para o hidratado. No mês, as altas acumuladas nas usinas são de 26,3% e de 27,6%, respectivamente.

Pesquisa semanal da Folha aponta alta de 8,9% nas bombas dos postos da capital paulista neste mês. Só nesta semana, o reajuste foi de 4,5%.

E o consumidor pode esperar por novas altas. Nas contas de Plínio Nastari, da Datagro, empresa especializada no setor sucroalcooleiro, o consumidor de São Paulo deve se preparar para pagar valores médios de R\$ 1,50 por litro na bomba.

Em outros Estados, esses valores serão ainda maiores, já que São Paulo tem os preços mais acessíveis devido à logística de distribuição e à tributação de apenas 12% do ICMS.

A pesquisa de ontem da Folha indicou preço médio de R\$ 1,245 por litro, acima do R\$ 1,143 do final de outubro.

Mesmo com essas altas, não se espera que o álcool supere R\$ 1 por litro nas usinas, o que ocorreu nas safras anteriores. Na avaliação de Nastari, o álcool anidro -misturado à gasolina- pode ficar próximo de R\$ 0,95. Já o hidratado deve subir para cerca de R\$ 0,88. Esses valores não contêm impostos.

Estoque curto - O setor tem 6 bilhões de litros em estoque e, com a produção deste mês e a antecipação da safra de 2008, terá, até o final de abril, 9,3 bilhões de litros, conforme apurou a Folha.

Desse volume, 1 bilhão de litros já está acertado para exportação. Restam 8,3 bilhões para o consumo interno nos próximos seis meses.

As contas, no ritmo atual de consumo, não fecham, já que só em outubro foi consumido 1,54 bilhão de litros e este mês e o próximo ainda são períodos de forte demanda. É preciso uma queda de pelo menos 200 milhões de litros por mês para o mercado se equilibrar.

Consumo - Antonio de Padua Rodrigues, da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), e Nastari concordam: o consumo, a partir de agora, vai ser determinado pelo ritmo dos preços.

"Se o ajuste não for feito agora, vai ser ainda mais forte à frente", diz Padua. Para ele, o mercado vai chegar a um ponto de equilíbrio.

Acostumados aos baixos preços do álcool nesta safra (os menores em quatro anos), muitos consumidores, principalmente os de fora do Estado de São Paulo, vão ter de colocar gasolina em seus carros flex.

Para os paulistas, o produto, mesmo com as previsíveis altas, ainda deve ser competitivo em relação à gasolina -o álcool é vantajoso quando custa até 70% do preço da gasolina.

Usineiros garantem oferta de combustível - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2007

Para a Unica, aumento do preço vai frear expansão maior do consumo

Ribeirão Preto - A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) descartou ontem a possibilidade de faltar álcool durante a entressafra e garantiu uma oferta 20% superior entre janeiro e abril de 2008, comparada à disponível em igual período deste ano. Nesse período, os usineiros ofertaram 4,45 bilhões de litros para o Centro-Sul, ou seja, esperam que esse volume salte para pelo menos 5,35 bilhões de litros nos quatro primeiros meses do próximo ano.

Nas contas da entidade, o aumento de 30% no consumo médio do combustível durante a atual safra - de 1 bilhão de litros para 1,3 bilhão de litros por mês - será freado pelos reajustes. “Não existe a possibilidade de faltar álcool”, afirmou o diretor-técnico da Unica, Antonio Rodrigues.

Ele afirma que em 97% do mercado brasileiro, o álcool foi mais vantajoso do que a gasolina durante a safra. O ponto de equilíbrio teria de ser em 70%”, disse o executivo. O reajuste acumulado médio de 25% nas últimas três semanas nas usinas, já repassado aos consumidores, deve tornar a gasolina vantajosa para carros flex em Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Onde os impostos altos e os custos logísticos tornam o produto pouco competitivo.” Pelos cálculos, o álcool tem vantagem até chegar a 70% do valor da gasolina.

Rodrigues avalia que em São Paulo, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul o preço será competitivo durante a entressafra. Os Estados estão entre os maiores produtores do País e têm as mais baixas alíquotas de ICMS sobre o álcool hidratado, usado em carros flex.

Com o último aumento, o litro do hidratado chegou a R\$ 0,71698 nas usinas paulistas. O anidro foi negociado, em média, por R\$ 0,84467. De acordo ele, o litro deveria custar pelo menos R\$ 0,85 na safra para garantir remuneração a quem produz. “Como em 70% da produção o álcool foi vendido por R\$ 0,58, não haverá remuneração média acima do custo, mesmo com os recentes aumentos.”

Usinas atribuem alta a imperfeições do mercado – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/11/2007

DA REDAÇÃO - Os preços do álcool sobem neste final de ano por imperfeições do próprio mercado, segundo Antonio de Padua Rodrigues, da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Faltam contratos de negociação de médio prazo, os contratos futuros da Bolsa ainda são restritos a usinas e a distribuidoras -inibindo a atuação de outros investidores- e as distribuidoras apenas compram e repassam o produto.

Plinio Nastari, da Datagro, também destaca esses problemas do mercado e diz que o longo período de preços baixos que o setor viveu foi, ainda, devido à falta de locais para estocagem. As prioridades das indústrias até agora acabaram sendo com investimentos em produção.

Para Padua, essas fortes quedas na safra e elevações na entressafra vão continuar ocorrendo enquanto persistirem esses problemas no mercado. Após tantas perdas na safra, o produtor reage nesses quatro meses de entressafra, diz ele.

"O errado não é o preço subir neste período, mas a falta de mecanismo para evitar a queda acentuada na safra", diz ele.

O aperto final dos estoques de álcool não foi causado por problemas na produção, mas pelo excesso de demanda. A avaliação da safra 2007/8 da Datagro desta semana indica que a cana disponível para moagem na região centro-sul é de 418 milhões de toneladas, 12% a mais do que em 2006.

O rendimento industrial deste ano, previsto para queda de 3,2%, recua apenas 1,4%, e a oferta de ATR (a quantidade de açúcar ou de álcool extraída por tonelada de cana) é 10,6% maior do que na safra passada. A previsão era a de crescimento de apenas 7%. Além disso, as usinas priorizaram mais a produção de álcool do que a de açúcar, com um "mix" de 55% para o primeiro e 45% para o segundo.

Os novos números da Datagro indicam que a produção total de álcool na região centro-sul sobe para 19,3 bilhões de litros, somando 21,3 bilhões no país todo. Os brasileiros devem consumir, até o final desta safra, 16,6 bilhões de litros, 3 bilhões a mais do que na anterior.

O abastecimento interno foi favorecido não só pelo aumento de produção mas também pela redução das exportações, que ficam em 3,1 bilhões de litros nesta safra. Mesmo assim, os estoques efetivos de passagem no início de maio de 2008 serão de apenas 495 milhões de litros, volume inferior a dez dias de consumo.

Mais carros - Safra recorde e preço baixo do álcool levaram mais consumidores a optar pelo carro flex.

De janeiro a outubro, foi comercializado 1,61 milhão desses carros, 13% a mais do que todas as unidades vendidas em 2006. Entre 2003 e outubro deste ano, foram vendidos 4,22 milhões de veículos flex.

Em 1985, auge das vendas de carros a álcool, quando 96% dos veículos vendidos eram com motor que consumiam o combustível, a indústria automobilística havia colocado no mercado 647 mil unidades.

Diminui a fatia da cana no valor da produção paulista – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007

A participação da cana-de-açúcar no valor da produção agropecuária de São Paulo recuará significativamente em 2007, conforme levantamento preliminar do Instituto de Economia Agrícola (IEA) - vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado. O estudo abrange 50 produtos (42 de origem vegetal e oito de origem animal) e foi realizado a partir de dados de mercado disponíveis até julho passado.

Conforme o IEA, o valor da produção paulista deverá totalizar R\$ 30,6 bilhões neste ano, 7,2% menos que em 2006. O tombo decorre da queda da receita da cana, até agora estimada em 24,5%, para R\$ 11,2 bilhões. Sendo assim, a fatia do produto no total estadual será de 36,6%, ante 44,9% no ano passado. O revés canavieiro se deve a preços 32,7% menores que os de 2006. Na mesma comparação, a produção aumenta 12,2%.

"Ninguém gosta de estatística negativa, mas, devido à desvalorização da cana, eu esperava um resultado pior", afirma João Sampaio, secretário da Agricultura de São Paulo. "Ainda assim, e graças à cana, o Estado segue como o principal do país em valor bruto da produção agropecuária", observa Alfredo Tsunehiro, um dos pesquisadores do IEA responsáveis pelo levantamento preliminar.

Apesar de envolver apenas 20 culturas agrícolas - e não os 50 produtos agropecuários pesquisados pelo IEA -, pesquisa de José Garcia Gasques, coordenador estratégico do Ministério da Agricultura, confirma o que diz Tsunehiro. Nos cálculos de renda de Gasques, a receita paulista, a maior no ranking estadual, é projetada em R\$ 21,9 bilhões em 2007, 1,8% menos que no ano passado. Tanto o valor da produção do IEA como a renda agrícola do ministério medem a receita das lavouras "da porteira para dentro".

Com o revés projetado, a cana será o principal produto de um número menor de regiões de São Paulo neste ano. A secretaria divide o Estado em 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR), e a cana será líder em valor da produção agropecuária em "apenas" 23 deles. Em 2006, o produto reinou em 25 EDRs. A liderança foi perdida nas regiões de Presidente Prudente e Campinas. Na primeira, para a carne bovina; na segunda, para a uva de mesa.

Entre as 15 Regiões Administrativas (RAs) estaduais, a cana deverá prevalecer em nove em 2007, conforme o IEA. Em 2006, eram 11. Na lista preliminar de RAs deste ano, a carne bovina substitui a cana em Presidente Prudente e o milho assume a liderança em Sorocaba.

Desde o início de sua gestão Sampaio manifesta algum desconforto com a forte participação da cana. Por isso ele realça as estimativas de crescimento, em 2007, do valor de produtos como laranja para indústria (22,1%), carne de frango (21,5%), milho (23,5%) e ovos (27,9%).

Na fruticultura, ele destaca, houve avanços expressivos da manga (47,8%), do caqui (52,7%), do abacaxi (18,7%) e da goiaba para mesa (97,1%) e para a indústria (148,6%). É claro que são produtos com menor relevância econômica do que a cana, mas que vêm conquistando espaço no Estado. "O impacto desses produtos na economia é mais localizado, mas eles têm alto valor", diz Alfredo Tsunehiro.

Com o recuo da participação da cana no valor da produção agropecuária do Estado, a fatia da carne bovina, segunda principal atividade no campo paulista, deverá aumentar de 11,5%, em 2006, para 12,4% neste ano. Isso apesar de uma leve queda em seu valor absoluto, que na mesma comparação chega a 0,41%, para R\$ 3,8 bilhões. O pequeno recuo se explica pela queda da produção (6,71%), uma vez que os preços subiram (6,76%).

Com o crescimento realçado por Sampaio, o gomo da laranja para indústria no valor total tende a subir significativamente. Foi de 6,5% em 2006 e agora chega a 8,6%. O avanço decorre da valorização dos preços praticados (20,82%), nos contratos de fornecimento entre citricultores e indústria e no mercado spot. A oferta em si cresceu 1,07%. **(FL)**

Etanol mais caro – Valor econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 19/11/2007

O preço médio do álcool anidro vendido pelas usinas paulistas às distribuidoras subiu 8,62% na semana passada, para R\$ 0,84467 por litro (sem impostos). O preço do hidratado subiu 4,3%, para R\$ 0,74780 o litro, conforme levantamento do Cepea/Esalq.

Pacific Ethanol à venda – Valor econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 19/11/2007

A Cascade Investment, empresa de propriedade de Bill Gates, colocou à venda sua participação de 21% na Pacific Ethanol. A empresa converterá as ações preferenciais em 10,5 milhões de ações ordinárias para negociação no mercado, informou a agência Bloomberg. Até o dia 16, Gates perdeu US\$ 24 milhões no investimento. Ele pagou US\$ 84 milhões pela participação acionária em 2006. A Pacific Ethanol registrou vendas líquidas de US\$ 331,1 milhões nos nove primeiros meses do ano, 127% mais que em igual intervalo de 2006, resultado de um aumento de 113% nas vendas de etanol, para 132,8 milhões de galões. O prejuízo líquido foi de US\$ 2,9 milhões, ante lucro de US\$ 83 milhões no mesmo intervalo de 2006, sendo que, do total, US\$ 84 milhões referiam-se ao aporte de capital feito pela Cascade.

Cosan aumenta capital – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 20/11/2007

O grupo Cosan, maior produtor de açúcar e álcool do país, decidiu em reunião do conselho aumentar o capital da empresa em R\$ 1,736 bilhão. À CVM, a empresa informou que irá transferir os recursos captados pela Cosan Ltd., na bolsa de Nova York, para concluir seus projetos de expansão no país.

Etanol em baixa nos EUA – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 20/11/2007

O etanol é o pior investimento de 2007 na área de combustíveis nos EUA, informou a Bloomberg. O preço do produto despencou 57% sobre o recorde de 2006, de US\$ 4,33 o galão. A produção americana de etanol triplicou depois que o Morgan Stanley, a empresa de fundos D.E. Shaw & Co. e o empresário Vinod Khosla ajudaram a financiar novas usinas nos EUA. Especialistas dizem que o etanol não tem reduzido a demanda por petróleo nos EUA. A ADM deverá exportar seu excedente. As ações da Pacific Ethanol Inc., de Bill Gates, caíram 63% neste ano.

Grandes grupos lideram a expansão dos canaviais - José Maria Tomazela – estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 21/11/2007

Lavoura cresce em todo o Centro-Sul. Investimentos de apenas quatro empresas chegam à casa dos R\$ 7 bilhões

O potencial para expansão da produção de açúcar e álcool no País, aliado ao crescimento na demanda mundial por energia de fontes alternativas, deu novo dinamismo ao agronegócio brasileiro. Grandes grupos estão sendo atraídos para o setor sucroalcooleiro de olho, não só na produção do açúcar e do álcool, mas na possibilidade de agregar a esses insumos a produção de biocombustível e de bioeletricidade.

O grupo Odebrecht escolheu o Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo, para criar seu pólo sucroalcooleiro. A região ficou conhecida pelos conflitos de terras, mas isso não inibiu a empresa: os investimentos podem chegar a R\$ 3 bilhões.

CINCO ANOS - O plano da Odebrecht é estar entre os maiores grupos do setor no País em cinco anos. Para isso, adquiriu uma usina tradicional na região, a Alcídia, em Euclides da Cunha Paulista, e outra em obras, a Conquista do Pontal, em Teodoro Sampaio, e planeja a construção da terceira unidade em Presidente Epitácio. No futuro, a Odebrecht deve investir em Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas.

O projeto de uma usina em Rio Brillhante (MS) está em andamento. A Odebrecht é uma das empresas que devem ser atendidas pelo álcoolduto que interligará as regiões produtoras ao terminal da Petrobrás em Paulínia (SP) e ao porto Paranaguá (PR). A expectativa é a de que, em dez anos, o setor sucroalcooleiro represente até 25% do faturamento do grupo.

O secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, acredita que os investimentos contribuirão para o desenvolvimento do Pontal. 'Haverá geração de emprego qualificado e de renda.' Ele diz que a renovação dos canaviais, à razão de 20% ao ano, deverá estimular também a produção de grãos.

ENERGIA - A Companhia de Energia Renovável (Cerona) optou por Mato Grosso do Sul para investir. Um de seus diferenciais será a geração de eletricidade a partir do bagaço da cana e do eucalipto. O grupo recém-formado vai investir R\$ 1,5 bilhão no projeto, que prevê a construção de duas usinas em Nova Andradina e Bataíporã. Na entressafra da cana, as fornalhas serão abastecidas com um mix de bagaço, palha e cavaco de eucalipto. No futuro, serão construídas mais duas usinas em Jateí e Anaurilândia. Até 2014, serão criados 3 mil empregos diretos. A Cerona é formada pela Brazilian Energy Partners (BEP), um fundo americano, especializado em energia renovável, que detém 95% da empresa.

A Cerona ingressa no setor com disposição: juntas, as duas usinas processarão de 8 milhões a 10 milhões de toneladas de cana/ano, sendo 7 milhões de área própria. A

produção anual será de 700 mil toneladas de açúcar e 450 milhões de litros de álcool. Mas a grande aposta é na geração de energia.

EXCEDENTE - A Cerona espera dispor de 1 milhão de megawatts ao longo do ano. Além de atender ao consumo próprio, o excedente será vendido para o sistema elétrico. 'Estamos falando de uma receita extra de R\$ 140 milhões/ano', diz Dupire. Além da cana, a empresa planta 6 mil hectares de eucalipto para mover as turbinas na entressafra.

Os canaviais já se espalham pelos arredores de Nova Andradina. Até 2009, a cultura ocupará 15 mil hectares, em parceria com agricultores. Conforme o agrônomo Edson Mitsuo Okumura, os plantios iniciais, irrigados, destinam-se à produção de mudas das 15 variedades adaptadas à região. O superintendente-agrícola do grupo, João Rossi, diz que os canaviais avançam sobre áreas de pastos degradados. 'As reservas de mata serão preservadas e ampliadas.' A região terá, ainda, uma unidade do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) para pesquisas e seleção de variedades.

Dívidas levam usina de Ribeirão Preto a leilão - Mônica Scaramuzzo – Valor econômico – Agronegócios – 20/11/2007

A usina Santa Lydia, de Ribeirão Preto (SP), vai a leilão no próximo dia 27 de novembro. O lance mínimo foi estipulado em R\$ 30,7 milhões. O leilão foi determinado pelo juiz do trabalho Rogério Princivalli da Costa Campos, do Tribunal Regional do Trabalho, da 15ª Região, para saldar dívidas trabalhistas.

A usina está desativada há pelo menos cinco anos e parte das instalações está arrendada para a empresa Produtora Independente de Energia de Ribeirão Preto (PIE-RP), que utiliza parte da estrutura da usina para co-gerar energia a partir do bagaço da cana. Este contrato de arrendamento é de R\$ 12,679 milhões.

Em edital divulgado na semana passada, a Justiça estabeleceu que irão a leilão as terras onde ficam a usina, além da instalação industrial, com todos equipamentos. A usina é considerada de médio porte. A empresa Confiança Leilões, de Ribeirão Preto (SP), foi destacada como a leiloeira oficial. Procurada pelo Valor, a empresa confirmou que irá realizar o leilão, mas não deu detalhes de como será a operação. O leilão será realizado na Câmara Municipal de Cravinhos (SP).

O vencedor do leilão terá de depositar 20% do valor total do lance no próprio dia do arremate. Os 80% restantes terão de ser quitados nas 24 horas seguintes, sob pena de perder o sinal em benefício da execução, de acordo com informações no edital.

Controlada por um grupo de empresários da região de Ribeirão Preto, a usina teve sua falência decretada em 1995 e possuía cerca de 300 credores, segundo fontes do mercado. A expectativa é de que o interesse pelo leilão é grande, ainda de acordo com essas mesmas fontes.

Apesar de ser considerado um pólo que concentra aproximadamente 60% da produção de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, no próprio município de Ribeirão Preto há apenas duas usinas - e uma delas é a Santa Lydia.

Cresce processamento de cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007

Avanço foi de 10,6% ante a safra anterior, diz Conab

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou que a indústria brasileira vai esmagar 475,12 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2007/08, que já foi concluída na região Centro-Sul e está sendo processada desde setembro na Região Nordeste.

O terceiro e último levantamento da Conab para a safra indicou um aumento de 10,6% no esmagamento de cana em relação à safra anterior. Isso corresponde a 86,4% da colheita total de 549,9 milhões de toneladas no ciclo atual - volume recorde e 15,8% maior em relação à safra 2006/07. O crescimento está ligado à avaliação dos produtores que haverá aumento da demanda de álcool na época do plantio.

O diretor de Logística e Gestão Empresarial da Conab, Silvio Porto, disse que a expansão da cana-de-açúcar em São Paulo - que é o maior produtor do País - foi a menor na comparação com outros Estados.

A área plantada com cana em São Paulo na safra 2007/08 cresceu 11,9%.

Mato Grosso do Sul e Paraná foram Estados que tiveram crescimento expressivo na área cultivada com o produto: 27%. Na Bahia, a área plantada cresceu 50%, mas Silvio Porto explicou que, em termos absolutos, o crescimento é muito pequeno.

O diretor disse que o plantio de cana região amazônica não é expressivo nesse momento e não traz preocupações ao governo. Ele ponderou que existem poucas usinas instaladas na região.

ÁLCOOL - Porto disse que o terceiro e último levantamento confirmou a tendência de maior produção de álcool em detrimento do açúcar. O processamento da safra 2007/08 na região Nordeste começou em setembro e vai até abril.

No Centro-Sul, que responde pela maior parte da produção de cana do País, o esmagamento da próxima safra (2008/09) começa em abril. Para a safra 2008/09 de cana, Porto disse que a expectativa é de crescimento da produção. Ele comentou, ainda, que existem muitas usinas em fase de instalação no País, sem dar um número.

O diretor da Conab ressaltou que o levantamento divulgado ontem mostrou uma queda de rendimento das lavouras de cana em São Paulo. Segundo ele, isso foi resultado da redução do índice de chuvas durante o período de desenvolvimento dos canaviais.

SÃO PAULO - São Paulo confirma sua posição de maior produtor de cana, respondendo por 58% da colheita. Porto disse que a destinação para o setor sucroalcooleiro

ficou assim dividida: 223,5 milhões de toneladas vão para a fabricação de açúcar e 251,6 milhões de toneladas vão para a indústria do álcool hidratado (usado nas bombas dos postos) e anidro (misturado na gasolina). O restante, 74,8 milhões de toneladas, vai para outros fins, como a produção de cachaça, rapadura, alimentação animal e semente.

Cupim pode salvar álcool à base de celulose – Folha de São Paulo – Ciência – 22/11/2007

DA REUTERS - O intestino do cupim pode parecer um lugar estranho para procurar uma solução para a crise energética do mundo, mas cientistas acreditam que lá pode estar a chave para melhorar e baratear os biocombustíveis.

As bactérias presentes em seu organismo, e que permitem que eles digiram celulose, podem vir a ser usadas no futuro como agentes bioquímicos para transformar madeira em biocombustível, afirma estudo na "Nature".

Cana e Clima – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/11/2007

A cana-de-açúcar é um dos fatores de queda na produção de café porque está ocupando áreas cafeeiras tradicionais, principalmente no Brasil. Já o clima, se nada for feito, deverá inviabilizar muitas áreas de produção de café.

Justiça determina que usinas ofereçam assistência médica – Folha de São Paulo – Dinheiro – 29/11/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - A Justiça Federal de São Paulo determinou que nove usinas de açúcar da região de Jaú (296 km de SP) elaborem um plano de assistência médica e social para seus trabalhadores, em cumprimento ao PAS (Plano de Assistência Social), previsto em lei. Caberá à União a fiscalização da aplicação dos recursos.

A decisão, à qual cabe recurso, foi assinada no dia 23 pelo juiz José Maurício Lourenço. Na liminar, o magistrado declara que os trabalhadores rurais estão desprovidos de direitos reconhecidos pela Constituição.

A Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) diz que "após reforma constitucional de 1988, entendemos que a referida lei não foi mantida, já que contrariava os princípios constitucionais adotados na nova Carta Magna". Diz que, assim, "nenhum de seus dispositivos pode hoje ser aplicado".

Turbulência limita crédito para usinas - Mônica Scaramuzzo e Graziella Valenti Valor Econômico – Agronegócios – 26/11/2007

Sob os holofotes do mercado internacional, as usinas de álcool do Brasil viveram nos últimos dois anos um boom de investimentos em novos projetos, respaldados pela disponibilidade de crédito de diversos agentes financeiros. Esse cenário começou a mudar nos últimos meses, sobretudo após a crise imobiliária dos EUA, que provocou forte turbulência nos mercados.

Além dos fatores macroeconômicos, a crise de preços pela qual o setor sucroalcooleiro passa também tem sido um fator limitante para a liberação de crédito, afirmam alguns analistas ouvidos pelo Valor. Assim como para outros setores da economia, a torneira também está secando para o setor sucroalcooleiro.

O grupo Unialco, de Araçatuba (SP), que planejava vender US\$ 150 milhões em bônus no exterior, teve de suspender a operação no início do mês. A transação seria coordenada pelo ABN Amro. Os papéis, de prazo de vencimento em dez anos, pagariam juros de 10% ao ano. Mas, um movimento de aversão ao risco ampliou a volatilidade no mercado de títulos do Tesouro americano e aumentou o prêmio de risco-Brasil, tornando mais difícil a definição do preço dos títulos da empresa. Os juros também aumentaram, uma vez que se tratava de um grupo estreante nesse tipo de operação. Procurada, a Unialco não retornou as ligações.

Os fundos de private equity, que nos últimos meses sondam investimentos no setor, também começam a ficar mais criteriosos. "Os fundos continuam interessados. Há muita oferta de projetos novos neste setor. Mas o crivo é maior", diz Marcelo Moraes, executivo do gestor de recursos americano Darby.

Analistas afirmam que o mercado para os tomadores de investimentos está mais restrito. As transações interbancárias estão sem precificação.

Alexandre Rezende, responsável pela área de corporate e banco de investimento do ING, lembra que o mercado está mais cauteloso em todos os sentidos.

O setor de etanol sofre com a crise de liquidez por se tratar de um novo negócio. O aumento da seletividade do investidor é generalizado, segundo especialistas, mas esse segmento reuniu um conjunto de fatores desfavoráveis. O mais grave e que está prejudicando fortemente o acesso a crédito bancário é o baixo preço da commodity. O desempenho ruim afetou negativamente os balanços das empresas desse setor e, portanto, o risco de crédito do negócio.

A performance das ações dos grupos do setor que operam na Bovespa - Cosan, São Martinho e Açúcar Guarani (Tereos) - também é negativa. Diante desse cenário, ficou difícil para as companhias que querem ofertar ações no segundo semestre conseguirem seu espaço, caso do grupo francês LDC Bioenergia que está na fila da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aguarda o melhor momento para lançar seus papéis.

Além disso, o horizonte para o mercado internacional de etanol está nebuloso, diz outro especialista. Embora no Brasil o mercado interno de álcool seja promissor e com demanda crescente, na União Européia há uma grande preocupação com a concorrência que os biocombustíveis, em geral, representam para a produção global de alimentos. Já se fala que, tanto o etanol como o biodiesel, não estariam mais entre os "queridinhos" dos investimentos sustentáveis.

De um lado, a demanda imediata não saiu do papel e há uma superoferta do produto. Do outro, começam a aumentar as preocupações de que tecnologias limpas alternativas,

como células de hidrogênio e energia solar, se desenvolvam mais rapidamente, ocupando o mercado que antes era estimado para etanol e outros biocombustíveis.

No Brasil e nos Estados Unidos, boa parte dos projetos de novas usinas de álcool foi engavetado, na expectativa de que o cenário de preços volte a se recuperar.

Adecoagro em MS – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007

A Angélica Agroenergia, do Grupo Adecoagro, vai investir R\$ 526,7 milhões em um projeto localizado em Angélica (MS) que inclui a construção de uma usina de açúcar e álcool, lavoura de cana-de-açúcar e instalação de cogeração de energia elétrica. O BNDES aprovou financiamento de R\$ 151 milhões para o projeto, o que equivale a 29% do volume total dos investimentos.

Agrenco investe – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 27/11/2007

A Agrenco Bioenergia, listada na Bovespa, informou à CVM que dos R\$ 630,5 milhões provenientes da abertura de capital, R\$ 342 milhões serão investidos em bioenergia. Deste total, R\$ 256,2 milhões serão destinados para duas plantas de esmagamento de grãos no Centro-Oeste do país.

Nova América adquire usina em SP e projeta expansão - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 27/11/2007

Num momento em que boa parte dos novos projetos de usinas está sendo engavetada no país, o grupo paulista Nova América, dono da marca União, líder em açúcar no varejo, deu mais um passo para fortalecer o movimento de concentração do setor sucroalcooleiro do país. A companhia anunciou ontem a compra da destilaria Paraguaçu - Paralcool, instalada na cidade de Paraguaçu Paulista (SP). O valor do negócio foi de R\$ 124,7 milhões.

A aquisição fortalece a expansão do grupo no setor de açúcar e álcool, onde o Nova América já figura entre os cinco maiores do Brasil. Com duas usinas em operação em São Paulo, o grupo está construindo uma unidade produtora na cidade de Caarapó, no Mato Grosso do Sul, que deverá entrar em operação na safra 2009/10, em um investimento total de R\$ 900 milhões. Nos próximos meses, deverá colocar em prática seu segundo projeto greenfield (construção), na cidade de Naviraí, a 50 quilômetros da usina de Caarapó, com operação prevista para 2010/11. A Nova América estuda, para o longo prazo, construir uma usina no Paraguai, onde a família Rezende Barbosa, controladora do grupo, possui terras.

Com faturamento de R\$ 1,5 bilhão na safra 2006/07, a Nova América deverá aumentar o processamento de cana das atuais 8 milhões de toneladas, em suas duas unidades paulistas de Tarumã e Maracaí, para 9,3 milhões de toneladas por safra a partir de 2008/09, já com a nova aquisição - que também envolve as áreas agrícolas e toda a frota da usina.

"Este negócio foi estratégico, uma vez que a usina Paraguaçu está a 100 quilômetros de distância das nossas duas unidades", afirmou Alberto Asato, diretor-superintendente da

holding Rezende Barbosa, que controla os negócios da Nova América. Asato disse que a unidade Paraguaçu já era parceira do grupo há cinco anos. "A usina já processava parte da cana colhida pelas nossas duas outras usinas", disse.

A partir desta aquisição, o grupo deverá produzir 662 mil toneladas de açúcar e 305 milhões de litros de álcool na safra 2008/09. A unidade de Paraguaçu também deverá receber nos próximos anos investimentos para atuar com plena capacidade de moagem, em torno de 3 milhões de toneladas de cana por safra, afirmou Asato.

Em julho deste ano, o grupo concluiu uma operação de emissão de debêntures, com captação de R\$ 300 milhões, que foram utilizados no processo de expansão de sua produção.

Detentor da marca União desde 2005, o grupo Nova América destaca-se no mercado interno, com a liderança das vendas de açúcar no varejo. Além da agroenergia, o grupo atua na área de citros, com 3 mil hectares plantados com laranja, e também na pecuária, com fazendas no Centro-Oeste.

Comanche investe em etanol e biodiesel - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 28/11/2007

A Comanche Clean Energy, empresa controlada por investidores americanos com sede em Nova York, planeja investir US\$ 300 milhões na construção de uma usina de etanol e uma planta de biodiesel no Maranhão. Os aportes deverão ser realizados na região de Balsas, tradicional área produtora de grãos do Estado.

A companhia chegou ao Brasil no fim de 2006. Os primeiros investimentos, no total de US\$ 150 milhões, foram realizados no início deste ano, na aquisição de duas usinas pequenas de álcool em São Paulo e uma planta de biodiesel na Bahia, que já está em operação, afirmou Delmo Vilhena, conselheiro do grupo. A companhia é presidida pelo executivo Thomas Cauchois, que esteve à frente do FondElec, empresa americana de investimentos e consultoria em projetos de energia e telecomunicações no mercado internacional.

A escolha do grupo pelo Maranhão reflete as vantagens logísticas do Estado, por conta do porto de Itaqui, e os baixos custos de produção comparados ao centro-sul do país. "O Maranhão é um Estado de oportunidades", disse Vilhena. A expectativa é de que as duas plantas do grupo no Estado entrem em operação a partir da temporada 2010/11.

A Comanche construirá uma usina com capacidade de produção de aproximadamente 4 milhões de toneladas de cana por safra, com produção de 300 milhões de litros por safra em sua etapa final. A planta de biodiesel foi projetada para cerca de 100 milhões de litros por ano.

As usinas de álcool da Comanche instaladas em São Paulo também receberão aportes. A unidade Comanche Santa Anita, em Tatuí, deverá processar cerca de 700 mil toneladas em 2008/09, mas está recebendo aportes para dobrar a produção em 2009/10. A unidade Comanche Canipar, na região de Ourinhos, atualmente processa 300 mil toneladas, mas também deverá moer 1,5 milhão de toneladas nos próximos anos, segundo Vilhena.

Segundo Weber Amaral, diretor-superintendente do Pólo Nacional de Biocombustíveis, com sede em Piracicaba (SP), o Estado do Maranhão tem forte aptidão para a cultura canavieira. "O Estado tem condições de ter uma área de 1,5 milhão de

hectares para cana, com potencial para ocupar de 4 milhões a 5 milhões de hectares no longo prazo".

Amaral também observou que os índices de produtividade de algumas regiões, que inclui Balsas, também são parecidos com a região centro-sul do país. "Os custos de produção são compatíveis com o centro-sul, uma vez que as terras e a mão-de-obra são mais baratas", disse. O porto de Itaquí tem tradição no escoamento de grãos. "Para o álcool, seria preciso investimentos em infra-estrutura de tancagem e também num berço para líquidos", afirmou o executivo.

Empresa paulista é interdita por descumprir normas trabalhistas – Sítio Eletrônico da CPT – 19/11/2007

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por auditores fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e Polícia Federal, interditou, no dia 13 de novembro, a unidade de Brasilândia (SP) da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul. Cerca de 800 trabalhadores indígenas foram flagrados no local em condições degradantes. Segundo o procurador do Trabalho e vice-coordenador nacional de Combate ao Trabalho Escravo, Jonas Ratier Moreno, que também faz parte do grupo móvel, "as condições encontradas eram extremamente degradantes". Além da sujeira causada pelo lixo espalhado pelo chão e pelos restos de comida, o esgoto corria a céu aberto e os alojamentos eram superlotados. O grupo móvel também constatou atraso no pagamento de salários e não recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Já na área industrial, eles encontraram excesso de vazamento nas tubulações, alto nível de ruído e presença de fuligem de cana, oriunda das queimas dos canaviais, livre no ar, o que pode provocar doenças respiratórias. Segundo registros dos fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT/MS) e do Ministério Público do Trabalho (MPT/MS), a empresa já foi denunciada e autuada várias vezes por infringir normas de proteção ao trabalhador, atraso de pagamento de salários e descumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

Produção de Cana-de-Açúcar é Recorde pela 3ª Safra Consecutiva – Sítio Eletrônico do MAPA – 29/11/2007

Brasília (29.11.07) - O último levantamento da produção nacional de cana-de-açúcar, da safra 2007/08, indica a colheita de 475, 1 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a um aumento de 10,6% em relação ao período anterior. O número é considerado recorde pela terceira safra consecutiva. O resultado da pesquisa foi divulgado nesta quinta-feira (29), às 11 horas, no edifício-sede da Conab, em Brasília, pelo diretor de Logística e Gestão Empresarial da estatal, Sílvio Porto.

Do total da colheita, 223,5 milhões serão destinados à fabricação de açúcar, 251,6 milhões para a indústria do álcool hidratado e 74,8 milhões para outros setores como a cachaça, alimentação animal, rapadura e semente.

A área cultivada, que aumentou 13%, passando de 6,2 milhões para 7 milhões de hectares, resulta da ocupação de áreas com pastagens degradadas. O maior produtor, com 58% da colheita é São Paulo. Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Paraná também são destaques no aumento da área cultivada.

A pesquisa foi realizada de 5 a 16 de novembro, por 47 técnicos, que entrevistaram 355 representantes de usinas, destilarias e entidades de classe como sindicatos, associações, órgãos públicos e privados.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Leilões destacam empresas com Selo Social – Sítio Eletrônico do MDA – 19/11/2007

Nos dois leilões de biodiesel realizados na última semana, foram comercializados 380 milhões de litros do produto – o equivalente a R\$ 709 milhões. Quase a totalidade do que foi comprado, mais precisamente 99%, é proveniente de empresas detentoras do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O Selo é conferido àquelas empresas produtoras do biocombustível que promovem a inclusão social de agricultores familiares.

Os dados são preliminares da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que realizou os leilões, no Rio de Janeiro. O primeiro dos dois leilões, no dia 13, foi disputado apenas por produtores detentores do Selo. No segundo, no dia 14, também puderam participar outras indústrias que possuíssem autorização de funcionamento da ANP e registro especial na Receita Federal.

Um total de 27 indústrias participaram dos leilões, sendo que apenas três não possuíam o Selo. “Isso demonstra que ele é um mecanismo bastante competitivo”, afirmou Arnoldo de Campos, diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

Por meio do Selo, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas diferenciadas de PIS/Pasep e Cofins e a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas.

Participação do Nordeste - O principal objetivo desses leilões é garantir o cumprimento da legislação que determina a mistura obrigatória de 2% de biodiesel no óleo diesel (B2), a partir de janeiro de 2008. Também se busca fortalecer a parceria entre as indústrias e os agricultores familiares e, assim, dar seqüência ao processo de ampliação do número de famílias participantes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Atualmente, cerca de 90 mil famílias – metade delas no Nordeste do País –, estão diretamente envolvidas na produção de oleaginosas para a fabricação do biodiesel. E foi

justamente essa região que mais comercializou o produto nesses últimos leilões (com um percentual de 27,4%), seguida do Centro-Oeste (com 27,1%).

Com relação a estados, a maior participação foi de usinas do Rio Grande do Sul (com percentual de 21,6%), seguido por Goiás (20%) e pela Bahia (16,1%). “Esse dado mostra a força da agricultura familiar, já que esses estados concentram a maior parte dos agricultores familiares do País”, avaliou Campos.

Biodiesel produzido em assentamento é destaque em feira no MS – Sítio Eletrônico do MDA – 26/11/2007

A produção de biocombustíveis em assentamentos da reforma agrária foi destaque na Feira de Negócios Rurais realizada em Campo Grande, até sexta-feira (23). A experiência foi apresentada pela Associação dos Agricultores e Agricultoras do Município de Terenos (Assafra), uma das três entidades escolhidas para compor o espaço dedicado aos agrocombustíveis. As outras são Biocom, empresa comercial, e Fundação MS, da área de pesquisa.

O empreendimento dos assentados é resultado de uma rede de parcerias. Há dois anos, eles montaram o equipamento de produção de biocombustível, mas não contavam com local adequado e recursos para fazê-lo funcionar. Neste mês de novembro, a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Mato Grosso do Sul cedeu o terreno de 12,9 hectares e o Banco do Brasil, por meio do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), financiou 96 mil reais para construção do barracão onde as máquinas serão instaladas.

Segundo o presidente da Assafra, Francisco Hélio da Silva, esta é a primeira iniciativa do gênero em áreas da reforma agrária em Mato Grosso do Sul. Pela viabilidade do projeto, ele estima que outros deverão surgir. “Não tem como errar. Temos a garantia da aquisição de toda a produção”, garante.

Outros projetos - Francisco Hélio afirma que este é apenas o primeiro projeto em funcionamento. A intenção é fazer com que cada uma das 87 famílias integrantes da associação gere renda de R\$ 1.500 por mês. Para isso, serão instaladas mais esmagadoras, de modo a ampliar a produção de óleo combustível e com funcionamento integrado a outras atividades. Os alvos são as plantações de girassol e pinhão manso consorciada à criação de ovinos. “Leite e carne para o consumo e sementes para o biodiesel”, explica o presidente.

Os assentados, por sua vez, estão orgulhosos pela participação na Feira. Reconhecem a nesta ação a oportunidade de estimular outros assentamentos a criarem seus próprios projetos de geração de renda. “Conseguir a terra é só uma etapa. Depois o desafio é fazer a terra produzir. E é isso que estamos fazendo”, arremata Laucídio Paredes da Silva, da Assafra.

O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Mato Grosso do Sul, Luiz Carlos Bonelli, levou ao gerente executivo de Desenvolvimento Energético da Petrobrás, Mozar Schimit, a proposta de produção de biocombustíveis em assentamentos do estado. A reunião ocorreu nesta sexta-feira (30), com a presença do presidente do Incra, Rolf Hackbart, e autoridades do setor energético da Petrobrás.

Para o Incra, o desafio é gerar energia sem abrir mão do cultivo de alimentos. “Essa proposta supera a discussão atual de que produção de energia ameaça a segurança alimentar”, defende Bonelli. “Cada assentamento ou grupo de assentamentos pode ter sua usina e continuar produzindo comida, basta fazer tudo de forma integrada e dar destinação correta aos resíduos”.

O empreendimento poderá ser implantado no assentamento Itamarati II, em Ponta Porã (MS), até o ano de 2010 e vai ao encontro das necessidades da Petrobrás, que vê no etanol e no biodiesel a possibilidade de ampliar sua base de produção energética.

O superintendente utiliza o Itamarati II para explicar o projeto. A produção de biocombustíveis terá como matéria prima a cana para o etanol e as oleaginosas para o biodiesel. Em lugar de virar entulho, o bagaço irá engordar o rebanho e alimentar uma termoeletrica, com capacidade para gerar 735 Megawatts/ano. Essa energia deve abastecer as próprias usinas e o excesso será vendido, ou seja, uma fonte alternativa de lucros para os moradores.

O Itamarati II foi escolhido para essa experiência porque oferece as condições necessárias à sua implantação. A grande extensão territorial viabiliza a plantação de cana, soja, girassol, milho, amendoim para os biocombustíveis. Outro fator determinante é o modelo de assentamento, TerraVida. Neste modelo, o assentado tem seu lote dividido em duas partes, sendo uma para culturas de sobrevivência e outra para a societária, para grandes plantações, o que atende à demanda dos biocombustíveis.

O Incra espera que a produção casada de energia com alimentos proporcione renda de R\$ 1,9 mil reais mensais para cada uma das 1.700 famílias envolvidas no processo. Além disso, o empreendimento vai gerar outros 1.600 empregos indiretos.

O carro-chefe é a destilaria de álcool hidratado. Serão nove pequenas unidades, formando um complexo com capacidade para produzir 67,5 mil litros/dia, ou R\$ 226,8 mil brutos. Descontando os custos, sobram R\$ 147 por mês, por hectare, para cada família. Como os assentados também fornecem a cana, a renda sobe para R\$ 195 mensais.

A previsão é iniciar o plantio da cana até fevereiro de 2008 e iniciar a produção em dois anos.

Etanol

São Paulo supera PE e lidera ranking de invasões de terra - Eduardo Scoles – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007

Em 2007 ocorreram 80 invasões no Estado, das quais 71 foram articuladas pelo MST - Ouvidor agrário atribui o aumento dos conflitos ao avanço do cultivo da cana e aos problemas fundiários no Pontal do Paranapanema

Dados do governo federal sobre o período que se estende de janeiro de 2000 a agosto de 2007 revelam que São Paulo ultrapassou Pernambuco neste ano e agora se transformou no Estado com o maior número de invasões de terra do país desde que a Ouvidoria passou a quantificar invasões e assassinatos no campo, em 2000.

Em terras paulistas houve 315 ações no período 2000-2007, contra 297 em Pernambuco, segundo dados da Ouvidoria Agrária Nacional tabulados pela **Folha**. Alguns fatores contribuíram para a ultrapassagem de São Paulo. Um deles é a diminuição gradativa das ações em Pernambuco, que o ocupava o topo do ranking até junho passado.

No final de 2004, por exemplo, Pernambuco liderava com folga -205 ações, contra 127 em São Paulo. Até então, a média pernambucana era de 3,41 invasões por mês -em abril de 2004, por exemplo, foram 76 ações no Estado. De janeiro de 2005 a agosto de 2007, porém, essa marca caiu 16% (para 2,87 ações/mês). Já São Paulo, no mesmo período, viu sua média avançar 178% -de 2,11 para 5,87 invasões/mês.

Pernambuco não apenas perdeu a liderança histórica das invasões, como, com só 14 ações até agosto, agora aparece na quinta posição no ranking de 2007, atrás de SP (80), BA (53), AL (32) e MG (20).

Monocultura - Para o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, o crescimento das ações em São Paulo está relacionado a dois fatores: áreas públicas estaduais na mão de fazendeiros e o avanço da monocultura da cana-de-açúcar no Estado.

"O crescimento das ocupações [em SP] é decorrente do fato de que na região do Pontal do Paranapanema há uma grande quantidade de áreas públicas estaduais ocupadas por fazendeiros, o que motiva a ação dos trabalhadores rurais", afirma. "[O avanço da cana-de-açúcar] é outro motivo que tem gerado as ocupações, um protesto que principalmente o MST faz pela plantação de cana", completa o ouvidor agrário, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Neste ano, entre janeiro e agosto, ocorreram 80 invasões em São Paulo, sendo 71 delas organizadas pelo MST -88% do total. Na linha do ouvidor agrário, o movimento afirma que esse avanço tem a ver com a política de incentivo aos biocombustíveis, como o etanol.

Gustavo Ungaro, diretor-executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), afirma que a maioria das áreas invadidas são aquelas de atribuição federal, no caso, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). "O aumento do número de ocupações não é a melhor estratégia para obter esse apoio social que a reforma agrária merece ter", afirma Ungaro.

Sobre a queda das ações em Pernambuco, o ouvidor aponta o trabalho da superintendência regional do Incra.

Lá, entre 2000 e 2003, foram desapropriadas 95 áreas, uma média de 0,7 para cada invasão. Já no período que vai de janeiro de 2004 a junho de 2007, com a desapropriação de 169 imóveis rurais no Estado, a média subiu 161% -1,83 área para cada invasão de terra. A superintendência do Incra ficou nas mãos de Maria de Oliveira entre julho de 2004 e maio de 2007. Antes de assumir o cargo, ela havia atuado como adjunta de Gercino na Ouvidoria Agrária Nacional.

"Quando cheguei a Pernambuco havia 18 áreas emblemáticas, com assassinatos, prisões, trabalho escravo. Desencalhamos 12 delas, o que aliviou a tensão", disse Maria de Oliveira, citando a desapropriação de imóveis que integravam o complexo da usina Catende.

"A troca do governo do Estado [Jarbas Vasconcelos, do PMDB, por Eduardo Campos, do PSB] também contribuiu no distensionamento dos trabalhadores rurais", completa a ex-superintendente regional do órgão.

Governo não vai intervir para evitar alta do álcool - Geresa Marques e Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/11/2007

O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, afirmou ontem que o governo não vai intervir no preço do álcool, que começa a aumentar nas usinas e nos postos. Segundo ele, cabe ao consumidor que tem carro bicombustível recusar o produto quando o preço do álcool estiver muito alto. "O consumidor é quem vai dizer", afirmou o ministro, após participar de seminário sobre tecnologias de produção de energia.

"Eu tenho certeza que você não vai usar (álcool). Nem eu vou usar, se o álcool tiver um preço acima da gasolina", afirmou Hubner. Ao ser questionado se abastece seu carro com álcool, respondeu: "Meu carro é muito velho". Ele disse que tem um Vectra 1995, anterior ao modelo bicombustível.

A alta no preço do álcool ocorre todo fim de ano, quando começa a entressafra da cana-de-açúcar na região Centro-Sul, que dura até abril. Estudos do governo mostram, no entanto, que os estoques de álcool são suficientes para atender à demanda durante esse período.

Segundo uma fonte do Ministério da Agricultura, a previsão é de estoques de um bilhão de litros até abril, que serão completados pela produção das regiões Norte e Nordeste. O consumo mensal de álcool no Brasil oscila entre 1,2 bilhão e 1,5 bilhão de litros.

A alta dos preços nas usinas de São Paulo, segundo um técnico do setor, é um movimento normal nesta época. Na semana passada, o preço médio do litro do álcool hidratado subiu 4,3% e o do anidro, 8,62%, de acordo com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

“O preço estava muito baixo na safra. Apesar da alta, os valores estão abaixo dos de anos anteriores”, comentou. Diante desse quadro, o governo não considera reduzir a mistura de álcool anidro à gasolina. A mistura hoje é de 25%, mas pode ser reduzida para até 20%.

MST diz protestar contra avanço da cana em SP – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/11/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O MST alega que o aumento do número de invasões de terra em São Paulo é uma forma de chamar a atenção do governo federal e da sociedade para o avanço da monocultura da cana-de-açúcar no Estado.

O movimento avalia que o incentivo à produção dos biocombustíveis tende a aumentar a concentração de terras e ampliar o lucro das empresas transnacionais, além de degradar o ambiente e piorar as condições de trabalho no campo.

"O avanço do latifúndio aliado ao agronegócio coloca uma contradição muito acirrada no campo. Terras que deveriam ser destinadas à reforma agrária atualmente são colocadas ao agronegócio", afirma José Batista, da direção nacional do MST em São Paulo.

"O investimento do agronegócio no Brasil, como no caso da cana, está concentrado em São Paulo. Não há geração de emprego, apenas condições precárias no corte da cana", completa o líder do MST.

Para o presidente nacional da UDR (União Democrática Ruralista), Luiz Antonio Nabhan Garcia, o objetivo do MST é outro. "Esse pessoal do MST é muito esperto, porque terra em São Paulo tem mais liquidez. É mais fácil para eles venderem depois. É claro que vai bater recordes. Quem não quer ter terra em São Paulo?"

O líder da entidade dos fazendeiros, com sede em Presidente Prudente (Pontal do Paranapanema), sugere que governo e Ministério Público investiguem o número de lotes de reforma agrária vendidos ilegalmente no Estado.

Antes concentradas na região do Pontal, as ações do MST agora estão espalhadas por todo o Estado, como nas regiões de Campinas, Andradina e Ribeirão Preto.

A promessa do MST é ampliar o número de ações no Estado. "Temos 4.000 famílias acampadas e vamos ter muita ocupação de terra por São Paulo", afirma Batista.

Sobre Pernambuco, o MST diz enxergar uma mudança na estratégia local. As invasões por lá estariam mais concentradas -ou seja, em vez de invadir dez áreas com cem famílias em cada uma, opta-se por uma única ação com mil famílias. (ES)

Cliente no óleo, China resiste a biocombustível – Francisco Góis – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007

A Petrobras deverá fechar 2007 com a exportação de 14 milhões de barris de petróleo para a China, o que lhe garantirá receita de US\$ 839 milhões. O montante inclui um carregamento que está a caminho do país e tem chegada prevista para os primeiros dias de dezembro. A exportação de petróleo projetada pela estatal para a China este ano é igual à de 2006, embora no ano passado a receita tenha sido menor (US\$ 823 milhões). Em 2005, a empresa embarcou 6,5 milhões de barris de petróleo à China (US\$ 323 milhões).

Marcelo Castilho da Silva, gerente geral do escritório de representação da Petrobras em Pequim, informou, por e-mail, que a exportação de petróleo para a China em 2007 não deverá sofrer alteração porque qualquer venda que venha a ser feita em dezembro só será embarcada no fim do mês para aportar já em 2008.

Silva não participou do Challenge Bibendum, em Xangai, mas a Petrobras montou estande no Centro de Exibição de Tecnologia, onde o evento foi realizado. Ali foi possível conhecer de perto carros híbridos (movidos a gasolina e eletricidade) e protótipos de automóveis movidos a pilha combustível (hidrogênio), além de biocombustível (biodiesel).

A venda de petróleo é o caminho mais curto encontrado pela Petrobras para marcar presença no mercado chinês, e a estatal aproveita o fato de ter escritório em Pequim, aberto em maio de 2004, para fazer contato com autoridades governamentais e dirigentes de empresas. Quem já foi executivo de uma grande companhia na China sabe que no país o "guanxi", mistura de poder de influência e rede de relações e interesses, é vital para os resultados nos negócios.

A busca de oportunidades no ponto forte da Petrobras, que é a exploração de petróleo em águas profundas, ainda não deu resultados. Qualquer eventual parceria futura deverá ser estabelecida com a Cnooc, estatal autorizada a fazer joint ventures na área offshore, mas não em águas profundas.

Nos biocombustíveis, as chances para o Brasil na China são remotas. Segundo fontes ouvidas pelo Valor, no fim de 2006 a China definiu que não importaria biocombustíveis. O país busca assegurar a produção interna de etanol, área em que tem vários desenvolvimentos tecnológicos sendo feitos, segundo apresentado no Challenge Bibendum. Também há preocupação na China com a concorrência que a produção de alimentos possa enfrentar a partir do crescimento do plantio de culturas agrícolas como o milho para a produção de energia. Há várias províncias na China produzindo etanol para mistura na gasolina. (FG)

Modelo de produção vira alvo de duro debate - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007

A produção de etanol no Brasil, bandeira do governo Lula na área externa, foi alvo de um duro debate em painel sobre biocombustíveis no Challenge Bibendum 2007, que terminou sábado, em Xangai.

A sessão discutia as conclusões de uma mesa-redonda sobre as perspectivas dos combustíveis líquidos e dos biocombustíveis. O relatório que motivou a discussão foi produzido a partir de informações de especialistas em energia e meio ambiente e de representantes de empresas como PSA Peugeot Citroën, Ford, Volvo, Audi, Petrobras e Shell, que haviam se reunido na quarta-feira, no mesmo local.

Logo após apresentar as conclusões do painel, o ex-diretor geral da Agência Internacional de Energia (IEA) Claude Mandil recebeu críticas por defender, no relatório, o etanol produzido a partir da cana.

Um jovem francês pegou o microfone para dizer, em inglês, que o relatório não abordava os efeitos sociais da produção de álcool da cana. Destacou as "condições" às quais os trabalhadores são submetidos nos canaviais brasileiros e disse que a produção de álcool contribuía para o desmatamento da Amazônia.

Seguiram-se outras críticas ao relatório e demorou até que um brasileiro presente na sala, Eduardo Campos, diretor comercial da italiana Magneti Marelli no Brasil, conseguisse a palavra. Ele disse que a distância entre a região produtora de cana e a Amazônia era de "quatro mil quilômetros" e afirmou que muitas empresas que fazem álcool e açúcar produzem energia com o bagaço da cana.

O interesse da Magneti Marelli no assunto se explica: a empresa foi a primeira a lançar no mercado brasileiro o sistema de injeção eletrônica para carros flexfuel. Hoje cerca de 47% dos carros flex vendidos no Brasil têm o sistema de injeção da fabricante italiana. Em Xangai, a empresa preferiu, porém, apresentar não o carro flex que havia levado à edição 2006 do Challenge Bibendum, mas o sistema de transmissão automatizada que equipa, por exemplo, o carro da montadora chinesa Chery.

A transmissão automatizada ganha importância em um mercado como o chinês, que produz cerca de 7 milhões de carros por ano e onde o trânsito em grandes cidades como Xangai é caótico graças à frenética mistura de carros, ônibus, bicicletas e pequenas motos em um mesmo espaço.

Mandil, o relator da mesa-redonda, apresentara alguns critérios para selecionar os combustíveis renováveis que considerou competitivos. O primeiro foi o custo de produção, levando-se em conta que os subsídios serão cada vez mais inaceitáveis. Outros critérios considerados foram se o biocombustível é socialmente aceitável, se compete com a produção de alimentos, qual a sua relação com a poluição (solo, água e ar) e se ele evita a emissão de gás carbônico na atmosfera.

O etanol a partir de cana-de-açúcar foi o único biocombustível a atender aos critérios citados. É considerado um biocombustível de primeira geração, assim como o álcool produzido a partir de beterraba e o biodiesel. Mas uma segunda geração está em gestação nos laboratórios, apesar de não ter chegado ao mercado, afirmou Mandil.

Airel Pares, da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, ligada à Presidência da República do Brasil, saiu do encontro com a impressão de que a indústria automotiva não está convencida sobre o uso do etanol. "Ninguém sabe se haverá preponderância de uma tecnologia ou uma combinação entre todas".

Ele se referia ao fato de que, no evento, as indústrias do setor deram prioridade a outras alternativas para reduzir o consumo de combustível e as emissões de gases. Foi o caso do carro híbrido (gasolina e eletricidade) e do carro elétrico (ainda não disponível para venda).

David Pirret, vice-presidente mundial da Shell na área de lubrificantes e que dirigiu a empresa no Brasil, manifestou, no entanto, seu otimismo com o etanol: "Em 2006 a Shell vendeu mais de 3,5 bilhões de litros de etanol em vários países, muito disso nos Estados Unidos e Brasil", disse o executivo.(FG)

Álcool sobe 8,5% em um mês em SP e governo diz que não vai intervir - Nicola Pamplona – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/11/2007

Em outros Estados do País, alta é menor e a tendência deve continuar até a próxima safra de cana-de-açúcar

O consumidor paulista é o primeiro a sentir no bolso os efeitos da entressafra na produção de álcool. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), o litro do álcool hidratado subiu 6,47% nos postos do Estado na última semana. Em um mês, a alta é de 8,55%.

Na média nacional, os repasses são mais modestos, de 3,38% na semana passada, para R\$ 1,374 o litro. A tendência continua de alta. A cotação nas usinas de São Paulo já subiu perto de 30% desde a mínima do ano.

O mercado paulista costuma sentir mais rapidamente as variações de preços do etanol, devido à proximidade com as usinas e à alta rotatividade dos estoques. O preço médio no Estado ficou em R\$ 1,168 por litro na semana passada, informa a pesquisa semanal da ANP, divulgada ontem. Há um mês, o litro do álcool hidratado custava, em média, R\$ 1,076 nos postos do Estado.

A alta é normal nesta época do ano, e só é revertida com o início da colheita de cana, em maio do ano seguinte.

Anteontem, o ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, afirmou que o governo não vai intervir no preço este ano. Ele lembrou que o mercado pode ser regulado pelo próprio consumidor, que vai escolher o combustível mais barato.

Em 2006, em acordo com os produtores, o governo estipulou um teto de R\$ 1,05 para as cotações do álcool nas usinas, que não chegou a ser cumprido. Na semana passada, a cotação do álcool hidratado em São Paulo chegou a R\$ 0,747, alta de 4,3% em relação à semana anterior e de 29,78% ante a mínima do ano, de R\$ 0,576, verificada na terceira semana de outubro.

GASOLINA E GÁS - A pesquisa da ANP indica que o aumento nas cotações do álcool ainda não teve impacto no preço da gasolina, que recebe 25% de álcool anidro antes de ser vendida nos postos. Na média nacional, o preço da gasolina se mantém estável. Fechou a semana passada em R\$ 2,484 o litro. Em São Paulo, o litro custa, em média, R\$ 2,373, ante R\$ 2,369 na semana anterior.

A pesquisa da ANP detectou ainda uma trégua na alta do preço do gás natural veicular (GNV), que vinha sendo pressionado pelas elevadas cotações do petróleo no mercado internacional. Segundo a agência, o metro cúbico do GNV era vendido por R\$ 1,351 nos postos, em média, na semana passada. O valor é R\$ 0,01 menor que o da semana anterior. Em São Paulo, o GNV é vendido por R\$ 1,139 o metro cúbico, praticamente o mesmo preço vigente na semana anterior.

Indústria brasileira vai produzir mais açúcar e álcool – Sítio Eletrônico da Conab – 29/11/2007

A última pesquisa da safra nacional de cana-de-açúcar 2007/08, divulgada nesta quinta-feira (29) pela Conab, mostra que a indústria brasileira vai esmagar 475,1 milhões de toneladas do produto, aumento de 10,6% sobre o período anterior. Isso corresponde a 86,4% da colheita total de 549,9 milhões t do ciclo atual. Este número é recorde pela terceira safra consecutiva e 15,8% superior à passada. O crescimento deve-se à expectativa do mercado pela demanda de álcool na época do plantio.

O estado de São Paulo confirma a sua posição de maior produtor de cana, respondendo por 58% da colheita. Segundo o diretor de Logística e Gestão Empresarial da estatal, Sílvio Porto, a destinação para o setor sucroalcooleiro ficou assim: 223,5 milhões t vão para a fabricação de açúcar e 251,6 milhões t para a indústria do álcool hidratado (usado nas bombas dos postos) e anidro (que é misturado na gasolina). O restante, 74,8 milhões t, é para outros fins, como cachaça, rapadura, alimentação animal e semente.

Plantio – A área cultivada também aumentou 13%, saindo de 6,2 milhões de hectares na última safra para 7 milhões ha, resultado principalmente da ocupação da cultura em áreas com pastagens degradadas. A expansão ocorreu em todo país, com destaque para os estados de Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e Paraná.

A pesquisa de campo, realizada entre os dias 5 e 16 de novembro, mobilizou 47 técnicos, nos principais estados produtores. Eles conversaram com 355 representantes de usinas/destilarias e de 60 entidades, entre sindicatos, associações, órgãos públicos e privados. Confira [aqui](#) o estudo completo.

Ministro descarta intervir no mercado de álcool – Folha de São Paulo – Dinheiro – 20/11/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O governo não vai intervir no mercado de álcool para segurar a alta do preço do combustível. De acordo com o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, caberá ao consumidor conter a alta, comprando menos álcool.

"Se o álcool não estiver pelo menos 30% abaixo do preço da gasolina, realmente não compensa. O preço está livre no Brasil. O consumidor é que vai definir isso. O consumidor não vai colocar álcool se ele estiver com preço acima", disse.

De acordo com dados da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP), o preço do álcool hidratado (usado diretamente em automóveis) nas usinas começou a aumentar na primeira semana de novembro, chegando a estar cotado a R\$ 0,71 o litro. Desde o final de maio, o preço estava oscilando em valores próximos a R\$ 0,60 por litro.

Apesar de não estar disposto a intervir diretamente no mercado, o governo analisa a possibilidade de criar mecanismos que diminuam a volatilidade do preço do combustível ao longo do ano. Nos meses de safra, o preço do álcool cai com o aumento da oferta e, na entressafra, sobe com a diminuição da produção. Entre as propostas em estudo está a criação de contratos de longo prazo no mercado interno, com a comercialização do combustível no mercado futuro (BM&F).

Biodiesel - Hubner disse que a mistura obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo acontecerá, como previsto, a partir de janeiro de 2006. Ele admitiu problemas na entrega do produto, mas avalia que é possível que agentes do mercado estejam "segurando" o combustível para ganhar no preço.

De acordo com a avaliação do ministro, os problemas no programa de biodiesel não vão afetar as metas a serem cumpridas. "Tem uma capacidade instalada no Brasil bem maior que pode ser utilizada. A gente sabe que vamos ter que lidar com problemas localizados", disse.

A legislação que trata do programa de biodiesel - lei 11.097/2005 - estabelece que a mistura de 2% é obrigatória a partir de 13 de janeiro de 2008 (três anos após a sanção da lei). Ainda de acordo com a legislação, o percentual sobe para 5% em janeiro de 2013.

Brasil Participa de Evento Internacional de Açúcar e Etanol – Sítio Eletrônico do MAPA – 26/11/2007

Brasília (26.11.07) – O secretário de Produção e Agroenergia, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Manoel Vicente Bertone, e o diretor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia/Mapa, Alexandre Strapasson, participam, a partir desta segunda-feira (26), da 18ª Consulta Informal entre a Associação Mundial dos Plantadores de Beterraba e Cana (WABCG, em inglês) e o Conselho da Organização Internacional do Açúcar (OIA), em Londres.

Amanhã (27) e na quarta-feira (28), Bertone e Strapasson participam do 16º Seminário Internacional Anual da OIA, com o tema *Um brilhante futuro para o açúcar e etanol – realidades e mitos*. As principais questões econômicas, comerciais e políticas que envolvem a produção de açúcar e etanol fazem parte da programação.

O Brasil é líder no mercado mundial de açúcar, com 18,9 milhões de toneladas exportadas, em 2006, e nos últimos cinco anos, com crescimento de 45% do comércio mundial de açúcar. A exportação, de janeiro a outubro deste ano, ficou em 16,3 milhões de toneladas, o que corresponde a US\$ 4,3 bilhões. (*Inez De Podestà*)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

Lula condena crítica ao desmatamento - Leonencio Nossa – Estado de São Paulo – Vida & - 20/11/2007

Presidente atribui comentários sobre a Amazônia ao que considera uma ‘disputa comercial desleal’

Blumenau - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuiu a uma “disputa comercial desleal” as críticas de que o governo incentiva a destruição da Amazônia. Em encontro de empresários brasileiros e alemães, ele defendeu ontem que os países ricos financiem a preservação das florestas das nações em desenvolvimento. “Existe uma disputa comercial que não é leal, e está se espalhando pelo mundo”, reclamou. “Quero dizer aos empresários alemães que ninguém tem mais preocupação em preservar a Amazônia do que nós, brasileiros.” No mesmo palanque do presidente estava o ministro alemão de Economia e Tecnologia, Michael Glos. Pela proposta de Lula, os países ricos, que mais contribuem com a emissão de gases do efeito estufa, pagariam aos pobres pela manutenção das florestas.

SEM BIOCOMBUSTÍVEL - Ele sinalizou que o governo apresentará um novo zoneamento agroecológico para a Amazônia, ainda sem data, e negou que o governo incentive a produção de biocombustível e cana-de-açúcar na região. “Não vamos permitir a introdução de biocombustível na Amazônia”, disse. “E não tem nenhum sentido produzir cana-de-açúcar lá”, completou. O presidente disse que novas atividades agrícolas na Amazônia podem utilizar áreas já degradadas e desmatadas.

Organizações não-governamentais acusam Estados e o governo federal de desenvolverem ações que promovem desmatamento e introdução de novas culturas na Amazônia.

Lula cobrou responsabilidade dos EUA e da União Européia na preservação da selva amazônica. “Por favor, não levem apenas em conta que a obrigação é dos países pobres”, disse, referindo-se às ações de combate ao desmatamento. “Os países ricos, que contribuem mais com a emissão de gás que causa o efeito estufa, precisam dar a sua contribuição”, completou. “Uma delas é diminuir a emissão de gás; a outra, financiar os países pobres para diminuir o desmatamento.”

ONU faz elogios a etanol brasileiro - Luciana Rodrigues, Chico de Gois, Martha Beck e Demétrio Weber – O Globo – Economia – 28/11/2007

Lula sugere taxaço do petróleo para reduzir a emissão de gases

RIO e BRASÍLIA. Em seu Relatório de Desenvolvimento Humano, o Pnud faz uma dura crítica às barreiras protecionistas dos países ricos ao etanol brasileiro. A produção de álcool no Brasil é citada como exemplo de política de preservação ambiental que promove o desenvolvimento econômico. A ONU destaca que o etanol feito de cana-de-açúcar é mais barato e muito mais eficiente em reduzir as emissões de gases do efeito estufa do que o álcool feito de milho nos Estados Unidos ou os biocombustíveis produzidos na Europa.

“Remover as tarifas (à importação do etanol brasileiro nos países ricos) geraria ganhos não só para o Brasil como para a mitigação das mudanças climáticas”, diz o texto.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou os países ricos por cobrarem dos pobres a redução da emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.

La me nt an do as barreiras ao etanol brasileiro, ele também sugeriu a taxaço do petróleo: — Cadê o equilíbrio comercial? Cadê a vontade de despoluir o planeta? Cadê a vontade de diminuir a emissão de gases do efeito estufa? Poderia começar taxando o petróleo.

Segundo o Pnud, na comparação com o petróleo, o etanol de cana-de-açúcar reduz em cerca de 70% as emissões de gases poluentes. O etanol de milho, em apenas 13%. Os biocombustíveis produzidos na Europa são ainda mais ineficientes, afirma o relatório.

O Pnud garante ainda que o etanol brasileiro tem impacto ambiental limitado e não tem provocado desmatamento, uma vez que só 1% da produção tem origem na Amazônia.

Mas dados recentes mostram que o plantio de cana tem crescido na região. Só no Estado do Amazonas, o crescimento da área plantada na safra 2007/2008 foi de 8%.

O especialista Alfred Szwarc, consultor da União da Agroindústria Canaveira de São Paulo (Unica), explica que a produção de etanol de milho é mais poluente porque usa mais combustível fóssil (óleo diesel, gás natural e óleo combustível).

Além disso, o bagaço da cana é usado como combustível para calor industrial nas usinas. A produção de etanol no Brasil é, assim, autosuficiente em energia e, em alguns casos, as usinas até “exportam” eletricidade.

— No Brasil, a produção é de 7 mil litros de etanol por hectare de cana plantado. Nos EUA, com o milho, é de 3,5 mil litros por hectare — diz Szwarc.

O Pnud também aponta especificamente os subsídios americanos aos produtores de milho como responsáveis pela alta nos preços de alimentos.

Nesse ponto, destoa de análises anteriores de outras agências da ONU, que alertavam sobre os riscos da produção de etanol, de forma generalizada, para a segurança alimentar.

Lula prometeu que o Brasil será firme na conferência sobre o clima em Bali, em dezembro.

— Vamos discutir com muita seriedade o preço que os países ricos têm de pagar para que os mais pobres possam preservar suas florestas, porque você não vai convencer um pobre, de nenhum país, de que ele não pode cortar uma árvore se não tiver como troco o direito de trabalhar, o direito de comer — afirmou Lula.

— Estamos dispostos a dialogar, mas não vamos aceitar imposições.

Le mbra ndo que 85% dos carros vendidos no Brasil são flex, o presidente lamentou as sobretaxas ao etanol

brasileiro, o que eleva seu valor em quase 100%, e criticou os EUA: — Se depender de cada nação tomar as

decisões a partir das suas necessidades internas, os EUA vão continuar produzindo etanol de milho, pois

quem vota nos EUA são os produtores de milho.

Lula defendeu ainda uma mudança no padrão de consumo global, ao lembrar que se constroem prédios com

vidro fumê que demandam luz e ar-condicionado.

E apregoou que seria bom que as pessoas se contentassem com poucos bens.

Uma das representantes do Brasil na conferência de Bali, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva,

defendeu que os países em desenvolvimento sigam o exemplo do Brasil e diversifiquem suas matrizes

energéticas. Ela lembrou que o país reduziu o desmatamento em meio bilhão de toneladas nos últimos dois

anos.

— Isso representa 14% de tudo o que os países ricos teriam que reduzir até 2012.

Japão, âncora asiática para o álcool do Brasil - Francisco Góes – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2007

O Japão pode transformar-se na principal porta de entrada para o etanol brasileiro na Ásia, e para isso a Petrobras redobra esforços para pelo menos amenizar as restrições às importações do produto ainda existentes no país.

A tendência é que os japoneses passem a adicionar 10% de álcool à gasolina, mas a medida depende de mudanças na legislação. Hoje a lei autoriza a mistura de 3%, e o aumento desse percentual também esbarra nas taxas aplicadas sobre as importações, ainda elevadas.

Nesse cenário, a estratégia da Petrobras para convencer o Japão a abraçar de vez o etanol tem na garantia de fornecimento via contratos de longo prazo um de seus pontos fundamentais. Outra frente importante na campanha da estatal brasileira é a utilização de uma refinaria própria na ilha de Okinawa, comprada por US\$ 50 milhões de uma subsidiária da ExxonMobil.

A unidade, que tem como sócia a Sumitomo, marca a entrada da Petrobras em operações de refino na Ásia. No futuro ela permitirá não só o processamento de óleo pesado produzido no Brasil, mas também servirá para convencer outras refinarias japonesas a aceitarem fazer a mistura direta de álcool na gasolina, o que muitas delas ainda resistem.

"O Japão representa, hoje, um potencial real para o etanol na Ásia", diz Kuniyuki Terabe, vice-presidente executivo da Brazil-Japan Ethanol Co. Criada em março de 2006, a empresa é uma joint venture dividida em partes iguais por Petrobras e Japan Alcohol Trading - que atua há 40 anos na importação de álcool industrial, principalmente do Brasil.

Outros países asiáticos, como a Coreia do Sul, aguardam a decisão do Japão sobre o etanol para seguir caminho semelhante. Executivos da Petrobras já estiveram em Seul conversando com autoridades locais.

O pano de fundo do interesse japonês no álcool combustível é a preocupação do país em diminuir as emissões de gases poluentes. O etanol produzido a partir da cana tem grande potencial como substituto parcial do petróleo e reduz as emissões de gás carbônico, como apontou o relatório final de uma mesa-redonda sobre biocombustíveis do Challenge Bibendum 2007, encerrado sábado em Xangai, na China.

O evento, promovido pela Michelin, reuniu montadoras de veículos, fornecedores e a indústria do petróleo, além de representantes de governos, ONGs e órgãos multilaterais como as Nações Unidas e a Agência Internacional de Energia (IEA).

Juntos, esses atores discutiram soluções para os constantes desafios impostos pelo tráfego rodoviário, entre os quais o meio ambiente. "Há quatro anos o Japão decidiu que iria começar a utilizar biocombustível e o etanol seria uma das opções para atender aos compromissos que o país assumiu com o Protocolo de Kioto", disse Terabe ao Valor no Challenge Bibendum.

A Brazil-Japan Ethanol Co. foi criada com o objetivo de importar álcool via Petrobras e fazer a distribuição no mercado japonês. Segundo Terabe, apesar de o Japão ter aprovado a mistura de 3% de álcool à gasolina ainda é preciso esperar por condições que viabilizem o negócio. Entre elas a redução da tarifa de importação, hoje em 20,3%, que já está na mira do governo japonês.

Com a adição de 3% de álcool na gasolina, o consumo potencial no Japão chega a 1,8 bilhão de litros por ano - 12% da produção de etanol do Brasil em 2006, estimou Terabe. Com 10% de mistura, a demanda passaria para 6 bilhões de litros por ano, ou algo como 30% a 35% da produção brasileira.

A Toyota, maior fabricante de veículos do país asiático, sinalizou, no recente Salão do Automóvel de Tóquio, que concorda com a mistura de até 10%. Mas há entre fabricantes japoneses de veículos posições mais conservadoras em relação à adoção deste percentual.

O que parece fora de questão no momento no Japão é o carro flexfuel. Em seu esforço para difundir o etanol no Japão, a Petrobras também enfrenta a resistência de refinadores em um mercado de combustíveis estável. A adição de 3% de álcool no combustível dos carros pode significar menos 3% no mercado de gasolina, que já não cresce.

Com 30 refinarias, o Japão processa aproximadamente 3,8 milhões de barris por dia - no Brasil são cerca de 1,8 milhão de barris diários - e importa quase 100% do petróleo que consome. É por isso que a refinaria de Okinawa, com capacidade para processar 100 mil barris de petróleo por dia, poderá ser uma peça importante na introdução do etanol no Japão.

Ela poderá ser uma ferramenta indutora para que alguns dos oito grupos refinadores do país aceitem fazer a mistura direta do álcool à gasolina. Paralelamente, a Petrobras trabalha para garantir o fornecimento de etanol de forma duradoura ao Japão. Terabe lembrou que empresas japonesas procuram produtores de álcool no Brasil em busca de parcerias.

"No futuro, acredito que poderá haver contratos de fornecimento de longo prazo com o Japão", disse Terabe. Este processo envolve desde produção até logística, passando pela estocagem do produto.

A refinaria da qual a Petrobras comprou 87,5% da subsidiária da ExxonMobil (os outros 12,5% continuam com a Sumitomo) tem capacidade para refinar óleo leve e deverá passar por uma reforma nos próximos anos para passar a processar petróleo pesado importado do Brasil.

Estimativas não confirmadas pela Petrobras indicam que a unidade poderia receber aporte de US\$ 871 milhões em sua modernização. A refinaria é equipada com terminal de petróleo e derivados e tem três pieres para atracação de navios.

O jornalista viajou a convite da Michelin.

Produção de etanol e comércio justo - José Graziano da Silva – Valor Econômico –
Opinião - 19/11/2007

A luta pelo desenvolvimento inclui a construção de vantagens comparativas muitas vezes ancoradas em políticas de Estado. A persistência de barreiras tarifárias e a insistência dos países ricos em subsidiar seus agricultores - em geral, os maiores - é um desses casos.

A mesma prática ameaça agora se instalar na esfera da agroenergia, mascarando alternativas mais eficientes. Há, todavia, limites à competitividade induzida pela ação pública. Para viabilizar o etanol do milho por exemplo, os EUA transferem créditos tributários aos seus produtores em valor equivalente a 56% do preço por litro. Em contrapartida, o etanol brasileiro, cujo custo é metade do milho, com eficiência energética oito vezes superior, é taxado em US\$ 23 o barril para entrar nos EUA. Nos países europeus, subsídios aos produtores locais podem somar até quatro vezes o custo de fabricação do álcool brasileiro.

Se o protecionismo consegue anular até a competitividade do etanol brasileiro, que chances terão os demais países latinoamericanos e africanos de ocupar um espaço relevante no ciclo que se inicia?

Ao estrangular o caminho da agroenergia com o mesmo garrote de subsídios e tarifas aplicados ao comércio de alimentos, os países ricos interdita uma possibilidade de renascimento agrícola para muitos países em desenvolvimento. Desnuda ademais uma transferência pura e simples de recursos públicos para preservar o privilégio de alguns poucos em detrimento de muitos.

São cada vez mais nítidos os limites desse modelo que sofre uma erosão de legitimidade entre os formadores de opinião dos próprios países ricos. O etanol de milho já abocanha 25% da safra norte-americana para oferecer em troca menos de 4% de substituição aos 520 bilhões de litros de gasolina consumidos no país. Este ano os EUA devem transferir US\$ 8,5 bilhões em subsídios ao etanol. Em 2008 - quando se espera um aumento da produção, com a inauguração de novas usinas - serão US\$ 11,5 bilhões e um salto para 66% do valor concedido por litro. Há mais de 70 usinas em construção nos EUA que devem dobrar a curto prazo a atual capacidade instalada. A demanda garantida pelo governo para 2012 - entenda-se, por garantida, subsídio - é pouco superior a cerca da metade da oferta esperada.

Não surpreende que o mercado comece a reagir e o faça ajustando duramente a rentabilidade das usinas. Depois de desfrutarem uma taxa de retorno de invejáveis 33% nos últimos anos, elas tiveram seu primeiro resultado negativo no mês passado. Pode ser um ponto fora da curva no horizonte imediato, mas não é isso que o sufoco estrutural dessa oferta sinaliza.

FAO fará conferência em julho de 2008 para definir marco regulador para mercado mundial de biocombustíveis

Talvez o álcool dos EUA tenha tropeçado precocemente na imagem shumpteriana de que os carros mais velozes necessitam ter os freios mais potentes. Se isso for verdade, está a caminho uma freada brusca de depuração. Tão brusca e intempestiva quanto a aceleração irrefletida da oferta nos últimos anos pela sedução dos subsídios.

O fato é que o etanol de milho é caro e ineficiente. Só a insistência num protecionismo irracional poupará essa trajetória de uma colisão frontal com a lei da oferta e da procura, justamente na trincheira mais aguerrida do livre mercado. Os EUA respondem por 70% das exportações mundiais de milho amarelo. Um deslocamento maciço dessa oferta para produção de etanol provocará distúrbios em nações que dependem da importação desse grão. É o caso do México e dos países da América Central, todos eles dependentes das importações de milho norte-americano, da ordem de US\$ 1 bilhão por ano.

A dependência neste caso - é bom que se diga - não reflete a falta de terras ou de braços. Há espaço para compatibilizar a expansão da agroenergia para atender a demanda local por biocombustíveis, sem ameaçar o meio ambiente nem desalojar lavouras de alimentos, na maioria dos países latinoamericanos, inclusive no México e alguns dos países da América Central.

O elemento verdadeiramente escasso é uma política de segurança alimentar que incorpore o potencial agrícola a uma determinação de erradicar a fome numa região onde a pobreza extrema é majoritariamente rural. Essa lacuna não argüi apenas o futuro da agroenergia. Ela questiona o passado e o presente da agricultura regional, como demonstrou

recentemente um grande empresário da agroindústria chilena. Em desabafo ao principal jornal de Santiago, admitiu que apesar do sucesso da fruticultura local, ainda se pagava "salários que não são admissíveis ética, social ou empresarialmente". Os salários agrícolas, disse, deveriam refletir o salto da produtividade já conquistado. Infelizmente isso não ocorre hoje nem no Chile, com suas exportações de frutas e legumes frescos, e muito menos no Brasil, onde 50% dos cortadores de cana ganham em média menos que o salário mínimo, segundo os últimos dados da Pnad.

A agroenergia pode oferecer nova oportunidade não apenas na América Latina, mas também em vários países do Caribe e da África. Três políticas são imprescindíveis para minimizar os riscos que trazem implícito: redução das barreiras comerciais ao etanol; assegurar a inclusão da agricultura familiar nessa nova cadeia produtiva; e implementar a certificação sócio-ambiental dos biocombustíveis de modo a assegurar que não signifique o sacrifício de bóias-frias, nem do meio ambiente.

Para dar a essa esperança de futuro sua pertinência no presente, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) realizará, em junho de 2008, uma grande conferência internacional da qual participará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A meta é construir um marco regulador para o mercado internacional de biocombustíveis que libere seu potencial para reduzir a fome e a pobreza em países dotados de condições competitivas para produzi-los. ***José Graziano da Silva é representante regional da FAO para América Latina e Caribe.**

Programa do BID incentiva 'energia verde' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 16/11/2007

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está prestes a lançar um programa de US\$ 300 milhões para incentivar investimentos de menor escala no campo da chamada "energia verde" em países da América Latina e do Caribe. Podem ser contemplados na iniciativa da instituição energias renováveis, biocombustíveis e projetos de eficiência energética.

O foco do novo programa, que deverá ser anunciado oficialmente ainda em novembro, serão os países menos desenvolvidos dessas regiões. O programa, que terá duração de cinco anos, prevê a concessão de empréstimos, garantias, assistência técnica e serviços para facilitar a aproximação com investidores interessados em operações de participações acionárias, no modelo conhecido como "equity".

Pelas regras do BID, os empréstimos ficarão entre US\$ 5 milhões e US\$ 25 milhões. Os projetos selecionados terão um limite máximo por país de até US\$ 120 milhões. Como a intenção do banco é desconcentrar a concessão desses empréstimos, um fatia de pelo menos 65% dos US\$ 300 milhões serão destinados aos países menos desenvolvidos.

"Nossa idéia é levar essas iniciativas de 'energia verde' aos países menores", afirma o brasileiro Arnaldo Vieira de Carvalho, especialista em Energia Sustentável da Divisão de Finanças e Infra-Estrutura Básica do BID.

Sob o comando do colombiano Luis Alberto Moreno, entusiasta do incentivo aos biocombustíveis, o BID tem passado a atuar de forma mais sistemática no segmento. A carteira de investimentos na área soma US\$ 1 bilhão em operações de financiamento

estruturado nos segmentos de açúcar, etanol e co-geração de energia do bagaço da cana-de-açúcar. São três grupos dos Estados Unidos e um do Brasil.

"Mas nossa carteira pode chegar a cerca de US\$ 3 bilhões no curto prazo", estima a peruana Sylvia Larrea, especialista do Departamento de Finanças Estruturadas e Corporativas do BID.

Em recente operação, o banco fechou o refinanciamento de US\$ 120 milhões em dívidas de curto prazo da usina paulista Moema, que processa 4,5 milhões de toneladas de cana por ano, em conjunto com Itaú e o holandês Rabobank. A ação permitiu o alongamento, de cinco para até dez anos, no prazo de vencimento dos débitos. No início do mês, o BID fechou com o banco Indusval a primeira transação de comércio de biocombustíveis via garantia para cobrir nota promissória de financiamento à exportação de etanol brasileiro para a Inglaterra.

Outro foco importante do BID está na criação de um fundo para o setor privado com US\$ 40 milhões para auxiliar no financiamento de estudos de viabilidade econômica em biocombustíveis e eficiência energética na Guatemala, Honduras, Paraguai, Peru, Colômbia, Panamá, República Dominicana, El Salvador, México e Chile.

O programa, que está aberto para a candidatura de novos projetos, inclui doação aos setores públicos desses países. "O BID também apóia uma rede de pesquisadores na América Central e oferecerá recursos para plantas piloto de produção de etanol de celulose", afirma Arnaldo Vieira de Carvalho.

O jornalista viajou a convite do Departamento de Estado dos EUA

PNUMA alerta para os perigos da produção de bio-combustíveis – Sítio Eletrônico da CPT – 21/11/2007

É preciso estabelecer limites para que as florestas tropicais não sejam destruídas para a produção de bio-combustíveis. Essa é a opinião do diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner. O alerta é feito para que não ocorra no Brasil o que já ocorreu na Indonésia, onde áreas cobertas de turfa foram destruídas para a produção de óleo de palma (dendê). Segundo o diretor do PNUMA, isso faz com que os bio-combustíveis produzidos na região não sejam considerados como sustentáveis. Achim, porém, considera que a produção de etanol no Brasil é um exemplo de sustentabilidade para os demais países. Já um grupo de cientistas que analisou os relatórios do International Plant Protection Convention (IPPC), pelo qual Achim é co-responsável, discorda dessa afirmação. Embora considerem os bio-combustíveis como uma solução para alguns países, a produção brasileira de etanol não pode ser considerada como um exemplo a ser seguido. Produtores brasileiros estão vendendo suas terras para a produção de bio-combustíveis e partindo para a Amazônia em busca de novas terras. Um dos cientistas do grupo lembrou que daqui algum tempo o planeta não poderá mais produzir bio-combustíveis, já que enfrentamos falta de água, solo e recursos ambientais. O diretor do PNUMA afirmou que a entidade já formou um grupo de trabalho para estudar os impactos e conseqüências da cadeia de produção dos bio-combustíveis.

Governo Evo pretende ir à ONU para atacar etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/11/2007

Depois de lançar uma polêmica com o Brasil por causa do gás, a Bolívia pode agora atacar o etanol. O governo do presidente Evo Morales pretende propor à ONU uma moratória na expansão do etanol no mundo por cinco anos.

As informações foram reveladas ao Estado pelo relator da ONU pelo direito à Alimentação, Jean Ziegler. “Eles entraram em contato comigo e me informaram que estão preparando a resolução”, afirmou Ziegler. Ele não soube dizer quando a resolução seria apresentada.

Os contatos foram feitos em Nova York. Diplomatas bolivianos confirmaram que, em Genebra, outra reunião deverá ocorrer na próxima semana. Foi o próprio Ziegler que, em um relatório publicado há duas semanas, alertou sobre os riscos do etanol para a alimentação das populações mais pobres.

Em seu documento, o relator sugere a moratória. Nos próximos cinco anos, estudos poderiam desenvolver produtos que fossem mais eficientes para a fabricação do etanol. Além disso, seria avaliado até que ponto o custo dos alimentos de fato é afetado pelo biocombustível.

O governo brasileiro respondeu ao relatório, alegando que o etanol gerou desenvolvimento no País nos últimos 30 anos. Em carta ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon, os produtores brasileiros rejeitaram o documento.

Etanol brasileiro é destaque como energia alternativa - Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Vida & - 28/11/2007

Produto custa a metade do americano e corta em 70% emissão de gás carbônico, diz relatório

O relatório do Desenvolvimento Humano 2007, que trata dos riscos do aquecimento global, defende o etanol brasileiro como uma das soluções em energias alternativas para cortar a emissão de gás carbônico na atmosfera e pede o corte de tarifas impostas por Estados Unidos e União Européia para a importação.

De acordo com o relatório, o etanol de cana-de-açúcar produzido pelo Brasil custa a metade do etanol de milho americano e corta em 70% as emissões de gás carbônico, enquanto o produto americano corta em apenas 13%. “Temos evidências muito claras de que a geração de gás carbônico para produzir o etanol de milho é equivalente à economia

trazida pelo uso desse etanol no lugar do petróleo”, afirmou Kevin Watkins, coordenador do relatório do IDH.

O relatório explica que o custo menor de produção do etanol brasileiro se deve a condições climáticas, disponibilidade de terra e melhor eficiência da cana, mas adverte que esse custo menor é desperdiçado pelos países ricos, que aplicam taxas de importação altamente restritivas em biocombustíveis. “Políticas comerciais aplicadas ao etanol são conflitantes com uma enorme gama de metas sobre aquecimento global. O etanol brasileiro fica em desvantagem mesmo sendo mais barato de produzir, emitindo menos carbono na sua produção e sendo um combustível mais limpo”, diz o relatório. “O ponto central é que abolir as tarifas do etanol iria beneficiar o meio ambiente, diminuir os riscos do aquecimento global e ajudar países em desenvolvimento, como o Brasil, que tenham boas condições para produzi-lo.”

O relatório inclui ainda texto de uma página do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em defesa do programa brasileiro de biocombustíveis. Lula refuta as alegações de que o crescimento do etanol brasileiro pode ser uma ameaça à Amazônia por conta do crescimento das lavouras de cana-de-açúcar e reclama dos subsídios dados por países desenvolvidos aos seus programas de biocombustíveis. “Os Estados Unidos e a Comunidade Européia estão aumentando programas de biocombustíveis fortemente subsidiados. Comparados com o programa brasileiro, todos eles perdem muito, tanto em termos de custos de produção quanto na eficiência em cortar emissões de carbono. Baixar as tarifas de importação ao etanol brasileiro iria baixar os custos do abatimento de carbono e aumentar a eficiência econômica na produção de combustíveis alternativos”, diz o texto do presidente.

Mercado do etanol ainda é doméstico - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007

Para executivo do Morgan Stanley, demanda dos EUA pelo álcool brasileiro só vai começar em 2012

Apesar dos esforços do governo brasileiro em sua campanha pró-etanol, as perspectivas de mercado para o produto brasileiro a curto prazo devem se concentrar na demanda doméstica. Essa é a avaliação de Subhojit Daripa, vice-presidente de pesquisa do grupo financeiro americano Morgan Stanley, que participa do EcoPower, evento internacional sobre energias renováveis realizado em Florianópolis.

“Isso ocorre porque o principal mercado para o álcool brasileiro, os Estados Unidos, só deve começar a demandar o combustível a partir de 2012, e outros potenciais compradores, como União Européia e Japão, só devem importar o combustível se formularem leis para adição de etanol à gasolina, o que não está ocorrendo ainda”, diz o executivo. “Transformar o álcool em uma commodity global levaria no mínimo cinco anos.”

Alguns Estados americanos já têm legislação para adição de etanol à gasolina, a exemplo do que ocorre no Brasil. O Estado da Califórnia, por exemplo, já permite adicionar 5,6% do biocombustível à gasolina. “A Lei de Energias Renováveis adotada no Estado em 2005 vai demandar 7,5 bilhões de galões de etanol em 2012”, diz Nathalie Hoffman, presidente da California Renewable Energias, programa de energias limpas da Califórnia.

Segundo ela, novas leis em fase de tramitação no Congresso Americano devem elevar a demanda americana para 32 bilhões de galões de etanol até 2012. “Os brasileiros devem olhar para isso, apesar de o mercado americano estar volátil no momento e os preços do etanol, em queda”, diz Nathalie. Há um ano, o preço do galão do etanol de milho estava cotado a US\$ 5 na Bolsa de Nova York. Atualmente, o preço é de US\$ 1,5.

Para Daripa, com uma sobreoferta atual de etanol do Brasil, na casa dos 3 bilhões de litros de etanol, o momento é de priorizar o mercado interno. “A estimativa é que o consumo de etanol doméstico cresça 16% ao ano até o fim da próxima década.” Depois disso, os Estados Unidos se tornarão o mercado mais atraente.

“As oportunidades estão limitadas no curto prazo, mas há uma demanda potencial de etanol de 100 bilhões de litros até 2010. E os Estados Unidos respondem por simplesmente 60% dessa demanda”, diz o executivo. Segundo ele, faz todo sentido o entusiasmo dos investidores em aportar recursos na produção de etanol no Brasil. De 2008 a 2012, estão previstos US\$ 33 bilhões em investimentos em etanol de cana-de-açúcar no País, entre novas usinas e produção agrícola. Doze por cento desse capital é de origem estrangeira, segundo informações da União da Agroindústria Canavieira (Unica).

G-8 estuda as bases para o combustível virar commodity - Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007

O G-8, grupo dos países mais ricos do mundo mais a Rússia, indicou ontem que as negociações para transformar o etanol em uma commodity global e reduzir os subsídios aos agricultores europeus estão avançando. “É nossa obrigação abrirmos mercado para o biocombustível e transformá-lo em commodity global”, disse o presidente do Comitê de Mudanças Climáticas do G-8, Corrado Clini.

Clini fez uma ressalva: “Precisamos ter certeza de que esse biocombustível será produzido em bases sustentáveis, sem desmatamento de áreas de florestas tropicais e sem avançar sobre áreas de produção de alimentos.”

Segundo ele, os membros do G-8 estão estudando mecanismos de certificação socioambiental para o etanol dos países emergentes. “Mas temos uma discussão clara: os agricultores europeus querem manter seus subsídios para produzir bioenergia e essa será uma séria barreira”, disse ele.

'Essas barreiras não fazem sentido' - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/11/2007

Congressistas americanos defendem o fim dos obstáculos para o etanol brasileiro entrar nos EUA

Na contramão da Casa Branca, congressistas americanos defenderam ontem, na Câmara dos Deputados brasileira, a eliminação das barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos à importação de etanol do Brasil até 2009.

A posição foi expressa por integrantes de uma delegação bipartidária do Congresso dos EUA, que visita o País nesta semana com a missão de promover o aprofundamento das relações bilaterais.

Entretanto, veio junto a cobrança de extensão da liberalização do comércio bilateral de etanol a outros setores industriais e de serviços. “Essas barreiras não fazem sentido”, afirmou Eliot Engel, congressista democrata por Nova York, presidente da Subcomissão para o Hemisfério Ocidental da Câmara americana e líder da delegação. “A eliminação das barreiras pode ser adiantada e ocorrer antes de 2009.”

“Mas temos de falar também nas barreiras do Brasil às importações nesses setores”, arrematou o também democrata Gregory Meeks.

Em março, quando foi assinado o Protocolo de Cooperação Brasil-Estados Unidos na área dos biocombustíveis, em São Paulo, o presidente americano, George W. Bush, declarou que as barreiras continuariam intactas até, pelo menos, 2009. Naquele ano, deverá expirar o atual regime para o setor, que prevê a imposição da tarifa de US\$ 0,54 por galão de etanol importado como meio de proteger a produção americana, a partir do milho.

Essa atitude incentivou o investimento de empresas brasileiras na construção de plantas de transformação do álcool hidratado em anidro em países centro-americanos e caribenhos, que, atualmente, contam com livre acesso ao mercado de etanol dos Estados Unidos.

Recorde – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 24/11/2007

O primeiro contrato de soja foi negociado ontem a US\$ 11 por bushel, o maior preço desde 1973. Assim como o grão, o óleo de soja também é negociado pelos maiores valores desde a década de 70.

Pujança – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 24/11/2007

"A alta se deve à pujança da economia mundial, que consome mais petróleo e puxa os preços das commodities agrícolas substitutas do óleo", diz Fernando Muraro, da AgRural, de Curitiba. É a disputa da energia contra os alimentos, diz ele.

Custo de importação de alimentos sobe 21% - Assis Moreira – Valor Econômico - 22/11/2007

Países importadores de alimentos enfrentam custo recorde para obter os produtos este ano. O valor global dessas importações deve aumentar 21%, alcançando US\$ 745 bilhões. A fatura dos países em desenvolvimento como um todo deve subir 25%.

Os dados foram apresentados ontem pela Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), no comitê agrícola da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A entidade faz a avaliação a partir do ponto de vista importador. Em outros estudos, sempre destacou que o Brasil é um dos principais ganhadores, como grande exportador competitivo.

Em setembro, o custo dos alimentos era 37% maior do que no mesmo período do ano passado. A entidade destaca que alta ou baixa de preços não é raro nos mercados agrícolas. O que distingue a atual situação é como esse fenômeno está propagado, afetando não algumas, mas quase todas as commodities agrícolas.

Isso leva consumidores de países importadores a pagar mais pelo pão, pasta, leite e carne.

Segundo a FAO, a atual situação, especialmente "atípica", só não eleva o preço do açúcar, do qual o Brasil é o maior produtor mundial. Ao mesmo tempo, porém, a ajuda alimentar fornecida por países ricos declina - é 45% menor do que há oito anos.

"Existe uma preocupação amplamente propagada sobre inflação causada pelos preços dos alimentos", reiterou o representante da FAO na OMC, mencionado também agitação social em alguns países devido à situação.

A agência da ONU alertou os 150 países-membros da OMC que o fornecimento, sobretudo de cereais, está ficando mais difícil, inclusive porque cresce sua utilização na indústria. Os estoques, que já eram baixos no começo da estação, devem ficar assim porque a produção global de cereais será suficiente apenas para responder a utilização global.

Entre julho e outubro, a média de preços do trigo dos EUA era 154% mais caro que há oito anos.

Nas projeções da FAO, o comércio deve diminuir este ano, também por causa da enorme elevação dos custos de transportes. Nos últimos meses, o frete a partir dos EUA para

importadores principais, como o porto de Roterdã, Egito e Bangladesh, era 400% mais alto que em 2000.

Tudo isso, além de problemas climáticos, guerra e conflitos civis em países produtores pioraram o cenário para importação.

Outro observador do comitê da OMC, a Agencia das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) insistiu que soluções de mais longo prazo para segurança alimentar precisam incluir o corte de subsídios nos países ricos. Só dessa forma, os agricultores dos países em desenvolvimento podem obter melhores preços, melhorar infra-estrutura e produtividade.

Relatório apóia etanol de cana – Valor Econômico – Especial - 28/11/2007

As campanhas do Brasil pela disseminação do etanol combustível e pela redução dos subsídios agrícolas dos países ricos ganhou forte apoio ontem, com a divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Embora chame a atenção para os problemas causados pelo desmatamento no Brasil provocado pelo plantio de produtos como a soja, o relatório faz uma defesa enfática do etanol de cana brasileiro e critica as taxas impostas pelos Estados Unidos e Europa na importação do produto.

"Abolir as tarifas aplicadas ao etanol beneficiaria o ambiente, a mitigação das alterações climáticas e o desenvolvimento de países que, como o Brasil, gozam de favoráveis condições de produção", diz o relatório. O texto condena, porém, alternativas mais custosas, como o etanol de milho dos EUA, ou danosas ao meio ambiente, como o óleo de palma produzido no Sudeste Asiático, que o PNUD associa "a um vasto desflorestamento e à violação dos direitos humanos das populações indígenas".

Os técnicos do PNUD acusam os subsídios ao etanol de milho nos EUA de influenciarem negativamente os preços dos alimentos. "O etanol baseado na cana é mais barato, mais eficiente e tem impacto maior na redução das emissões de carbono que o etanol de milho nos EUA", ressaltou o coordenador do relatório, Kevin Watkins. O etanol de milho reduz as emissões de carbono em apenas 13% (o álcool de cana consegue redução de 70%).

Seria mais conveniente estimular o consumo do etanol de cana do Brasil e outros países com vantagens comparativas, sugere o PNUD. "Os grandes subsídios dos EUA ao milho são excelentes para os produtores beneficiados e para a agroindústria que processa esse etanol, mas não para enfrentar a mudança do clima", comentou Watkins. As manifestações do PNUD, de apoio ao etanol brasileiro, confrontam as críticas feitas, em meados do ano pelo relator da ONU para Direito à Alimentação, Jean Ziegler, que chegou a sugerir moratória de cinco anos na produção mundial de etanol, devido aos efeitos negativos da cultura sobre a produção mundial de alimentos. (SL)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

